

Paulo Juarez Rueda Strogenski

Um estudo sobre metáfora e cognição

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Linguística, no Curso de Pós-Graduação em Letras, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. José Borges Neto

Curitiba

2009

SUMÁRIO

RESUMO	i
ABSTRACT	ii
DEDICATÓRIA	iii
AGRADECIMENTO	iv
INTRODUÇÃO	1
1. SOBRE A METÁFORA	6
2. METÁFORA E CONCEPÇÕES SOBRE A LINGUAGEM	14
2.1. Metáfora e verdade.....	33
3. METÁFORA E COGNIÇÃO	58
3.1. Classificação das metáforas.....	64
3.2. Como as metáforas são formadas.....	72
3.3. Mapeamento e encadeamento.....	81
3.4. Teoria dos espaços mentais.....	92
3.5. Teoria de <i>blending</i> e metáfora.....	116
4. METÁFORA E COMUNICAÇÃO	132
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	154
6. REFERÊNCIAS	159

RESUMO

A relação dos seres humanos com o mundo que os rodeia é mediada pelos nossos sentidos e pelo nosso cérebro. As sinapses mentais são responsáveis por um infindável número de processamentos necessários para a nossa sobrevivência e para a compreensão da vida, do mundo e das relações sociais. Uma das questões de maior interesse nas pesquisas linguísticas atuais é como a linguagem funciona enquanto módulo especializado do cérebro. Desde a antiguidade clássica, a metáfora sempre despertou interesse em diversas áreas pela sua capacidade de transmitir significados de maneira competente sem utilizar linguagem literal. Nas últimas décadas, além das possibilidades poéticas e retóricas, a metáfora passou a interessar psicólogos e linguistas pela sua característica de propiciar meios de apreensão da realidade. Este trabalho procura estudar a relação entre a metáfora e a cognição, o que exige uma discussão sobre o papel da linguagem como uma interface entre o mundo e a mente. São estudadas as posições de alguns filósofos e estudiosos que se preocuparam com a linguagem, o que é necessário para a definição de como a metáfora trabalha, já que diferentes definições da linguagem produzem novos entendimentos sobre o que é a metáfora. Em especial, é vista a posição cognitivista de George Lakoff e Mark Johnson que inauguraram a chamada Linguística Cognitiva e que propuseram a existência de metáforas conceituais sobre as quais o sistema cognitivo humano se organiza. Além da teoria de Lakoff e Johnson, é apresentada a teoria dos espaços mentais, de Gilles Fauconnier e também o seu trabalho com Mark Turner, que representa um avanço para a Linguística Cognitiva e para o tratamento da metáfora. Encerrando o trabalho, há uma discussão sobre o papel da metáfora enquanto estratégia comunicativa.

Palavras-chave: metáfora, semântica, cognição

ABSTRACT

The relations among human beings with the world that surrounds us is mediated by our senses and by our brain. Mental synapses are responsible for a great number of processes necessary for our survival and to comprehend life, the world and social relations. Currently, one of the biggest interest in linguistics research is how language works as a specialized module of the brain. Since the classical antiquity, metaphors have always raised interest in various fields of study for their ability to transmit meaning competently without using literal language. During the last decades, besides the poetic and rhetoric possibilities, metaphors have raised the interest of psychologists and linguists for their ability to offer means to the apprehension of reality. This piece of research aims at studying the relations between metaphors and cognition which demands a whole discussion about the role of language as an interface between the world and mind. Some philosophical positions are studied as well as some investigations which are directed to language and which are necessary for the definition of how metaphors work once that different definitions of language produce new understandings about what a metaphor is. A cognitivist view by George Lakoff and Mark Johnson is specially addressed. They began the so called Cognitive Linguistics and proposed the existence of conceptual metaphors from which the human cognitive system is organized. In addition to Lakoff and Johnson's theory we also presented the theory of mental spaces by Gilles Fauconnier and also from a study by Mark Turner who represents a progress in Cognitive Linguistics and for the study of metaphors. To sum up this piece of work, there is a discussion about the role of metaphors as a communicative strategy.

Key-words: metaphor, semantics, cognition

*A Maria José e Igor pelo tempo que não
dediquei a eles*

A minha mãe, sempre junto a mim

Agradeço muito especialmente ao amigo e professor José Borges Neto por sempre me lembrar de que a ciência nos desvela um mundo tão belo como aquele da imaginação.

Introdução

Nós devemos pensar que temos um tipo de percepção do mundo físico que ultrapassa os limites estritos dos sentidos físicos. Muito do que percebemos está em um tipo de interface mente – mundo, que funciona como mediadora subjetiva para interpretação dos significados que nos chegam. Embora a linguagem não seja esta interface, com certeza faz parte dela e, mais do que isso, para nós que dispomos desta faculdade, é a mais importante das faculdades cognitivas. A especialização da faculdade da linguagem como a maior capacidade cognitiva humana deve-se, provavelmente, ao fato de que os seres humanos a desenvolveram como a forma mais eficiente de comunicação com os seus semelhantes.

Milhares de anos de desenvolvimento desta faculdade fizeram com que ela se especializasse tanto ou mais que outras faculdades expressivas e cognitivas dos seres humanos. Devemos lembrar que os seres humanos dispõem de outras maneiras de realização comunicativa como os gestos, as expressões faciais, o esquema corporal, e de formas menos eficientes, como a pintura e a escultura. Essas são menos eficientes que os primeiros por duas razões em especial: a primeira é porque estão baseadas em materiais externos aos seres humanos e, a segunda, porque dependem de elaboração prévia, treinamento e tempo para serem realizados – um bom desenho, por exemplo, leva tempo para ser produzido.

Além disso, essas últimas formas de comunicação apresentam uma importante diferença, elas são artificiais. Como tal, não estão disponíveis para todos os seres humanos, enquanto que a linguagem e as expressões, tanto faciais quanto corporais, são naturais e estão disponíveis a todos os homens (aqueles que, naturalmente, não apresentam limitações físicas ou mentais, as quais devem ser caracterizadas como “desvios” de um estado natural esperado).

Entre as formas naturais citadas acima, a linguagem natural é a mais eficiente porque é autônoma de qualquer outra forma de expressão, além de possuir uma riqueza de construção e significação incomparável. Neste âmbito, os gestos, as expressões

faciais e o esquema corporal desempenham papéis pragmáticos muito importantes porque muito da significação da linguagem é aquilo que está “em torno” a ela, no ambiente onde processo de comunicação se desenrola, nos atores do diálogo e nas relações dêiticas que são produzidas pelo processo.

Se a linguagem desempenha um papel tão central na comunicação humana e se considerarmos que muito do que somos deve-se a esse processo que é eminentemente humano, então devemos assumir como pressuposto que a linguagem é responsável também por várias maneiras como percebemos o mundo a nossa volta. E, se a utilizamos também para apreender o mundo, isso pode levar a pensarmos em como a linguagem se comporta na relação mente - mundo, citada no primeiro parágrafo.

Antes de se pensar em como se processa esta relação, é preciso estabelecer o que é a relação, como ela pode ser caracterizada. Tradicionalmente, há três formas de ver como acontece a interpretação do mundo pelos seres humanos, que é a questão de como se podem interpretar os objetos. A primeira forma de entender a relação é a que defende que os objetos estão no mundo de forma independente da sua possível representação na mente; a segunda, ao contrário, defende que os objetos somente têm lugar na mente, ou seja, os objetos existem no mundo das ideias; a terceira hipótese, de certa forma, é conciliatória e postula que existem os objetos do mundo real e a sua representação na mente, o quer dizer que, deste ponto de vista, os objetos possuem um tipo de vida dupla.

Em relação à linguagem, essa discussão recai na questão clássica da representação. Para a primeira postura, a linguagem representa fielmente os objetos do mundo, ou há uma ligação forte entre ela e o mundo, o que é diferente na segunda postura que diz que a ligação entre a linguagem e o mundo é fraca ou até inexistente, já que falaríamos sempre sobre objetos mentais. Para a terceira, se existem tanto o objeto no mundo quanto o objeto na mente, a linguagem está na interface entre mente e mundo.

No presente trabalho, defendemos que a linguagem deve ser encarada como uma maneira tanto de capturar o mundo objetivo quanto de expressão e manipulação do mundo subjetivo. Desse ponto de vista, a linguagem é vista como uma faculdade

entre outras faculdades das quais os seres humanos dispõem como capacidades inatas do cérebro e do arcabouço cognitivo que permeia a relação entre a mente e o mundo.

Sempre tendo como orientação a postura de que a linguagem serve como forma de apreensão do mundo a nossa volta, como instrumento criativo na elaboração de novos significados, o presente trabalho pretende estudar esta capacidade cognitiva possibilitada pela linguagem através do papel que a metáfora desempenha para a cognição humana.

O primeiro capítulo abordará o problema da metáfora, através do levantamento de alguns exemplos que podem trazer problemas para um tratamento linguístico usual. O objetivo central do capítulo é o de introduzir o problema de como são produzidas significações novas a partir do uso de palavras que apresentam um significado lexical próprio, mas que a partir de sua colocação em uma nova estrutura, dita metafórica, passam a ter o seu significado original modificado em muitos aspectos, e que variam em grau de diferenciação. Alguns itens lexicais apresentam apenas uma pequena alteração na sua significação original e outros podem ter a sua significação muito alterada pelo seu uso em uma metáfora¹.

No segundo capítulo será feito um rápido histórico sobre o interesse que a metáfora desperta nos últimos vinte e três séculos. Interesse, diga-se de passagem, bastante constante², o que, se por um lado parece ser um fator facilitador em virtude da quantidade de bibliografia disponível sobre o assunto, por outro é um complicador pela quantidade de diferentes pontos de vista.

As diferentes maneiras de ver a metáfora possibilitam que se pense a linguagem inteira como sendo metafórica antes de sua gramaticalização, ou como um estágio a caminho dela, ou, por outro lado que a metáfora de fato não existe. Desse segundo ponto de vista, a metáfora existe apenas como metáfora morta, ou seja, não funciona como instrumento de criatividade, mas é apenas uma forma diferente de usar o léxico, como se num momento qualquer faltassem palavras para a expressão de uma ideia e a

¹ Apesar de o presente trabalho tratar especificamente sobre a metáfora, em algumas ocasiões se fará referência à metonímia.

² Fato que é notável do ponto de vista da quantidade de abordagens que já surgiram para explicar o mesmo fenômeno. Talvez seja o fato linguístico mais estudado na história dos estudos da linguagem.

sua substituição seria o que se conhece como metáfora. Serão discutidas diferentes abordagens possíveis para o tratamento da metáfora, para se compreender como funciona o processo de significação desencadeado por elas. É interessante chamar a atenção desde já para o fato de que, dependendo da abordagem, a própria definição do que seja metáfora se modifica, como, por exemplo, numa perspectiva lexicalista, que irá entendê-la na sua relação direta como o significado primário das palavras. Neste capítulo também será feita uma breve incursão à questão da verdade metafórica a partir da visão tradicional de sentido e referência proposta por Frege e a noção, também tradicional, de verdade segundo o entendimento de Tarski.

No terceiro capítulo, será apresentada uma diferente abordagem em relação às anteriores, a perspectiva cognitivista que entende a metáfora como um processo conceitual e secundariamente ligado às palavras. A partir desse ponto de vista, a metáfora, muito mais que um fenômeno de linguagem, é um poderoso recurso do qual se dispõe para entender o mundo. Em especial, será vista a Teoria dos Espaços Mentais, de Gilles Fauconnier, que apresenta uma maneira muito interessante de explicar como funciona o processo de significação. Como, por exemplo, um falante é capaz de compreender uma metáfora que nunca foi ouvida antes ou, até mesmo uma metáfora poética, que, além de talvez nunca tiver sido vista ou ouvida, é inusitada do ponto de vista de criatividade.

No quarto capítulo serão feitas considerações a respeito das abordagens cognitivistas estudadas em relação ao papel comunicativo da metáfora que, espera-se, possam levar a algumas conclusões a respeito dos tratamentos propostos para esse fenômeno que é, acima de tudo, um índice da capacidade criativa dos homens. Além disso, pretende-se propor um tratamento para a questão central que surge durante o desenrolar da pesquisa, que é a relação que a metáfora pode manter entre cognição, comunicação e verdade porque, afinal de contas, a metáfora serve como meio de apreensão das coisas do mundo.

Embora não se espere chegar a nenhuma conclusão inovadora sobre o como deve ser o tratamento da metáfora, pretende-se ao menos chamar a atenção para a necessidade de um estudo sistematizado e livre de preconceitos dessa capacidade

linguística que parece ser inerente a todas as línguas e, além disso, ao sistema cognitivo humano.

Mais que explicar como a metáfora deve ser tratada, o principal objetivo deste trabalho é o de compreender como ocorre o processo de cognição. Para tanto, recorre-se a diferentes correntes da Linguística e também da Filosofia da Linguagem, o que, em alguns momentos, pode até ser visto como falta de rigor científico. Antes disso, a opção que se faz aqui é a de não se prender necessariamente a qualquer postura teórica como ponto de partida para permitir o livre pensamento a respeito de questões ainda não tão bem resolvidas teoricamente.

1 – Sobre a metáfora

A partir do momento em que o homem desenvolveu a linguagem e as relações interpessoais, as duas coisas se tornaram indissociáveis ou, talvez, dependentes. É muito difícil afirmar que as nossas relações com os outros seriam como são se não existisse a linguagem. Todo o nosso modo de ver o mundo e os outros se baseia em como interagimos através dela. Apesar de haver outros mecanismos comunicativos como o olhar, os gestos, as expressões e mesmo as ações, o entendimento somente acontece plenamente quando “negociado” ou sacramentado através da fala ou da escrita. Mesmo quando existe uma impossibilidade fisiológica, como a surdez, por exemplo, tendemos a entender os sinais como “substitutos” das palavras ou das letras, tal a dependência que temos em relação a elas: a nossa sociedade é feita de palavras. A nossa cultura, a nossa história, a nossa identidade assenta-se sobre essa capacidade humana. Através da linguagem, nós definimos o outro e a nós mesmos, projetando o que somos na cadeia de significações que compõe o mundo.

Se na nossa posição no mundo estão os significados que nos compõem, então nós também somos significantes para os outros “nós” do sistema. É preciso entender o mundo como um sistema de significações interdependentes, mas não fixas. O sistema, ao contrário, está sempre em constante movimento, o que implica que significados estão sendo produzidos a cada momento mesmo sem que isso implique aumento de signos. Os mesmos signos podem sempre produzir significações novas, algumas previsíveis e outras inusitadas, dependendo da posição que ocupem no sistema.

A noção de sistema, aqui, o define como movediço, deslizante, em constante construção. Um sistema assim concebido guarda grandes possibilidades criativas ao mesmo tempo em que cria enormes dificuldades para as análises formais tradicionais, as quais necessitam basear-se em constantes, ao contrário das variáveis produzidas por jogos de signos em constante mutação.

Se o sistema é concebido como um organismo em movimento constante, é preciso aceitar que os signos “jogam” uns com os outros num processo dinâmico de forças que competem pela supremacia de significar mais, ou melhor. Justamente nesse

processo reside a maior qualidade da linguagem: a criatividade que, à similaridade das outras formas de criatividade (gestual, comportamental, artística, etc.), permite que a linguagem se comporte como um organismo vivo em constante aprimoramento.

A linguagem, enquanto faculdade universal, mais do que todas, é capaz de permitir a um só tempo a construção, a síntese e a comunicação do saber. Através dela, nós apreendemos o mundo que está a nossa volta, tanto a partir do contato com outros seres que compartilham a mesma faculdade e com os quais temos contato direto, quanto através do compartilhamento de ideias a distância, como aquele que a cultura letrada nos permite. O poder de transmissão de ideias que a linguagem possui faz com que seja possível entendermos como os seres humanos pensavam, ou sentiam, há dezenas de séculos, em outros lugares do mundo, em outras raças e nas mais diversas religiões. Esse poder da linguagem, de tornar outras realidades palpáveis e compreensíveis fez (e faz) com que os homens atribuam-lhe um poder mágico de realização. Por isso existem palavras mágicas na literatura fantástica. Não basta que uma bruxa mexa seu caldeirão que contém os ingredientes mágicos: é preciso que ela declame, em voz alta, um feitiço ou entoe uma canção específica. As palavras ditas em voz alta são o ingrediente final, aquele sem o qual nada acontece. E não é somente na literatura mágica que encontramos isso, mas também na literatura “sagrada”, já que na Bíblia encontramos afirmações do tipo “no início era o verbo” ou “e Deus disse: faça-se a luz” e a luz de fato se fez.

O mesmo tipo de enunciado performativo, no sentido que Austin (1983) empresta a esse termo, nós encontramos no dia-a-dia, dos quais a Igreja está cheia: “Eu vos declaro marido e mulher”; “Eu te batizo em nome...”. No fundo, nós precisamos disso, dessa afirmação formal de um ato consumado. Não é exagero dizer que provavelmente todos sairiam meio frustrados se, ao final da cerimônia de casamento, após a troca de alianças, o padre terminasse em silêncio, fazendo um gesto de “positivo”, ou mesmo um sinal da cruz, seguido de um gesto de “vão embora, já acabou”. Também seria considerado muito estranho se ele falasse algo como “é isso aí!” ou “valeu, gente!”. Nós precisamos ouvir a fala certa no lugar certo; não basta apenas o ato. Não chega somente a demonstração de amor se, um dia qualquer, ela não

for acompanhada de um “eu amo você”. No sistema judicial acontece o mesmo já que além de assinar os papéis, a ordem de prisão, o juiz precisa proferir a sentença em voz alta. Quando o juiz declara que o réu condenado deverá passar o resto de sua vida na prisão, a sentença está dada e a assinatura dos papéis é uma formalidade burocrática que servirá para guardar as palavras do juiz dos lapsos de memória e da passagem dos anos. Alguns, em tom de brincadeira, podem ver inclusive uma grande semelhança entre as palavras do juiz que sentencia o réu a ficar preso por toda a sua vida e o padre católico que termina o casamento declarando os noivos marido e mulher até que a morte os separe. Em ambas as situações, podemos dizer:

X sentenciou Y à prisão perpétua,

sem incorrer em falsidade, já que aos olhos da lei e dos olhos de Deus as duas situações se traduzem em *para toda a vida*.

No entanto, ao se substituir X e Y na fórmula acima, deparamo-nos com construções linguísticas diferentes:

- 1.1. O juiz sentenciou Pedro à prisão perpétua.
- 1.2. O padre sentenciou Pedro à prisão perpétua.

A diferença entre as duas não é estrutural já que as duas se encaixam na mesma estrutura estipulada pela fórmula. Entretanto, é inegável que as duas significam de maneiras diversas e provocam no ouvinte diferentes reações. Enquanto a primeira deve receber (e provavelmente receberá) reações sérias, a segunda poderá ser acompanhada de expressões de ironia ou com um tom jocoso. A construção (1.1) deverá ser interpretada pelo ouvinte literalmente, pois a sentença do juiz realmente fará com que Pedro permaneça preso por toda a sua vida (salvo em caso de algum tipo de recurso legal permitir a anulação da sentença ou sua modificação), mas (1.2) não, porque nela *prisão perpétua* está sendo utilizado em sentido não literal, já que o padre não tem poder legal para fazer Pedro ser mantido preso por toda a sua vida. Ainda assim, a sentença se torna possível a partir do momento que conhecemos os preceitos da Igreja

católica a respeito do casamento, o qual deve ser uma relação indissociável. Quando é necessário esse tipo de interpretação, dizemos que a leitura se faz pelo sentido figurado, ou mais especificamente pelo sentido metafórico da expressão. *Sentença de prisão perpétua*, em (1.2), não significa mais a mesma coisa que em (1.1) e para a sua plena interpretação é necessário que os participantes da conversação disponham do mesmo conteúdo cultural para perceberem que os indivíduos definidos por *Pedro* são de fato indivíduos diferentes do mundo – ou, numa exceção extrema, o mesmo indivíduo em duas situações temporais diversas. De qualquer forma, é necessário não apenas conhecer os preceitos legais e os da Igreja, mas também as possibilidades de ação que investem juiz e padre.

Também é importante chamar a atenção para o fato de que não é imprescindível o conhecimento pleno da situação de conversação. O falante não precisa conhecer os indivíduos dos quais se fala ou saber de suas situações no mundo. Ele não precisa saber que o indivíduo do qual se fala em (1.1) é um criminoso ou, ao menos, alguém que foi julgado como criminoso, e que o *Pedro* em (1.2) é um sujeito bom ou mau, trabalhador ou preguiçoso, que ama de fato ou não a sua esposa, para interpretar as duas afirmações. Ele pode inclusive ler as duas sentenças isoladamente e interpretá-las da mesma maneira. Se ele conhecer os papéis que desempenham padre e juiz e relacionar os preceitos da Igreja Católica com os da justiça, perceberá sem sombra de dúvida que (1.1) traz uma informação factual, enquanto que (1.2) é uma brincadeira em relação ao casamento.

Além de conhecer os papéis desempenhados pelos agentes das duas sentenças, a interpretação diferenciada em (1.1) e (1.2) depende em muito de critérios culturais. Por exemplo, em uma determinada cultura, na qual a pena de morte seja uma constante, a pena de prisão perpétua pode ser até um alívio. O mesmo pode acontecer em relação ao casamento: em algumas épocas, casar significava liberar-se do controle paterno. A interpretação de uma sentença depende não somente do conhecimento dos significados intrínsecos das expressões, mas também de outros fatores que são extralinguísticos, como os culturais, os históricos, os geográficos. Mas, para esta discussão inicial, basta pensarmos o mundo superficialmente a partir do conhecimento de que dispomos sobre

a nossa cultura ocidental de tradição católica. Neste nosso mundo, (1.2), com certeza, é utilizada com o intuito de fazer uma piada ou até uma crítica em relação aos dogmas da Igreja Católica.

O que de fato nos importa aqui é discutir como nós somos capazes de interpretar (1.2) a partir de (1.1). Note-se que não se trata de uma interpretação literal, mas de um tipo de interpretação que toma não apenas o significado explícito de cada palavra ou conjunto de palavras, mas também outros significados que estão em nossa mente: outros tipos de informação que fazem parte de nossa biblioteca mental e que formam o arcabouço de mecanismos que colocamos em ação a cada momento que precisamos interpretar o que está a nossa frente.

Esse conjunto de informações pré-existentes é de importância crucial para uma melhor compreensão do discurso diário. A todo instante somos levados a utilizá-lo para entendermos os fatos que estão a nossa volta. Observem-se os exemplos de possíveis chamadas jornalísticas abaixo:

- 1.3. Um tsunami gigantesco arrasou a ilha X.
- 1.4. O governo totalitário de Y (que como todo governo totalitário tem como característica controlar a informações que chegam ao público) proibiu a entrada de repórteres estrangeiros no país.
- 1.5. O governo totalitário de Y proibiu a entrada de repórteres estrangeiros no país.
- 1.6. O governo de Y proibiu a entrada de repórteres estrangeiros no país.

A interpretação de (1.3) atualmente, graças às informações de que dispomos, não gera maiores problemas em função da recente tragédia que atingiu a região do Pacífico Sul há poucos anos. No entanto, antes da tragédia, a maioria de nós seria obrigada a consultar um dicionário para saber o significado da palavra “tsunami”. Esse é um exemplo de como o conhecimento de dicionário, às vezes, é suficiente para esclarecer o significado. Em (1.4), a leitura é facilitada pela explicação que está entre parênteses, a qual explica o que significa ser um governo totalitário em relação ao controle de informações. A interpretação de (1.5) já exige o conhecimento do que é um

governo totalitário (a informação de dicionário) e como é a sua relação com o controle de informações. A plena interpretação de (1.6), além do que está no dicionário, exige que se conheça o contexto histórico de Y, ou seja, que possui um governo totalitário e todas as implicações decorrentes desse fato.

O que os exemplos de (1.3) a (1.6) demonstram é como o processo interpretativo varia em grau de dificuldade (ou de complexidade) conforme a quantidade de informações que cada sentença carrega³. Enquanto (1.3), de um lado, depende exclusivamente dos significados próprios de cada palavra para a sua interpretação, (1.6), no outro extremo, necessita, além do conhecimento dicionarizado, de outras informações que estão além do textual e devem ser procuradas no contexto histórico do país Y. Ainda assim, a interpretação que faz desses quatro exemplos é diferente daquela que é necessária para se interpretar (1.2), na qual a expressão “prisão perpétua” não pode ser compreendida somente pelo significado de dicionário, ou pelo significado histórico, mas que precisa ir além, buscando em outro conjunto de informações aquelas que são necessárias para uma relação adequada. E essa relação não está somente no histórico, mas no cultural.

Compare-se o exemplo (1.6) “O governo de Y proibiu a entrada de repórteres estrangeiros no país” com:

- 1.7. Em relação à proibição da entrada de repórteres estrangeiros, Y é uma União Soviética.

Enquanto para (1.6) é necessário fazer a relação histórica para saber que Y trata-se de um país totalitário e depois uma aplicação do conceito de totalitarismo em relação ao controle de informações para compreendermos a proibição da entrada de repórteres: Y → é um país totalitário → um país totalitário restringe o tráfego de informações → Y proíbe a entrada de repórteres estrangeiros, para (1.7), ao contrário,

³ Apesar de até o momento o texto sempre se referir à sentença, isso se fez por uma questão de economia, já que nada impede que as mesmas observações sejam válidas para unidades maiores como o parágrafo e o texto. A mesma falta de transparência causada pela pobreza de informações que ocorre na sentença acontece também no texto. Quanto ao discurso, por sua natureza fortemente subjetiva, é claro que o arcabouço interpretativo individual é preponderante em todas as situações de compreensão.

é preciso primeiro interpretar o que significa “União Soviética” para depois aplicar esse conhecimento a Y. É necessário conhecer a história de um país que se chamava União Soviética, saber que esse país era um país de governo totalitário, ter ciência do que significa ser totalitário, relacionar o “ser totalitário” com as implicações em relação ao controle de informações e, conseqüentemente a relação desse governo com a imprensa. Após esse processo inicial de interpretação, faz-se a identificação desse país com outro. No presente exemplo, o país Y passa a ser interpretado como um país também totalitário e que demonstra certo tipo de comportamento em relação à imprensa:

União Soviética → é um país totalitário → um país totalitário restringe o tráfego de informações → Y = União Soviética⁴ → Y é um país totalitário → Y proíbe a entrada de repórteres estrangeiros

O processo de interpretação é o mesmo que ocorre em (1.2): é necessário que o falante interprete uma informação a partir de outra pré-existente. Esse processo, nos exemplos citados, é fortemente dependente não apenas do contexto de fala, mas, mais do que isso, do contexto sócio cultural em que o falante está inserido⁵. Tanto em (1.2) quanto em (1.7), as expressões “prisão perpétua” e “União Soviética”, respectivamente, estão sendo utilizadas em sentido metafórico. E as metáforas, como se tentou grosseiramente mostrar no raciocínio acima, exigem uma capacidade de raciocínio bem maior do que aquela que apenas o contexto de fala é capaz de suprir.

As metáforas, acima de tudo, são a demonstração de como a linguagem pode ser criativa para exprimir e criar novos sentidos. O presente trabalho tem como objetivo justamente discutir esse poder criativo das metáforas como marca da criatividade linguística, não no sentido chomskyano, de pensar a capacidade de produção virtualmente infinita de sentenças a partir de um conjunto finito de regras,

⁴ Entenda-se o sinal = não como significando igual, idêntico, mas como *semelhante*.

⁵ Essa discussão contraria em partes o lugar-comum de que a linguagem é opaca e que a opacidade se desfaz no contexto de fala. Aqui o contexto de fala não é suficiente para clarear o significado. O processo é mais profundo e exige compartilhamento de bagagem cultural entre os falantes.

mas a capacidade de encadeamento de significados a partir de significados pré-existentes. Um constante processo de criação que toma o já sabido e o transforma em um “a saber”.

No próximo capítulo serão vistos alguns pontos de vista e algumas abordagens sobre a linguagem que, ao longo do tempo, caracterizaram como se pode estudar o papel da metáfora nos estudos da linguagem, principalmente a partir da Filosofia e da Retórica.

2 – Metáfora e concepções sobre a linguagem

A metáfora sempre despertou o interesse de linguistas, gramáticos, filósofos e, mais recentemente, de psicólogos cognitivistas, isso sem contar o natural interesse de poetas, escritores e profissionais que vivem da palavra. As metáforas fazem parte do nosso dia-a-dia; elas estão em quase todas as propagandas a que somos submetidos, nos textos literários, nas manchetes de jornal e até na ciência, na Física Teórica, quando ouvimos falar em “buracos de minhoca” para explicar certos tipos de atalhos dimensionais, ou a própria expressão “Big Bang” que ilustra como o universo começou.

O interesse pelo papel da metáfora é tão grande que Wayne C. Booth, no início de uma conferência que proferiu em 1978, na Universidade de Chicago, ironizou:

(...) os estudiosos da metáfora pululam. As bibliografias demonstram mais títulos no ano de 1977, por exemplo, do que para... – bem, a verdade é que eu me recuso a fazer contas para reforçar o meu argumento, mas aposto alto como o ano de 1977 produziu mais sobre a metáfora do que a história do pensamento antes de 1940. Muito em breve teremos mais “metaforistas” do que “metafísicos” – ou “metataxidermistas”, os embalsamadores de metáforas mortas? Na verdade estendi os cálculos com minha calculadora de bolso até o ano de 2039, quando haverá mais estudiosos da metáfora do que indivíduos. (BOOTH, 1992, p.54)

Independentemente do exagero que aparece na afirmação de Booth, é fato que o interesse pela metáfora mostra-se crescente nas últimas décadas. Inclusive, o termo “metáfora” passou a identificar não apenas uma figura de linguagem, mas até formas de pensar, de ver e analisar o mundo. Hoje, fala-se em “metáforas culturais” ou que um fato serve de “metáfora” para um estado de coisas, como se a metáfora fosse uma síntese de vários fatos que permeiam o nosso mundo. Mas o interesse é bastante antigo. Aristóteles, no século IV a.C., foi o primeiro a defini-la. Em sua *Arte Poética*, define a metáfora como uma analogia, como “a transposição do nome de uma coisa para outra”:

Se disser que *a taça é para Dionísio* o que *o escudo é para Ares*, chamar-se-á à taça o escudo de Dionísio e ao escudo, a taça de Ares. O que a velhice é para a vida, a tarde é para o dia. Diremos, pois que *a tarde é a velhice do dia*, e *a velhice é a tarde da vida* ou, como

Empedocles, *o ocaso da vida*. Em alguns casos de analogia não existe o termo correspondente ao primeiro, mas mesmo assim nada impede que se empregue a metáfora. O ato de “lançar a semente à terra” diz-se “semear”, mas não existe termo próprio para designar o ato de o sol deixar cair sobre nós sua luz; contudo existe esta mesma relação entre este ato e a luz, que entre semear e a semente; pelo que se diz: *semeando uma luz divina*. (ARISTÓTELES, 2007, p.75)

Aristóteles aborda a metáfora não apenas no seu caráter poético, mas também enquanto elemento de persuasão. Na *Retórica*, ele chama a atenção para o poder de convencimento que a metáfora possibilita. A forma de construção é exatamente a mesma que a ilustrada acima, por analogia. O que diferencia o enfoque da metáfora nas duas obras é o seu caráter: na primeira, o seu objetivo é a expressão e a construção de imagens literárias; na segunda, o que importa é o poder de convencimento. É importante ressaltar que o enfoque dado por ele, em ambas as obras, enaltece o poder que a metáfora possui na expressão de ideias, não importando a função que o falante dá a ela. Na retórica, a metáfora se constitui como um instrumento de argumentação:

A linguagem é composta de nomes e verbos. Nomes são de diversas espécies consideradas no tratado sobre a Poesia. Palavras estranhas, compostas e inventadas devem ser utilizadas de maneira esparsa e em poucas ocasiões, que iremos mencionar posteriormente, pois já indicamos o motivo para essa restrição. Elas se dirigem aos excessos, divergindo daquilo que é adequado. Na linguagem da prosa, além de termos regulares e próprios às coisas, os únicos que podem ser utilizados favoravelmente são os metafóricos. Isso nós coletamos dos fatos que essas duas classes de termos, o próprio ou regular e o metafórico, esses e nenhum outro, são utilizados por todos na conversação. (ARISTÓTELES, 2007, p. 150)

É interessante a afirmação de Aristóteles de que no discurso não devem ser usados termos imprecisos e neologismos, mas apenas “o termo próprio, o vocábulo usual e as metáforas”, colocando em um mesmo nível tanto o vocábulo usual e a metáfora, o que fica mais claro logo em seguida: “A metáfora, além disso, dá clareza ao estilo, charme e distinção como nenhuma outra é capaz de dar...” (op. Cit. p.151) A metáfora é vista por ele com bons olhos porque é algo utilizado por todos, ou seja, faz parte da linguagem cotidiana. A metáfora é um bem compartilhado, um produto ao mesmo tempo social e individual, algo que “não é o tipo de coisa cujo uso pode ser ensinado de um homem a outro.” (Ibid.)

Como o pensamento aristotélico influenciou a maneira de pensar o mundo durante toda a antiguidade e na era medieval, quando se estudou o papel da metáfora durante esse período, isso sempre aconteceu a partir das bases lançadas por ele. A metáfora era vista como um desvio de significação ou, mais próximo do sentido que Aristóteles pretendia, um desvio na busca da semelhança, o uso de uma palavra que não seria a usual para definir um objeto.

Ver a metáfora como desvio implica considerar que existe uma forma “melhor”, ou canônica, para definir os objetos e fatos do mundo e a metáfora, como os demais tropos, seria o desvio, uma das formas não usuais. A retórica clássica via a metáfora como um recurso expressivo capaz de preencher necessidades expressivas que o vocabulário usual não era capaz de ocupar. O interesse da retórica pelas figuras da linguagem era tal que, em um determinado momento, segundo Mosca (2004), antes do século XIX, já se contavam cerca de duzentas e cinquenta diferentes figuras. Segundo a mesma autora, Fontanier conseguiu uma forma de classificação que distinguia as figuras em sete classes:

1. figuras de significação ou tropos, em uma só palavra;
2. figuras de expressão, ainda recaindo sobre a significação, mas envolvendo várias palavras;
3. figuras de dicção, que trazem modificação material na forma das palavras;
4. figuras de construção, quando afetam a ordem das palavras ou a sua expansão/subtração;
5. figuras de elocução, que procedem da escolha no nível da expressão da ideia;
6. figuras de estilo, escolha de palavras para expressão de um juízo, relacionando pelo menos duas ideias;
7. figuras de pensamento, torneios dados ao próprio pensamento, independentemente de sua expressão. (FONTANIER, 1968, p. 36)

Ainda no âmbito da retórica, Mosca cita o trabalho do grupo μ , que, sob o impulso da linguística do século XX, acabou por revisar a classificação tradicional, criou uma classificação mais abrangente que compreende quatro classes, chamadas de *metáboles*: 1. Metaplasmos, figuras formais que agem sobre o aspecto sonoro ou gráfico das palavras e unidades menores; 2. Metataxes, as figuras de sintaxe; 3. Metassememas, as figuras de natureza semântica; 4. Metalogismos, que são as figuras próximas às conhecidas figuras de pensamento. Aplicando essa classificação aos planos de expressão e de conteúdo tem-se:

	Expressão	Conteúdo
Vocábulo	Metaplasmo	Metassemema
Frase	Metataxe	Metalogismo

Fontanier, citado também por Ricoeur (2005), em relação à metáfora, defende que se por um lado o tropo consiste numa só palavra, por outro, a sua realização necessita de duas ideias que se relacionam. A relação entre as ideias pode ocorrer de três diferentes formas: as *relações de correlação* ou *de correspondência*, as *relações de conexão* e as *relações de semelhança*. A primeira das três relações, a de correspondência é a responsável pelos diferentes tipos de metonímia, entendida por ele, como a relação entre dois objetos da realidade, cada qual formando um todo à parte, com significação própria. A relação de correspondência entre os dois objetos pode se diversificar de várias formas: “do efeito pela causa, do continente pelo conteúdo, o possuidor pela coisa possuída, o autor pela obra, o inventor pelo invento, o concreto pelo abstrato, o lugar de procedência pelo do objeto que dali procede, o significante pelo significado, etc.” (MOISÉS, 1988, p. 334)

Na segunda relação elencada, a de conexão, ao contrário da anterior, é a relação entre os dois objetos que forma um todo: os dois objetos passam a pertencer a um mesmo todo, fazendo com que a significação de um fique contida na significação do outro, o que define a sinédoque (hiperonímia) que, segundo Moisés, “... consiste em designar o mais restrito pelo mais extenso, ou seja, a espécie pelo gênero, a parte pelo todo, o singular pelo plural...” (Ibid. p. 478).

Para Ricoeur, é particularmente notável o fato de que as duas relações unem antes objetos do que ideias. É claro que se for pensado que cada objeto já contém uma ideia, então as ideias estariam contidas na relação. Ainda assim, a simetria no tratamento da metonímia e da sinédoque resulta em que a terceira relação, que origina a metáfora, diferencia-se das primeiras porque essas, antes de ligar ideias, ligam objetos que, embora estejam ligados a ideias, primeiramente são partes de um mesmo todo, são duas partes que se designam mutuamente. Isso ocorre em ambos os casos: são os objetos (e as ideias ligadas a eles, de alguma forma) que se designam

mutuamente através uma relação de inclusão ou de exclusão. A metáfora, ao contrário, trabalha com a conexão de ideias.

As relações de semelhança são as responsáveis pela realização metafórica e trabalham num âmbito mais abrangente que as outras relações, já que não se limitam somente a objetos ou aos nomes dos objetos, mas também aos adjetivos, verbos e demais classes de palavras. Apesar de Fontanier se limitar ao contexto da palavra, é válido pensar-se que a metáfora se faz de fato na sentença, na relação formada entre duas ideias que estão ligadas a duas palavras diferentes. Ao contrário da metonímia e da sinédoque, que nomeiam os objetos através de outros objetos, a metáfora caracteriza os objetos que já foram nomeados.

Segundo Ricoeur, quando Fontanier afirma que a metáfora apresenta uma ideia sob o signo de outra ideia mais conhecida, ou seja, da relação do significado pertencente a um determinado domínio para outro domínio, antecipa o que muitos pensadores atuais entendem por metáfora. Entre eles, Nelson Goodman (1968), que também trata da noção de domínio, só que como um conjunto de etiquetas e a metáfora como “uma redescritção por emigração de etiquetas”. (RICOEUR, 2005, p. 99)

Se Fontanier (1968), por um lado, inovou no sentido de produzir uma análise minuciosa da metáfora e dos demais tropos, cuja classificação serviu de modelo nos séculos subsequentes, por outro não foi capaz de ultrapassar o limite da palavra. Isso limita em muito a possibilidade de explicação, já que, indiscutivelmente, muito do que se pode dizer sobre o papel da metáfora na linguagem ultrapassa o limite da palavra para chegar ao âmbito do discurso. O mesmo se pode afirmar sobre a construção da metáfora, cuja ampla realização se faz, no mínimo, na sentença.

Fora do âmbito da retórica, a metáfora a partir do Iluminismo (século XVIII) passou a enfrentar resistência em função da busca por uma linguagem científica capaz de afastar a ambiguidade e a vagueza, típicas das linguagens naturais. A partir do advento da ciência moderna, a linguagem passou a ser duas: uma para o divertimento, para o enlevo espiritual, aquela do dia-a-dia que serve para os afazeres dos homens; e outra que serve para a ciência e a informação. Isso é muito bem ilustrado pelo trecho do *Essay Concerning Human Understanding*, de Locke (1967) *apud* Man (1992):

Já que o engenho e a fantasia encontram maior receptividade no mundo do que a verdade árida e o conhecimento real, as *falas figuradas* e as alusões na linguagem dificilmente são reconhecidas como uma imperfeição ou abuso da linguagem. Reconheço que, em discursos nos quais buscamos antes prazer e deleite do que informação e aprimoramento, tais ornamentos emprestados deles não poderiam ser considerados defeitos. Contudo, se formos falar das coisas tais como elas são, devemos reconhecer que toda a arte da retórica, salvo a ordem e a clareza, todas as aplicações artificiais e figurativas das palavras que a eloquência já inventou nada mais fazem do que insinuar ideias erradas, mover as paixões e induzir o julgamento em erro, sendo assim consumadas fraudes. Portanto, por mais louváveis e admissíveis que a oratória as considere em arengas e discursos populares, elas devem, por certo, ser totalmente evitadas em qualquer discurso que pretenda informar ou instruir e, em se tratando de verdade e conhecimento, não podem ser senão consideradas um grande defeito, seja da linguagem ou das pessoas que as utiliza. (...) *A eloquência*, como o sexo frágil, traz em si tantas graças envolventes que não deveria jamais ser criticada. E é inútil apontar defeitos nessas artes da ilusão quando os homens se comprazem em serem iludidos. (MAN, 1992, p. 20, 21)

O trecho de Locke é uma dura crítica ao poder da retórica e da capacidade figurativa da linguagem que, para ele, afastam os homens do conhecimento e da verdade. Ele chega a comparar a eloquência ao sexo frágil, já que ambos são capazes de nos envolver em suas graças e o que é pior, manter-nos felizes por sermos envolvidos e iludidos.

Apesar de ser um texto que, pela distância do tempo, parece claramente preconceituoso em relação a um tipo de linguagem (e em relação às mulheres), é importante notar que ele revela um pensamento que até os nossos dias ainda é latente: o poder que a linguagem possui de encobrir a verdade (de certa forma, o dito sexo frágil também). A questão da verdade será mais bem explorada no segundo capítulo, mas pode-se desde já deixar clara essa dicotomia clássica, segundo a qual a linguagem natural não se presta para a ciência já que padece de falta de clareza e de objetividade. Esse pensamento subjaz a muitas teorias que tentam formalizar a linguagem em busca de um meio isento de se falar sobre o conhecimento produzido pela ciência. Uma linguagem livre das ambiguidades produzidas pelo uso comum da linguagem natural.

A afirmação de Locke, de que a linguagem “informativa” deve-se manter afastada dos rebuscamentos da eloquência, cria complicações quando pensamos em noções que não podem ser apreendidas se não for por meio de uma metáfora. Um exemplo particularmente interessante é a noção de TEMPO. O tempo é e sempre foi um dos grandes mistérios para o homem. Podemos imaginar que, quando o homem começou a pensar, ele deve ter percebido que o Sol sempre nascia, seguia um

determinado percurso pelo céu e se punha quando a noite chegava. Já devia haver nessa época uma “sensação de passagem do tempo”: o homem sabia que devia sair próximo da aurora para caçar, quando a caça estava longe da caverna, para poder voltar antes do anoitecer. A noite era muito mais perigosa e assustadora para o homem primitivo do que é para o homem contemporâneo (apesar de que ainda temos andar por lugares escuros e desconhecidos); por isso prestar atenção ao relógio natural do movimento do Sol era de importância vital. Além disso, já naquela época, o homem era criança, crescia, morria. Ele tinha tempo de ser cuidado e de poder se cuidar, tinha tempo de ser alimentado e de prover alimento, de ser cria e de procriar. Durante o dia havia tempo de fome, de sede, de cansaço. Ou seja, já aquele ser primitivo começava a desenvolver o relógio biológico que nós, homens modernos, herdamos.

Mas, se por um lado o relógio biológico nos informa sobre a sensação de tempo, ele não é suficiente para que nós possamos informar os outros seres sobre o tempo. Principalmente porque a sensação de tempo nos acompanha durante toda a vida e ela vai se fazendo conforme existimos. E como as existências não são idênticas, as nossas sensações de tempo também não serão. Assim, quando precisamos criar algum tipo de generalização a respeito do tempo, precisamos fazê-lo de forma metafórica. A chegada do Natal, por exemplo, é uma grande metáfora, inserida na cultura dos mais diferentes povos, mesmo daqueles que, como nós, têm um natal tropical, sem trenós, renas e muito menos neve. Ou seja, a nossa percepção desse dia do ano é muito mais cultural do que natural.

Gribin (1983, p.26), citando Whitrow (1973), diz que os estóicos acreditavam que o tempo se repetia em ciclos regulares. Nesses ciclos, os planetas, ocupavam as mesmas posições ocupadas quando o cosmos foi criado, destruindo tudo o que nele existia e fazendo com que tudo fosse restaurado novamente de forma idêntica a anterior, inclusive com os mesmos homens e as mesmas relações. Hoje, algumas correntes da Física moderna defendem a ideia de um universo cíclico. Ao contrário, o nosso senso comum está baseado numa visão de um universo que se desenvolve sempre linearmente: “o tempo caminha para frente”.

Essa breve apresentação a respeito do tempo chama a atenção para duas coisas em especial: em primeiro lugar, o conceito que nós possuímos de tempo é tanto biológico quanto cultural; e, em segundo lugar, se não for através de uma teoria (física ou matemática), pelo tipo de relação que os homens mantêm com o tempo, é muito difícil nós o conceituarmos de uma maneira que não seja metafórica. Mesmo em um livro de divulgação científica escrito por um físico, como é o caso de Greene, podemos encontrar metáforas como “dizemos que voa, dizemos que ele é dinheiro, tentamos ganhá-lo...” (2005, p.155); “é como se estivéssemos na margem do rio do tempo e observássemos a corrente passar, trazendo o futuro até nós...” (Ibid. p.157); “mesmo que o tempo não passe, continua sendo válido se ele tem uma seta.” (Ibid. p. 172). O autor explica da seguinte forma o porquê de percebermos o tempo como algo com direção e causalidade:

Mil vezes por dia, as nossas experiências revelam uma distinção entre o desdobramento das coisas em um sentido no tempo e o seu reverso. A pizza sempre esfria um pouco no caminho da pizzaria e a sua casa e nunca chega mais quente do que estava quando saiu do forno. O óleo de oliva se espalha pela salada e nunca o vemos voltar para o frasco e deixar a salada sem tempero. Os ovos se quebram e se espatifam e nunca vemos os ovos e as cascas se reaglutinarem e voltarem a formar um ovo inteiro. (...) Essas seqüências corriqueiras de eventos, assim como inumeráveis outras, acontecem em uma única ordem temporal. Nunca ocorrem na ordem reversa e com isso nos fornecem uma noção de antes e depois. (Ibid. p. 172-173)

Essas imagens mentais citadas pelo autor, de certa forma, nos condicionam a pensar que as coisas sempre acontecem de um ponto, ou de um estado, para outro ponto, ou estado. Ou seja, é mais fácil pensar a passagem do tempo como um caminho, uma direção nas quais as coisas andam, progridem.

O exemplo mostra como nós teríamos dificuldade para compreender fenômenos físicos que estão no mundo, mas não são palpáveis, como o magnetismo e a atração gravitacional. O mesmo aconteceria com conceitos como amor, ódio, etc., os quais também são impossíveis de se apreender sem uma figuração qualquer. É necessário criar uma imagem mental para o que é amor ou ódio antes de podermos falar sobre o que sentimos.

Por mais que os iluministas pudessem desejar, o conhecimento e as metáforas sempre estiveram juntos, até porque é mais fácil ter acesso ao conhecimento através de uma linguagem acessível a todos e que seja capaz de ilustrar ideias que não são compartilhadas, a não ser apenas por alguns já inseridos no meio acadêmico. Como um dos objetivos do Iluminismo era o de “levar a luz” a todas as mentes, aí já temos uma metáfora que exemplifica o que Aristóteles já dizia: “não há ninguém que na conversação corrente não se sirva de metáforas,” (*Retórica*)

O *Leviatã*, de Hobbes (2008), também demonstra essa resistência à metáfora e a linguagem figurada. Lá, ele afirma que em relação aos usos da linguagem, os homens cometem abusos, um dos quais seria “quando usam palavras metaforicamente; ou seja, com sentidos diferentes daqueles para os quais foram inventadas [as palavras]; e assim enganam os outros”. (parte I, capítulo 4). Segundo Ted Cohen (1992), a posição de Hobbes revela uma vertente da filosofia ocidental que vai do empirismo britânico até o positivismo vienense que não aceitava qualquer tipo de estudo sério a respeito da metáfora. Segundo ele, por trás disto está a ideia de que apenas o conhecimento tem valor e que a importância da arte somente pode ser medida pela quantidade de conhecimento que puder ser encontrada nela e levanta alguns questionamentos a respeito dos críticos da metáfora:

“Será que o conhecimento é a preocupação única, ou talvez a mais importante? Será que a semântica formal é tudo o que importa no uso da linguagem, ou será que é o único tópico correto e relevante? Será que uma piada é menos importante do que um teorema mesmo se a piada for ótima e o teorema for trivial?” (COHEN, 1992, p. 13)

Aí reside um dos grandes entraves para o tratamento da metáfora: ela tem uma aparência de falsidade. Ela parece um simples jogo de palavras que, como disse Hobbes, “... assim enganam os outros”. E realmente a metáfora apresenta esta dupla face, já que ao mesmo tempo em que ela pode ser utilizada para ampliar o conhecimento (como citado no exemplo sobre a noção de tempo), como para enganar, para encobrir a verdade. O próprio Aristóteles já havia comentado na *Retórica* que a metáfora pode ser utilizada para enaltecer, se utilizar o melhor do gênero, como para rebaixar, se utilizar o pior.

Talvez a grande diferença que encontramos entre a metáfora literária e a científica seja, como aponta Massaud Moisés (1988), que a ciência tenta fazer a metáfora unívoca, não permitindo a ambiguidade, enquanto que a literatura busca justamente a múltipla interpretação, a possibilidade de muitas vozes e diferentes interpretações. Ainda assim as duas teriam o papel de traduzir em palavras o que é obra da imaginação criadora – do literato de um lado, do cientista de outro.

No entanto, basta pensarmos a questão de maneira diferente para percebermos que as coisas não são bem assim, porque a dicotomia proposta por Moisés nos leva a pensar a oposição que existe entre uma metáfora artificialmente construída por um escritor ou um poeta e outra, também artificialmente construída por um cientista. Ou seja, nem uma nem outra podem ser consideradas como produto da linguagem cotidiana, mas como produtos de intenções prévias. Tanto o cientista quanto o poeta têm propósitos próprios em relação às suas construções metafóricas, mas, mesmo assim, ambos têm em comum a capacidade aparentemente inata de produzir metáforas como forma de se fazer entender eficientemente pelo outro.

Como se trata de uma forma de discurso, é importante termos em mente que por trás de uma construção metafórica pode estar presente a intenção de explicitar ou de esconder algo. Nietzsche, *apud* Gilman (1997), chama a atenção para o fato de que a retórica é a essência da linguagem porque o homem, através da linguagem, busca “convencer”, passar aos outros homens um “impulso subjetivo” que seria a tradução das coisas do mundo, via linguagem. Isso quer dizer que os homens não falam sobre coisas ou eventos, mas sobre impulsos subjetivos de coisas ou de eventos ou, ainda, “não comunicam sensações, mas cópias de sensações”.

A posição de Nietzsche coloca a linguagem (e o seu caráter retórico) como mediadora entre o homem e o mundo ao seu redor. Uma via de dois sentidos: tanto da coisa do mundo para a sua tradução em impulso quanto de impulso para a sua exteriorização (retórica) para o mundo das coisas e dos outros homens. Esse papel mediador da linguagem faria do processo de interação homem – mundo um contínuo vai e vem entre o objetivo e o subjetivo por um caminho sempre marcado pelo problema da significação, já que, segundo ele a essência completa das coisas jamais

poderá ser abarcada porque no momento em que percebemos algo, esse algo se transforma em um impulso que poderá ser passado pela linguagem como uma *opinião*, mas não como um conhecimento, pois o *conhecimento* seria inalcançável através da linguagem. Daí a afirmação de que a linguagem seria eminentemente retórica e faz uso das figuras (tropos) para criar as imagens com as quais os impulsos são exteriorizados, o que quer dizer que a linguagem jamais expressaria algo em sua totalidade, mas apontaria, através das figuras (sinédoque, metáfora, metonímia), algum aspecto relevante capaz de diferenciar esse algo de outros “algos”. Isso torna o processo de compreensão do mundo fortemente interpretativo. A sua definição de tropos é mais radical do que aquelas tradicionais, quando afirma que, em relação aos seus significados, todas as palavras são figuras, ou seja, são interpretáveis, contradizendo a certeza na “denotação”, no sentido literal, na verdade.

Para Nietzsche, somente através da certeza na verdade conseguimos acreditar que as coisas em si mesmas podem ser compreendidas e que a essência do mundo pode ser percebida. Daí a necessidade de afastar o obscuro da linguagem em um mundo racional que utiliza a linguagem na construção de conceitos e não de intuições, relegando essas últimas, juntamente com as figuras de linguagem (ou talvez em virtude delas), para o campo da literatura, onde se espera que os significados possam e devam ser livres, justamente para nos assegurar que existe um lugar apropriado para essas “liberdades”, diferente do mundo em que vivemos, regido por seguras leis conceituais.

A linguagem, para ele, é uma forma de afastamento das verdades do mundo que, graças ao caráter retórico e interpretável, funcionaria como uma máscara capaz de obscurecer a verdade. Se a linguagem obscurece a verdade das coisas, o maior instrumento deste obscurecimento seria justamente a metáfora:

O que é a palavra? A representação sonora de uma excitação nervosa. Mas concluir de uma excitação nervosa para uma causa exterior a nós é já o resultado de uma aplicação falsa e injustificada do princípio de razão. (...) Primeiramente transpor uma excitação nervosa para uma imagem! Primeira metáfora. A imagem de novo transformada em som articulado! Segunda metáfora! E de cada vez um salto complexo de uma esfera para outra esfera nova e totalmente diferente. (*Sobre verdade e mentira no sentido extramoral*, apud MOSÉ, 2005, p. 76)

A transposição do impulso em imagem parece referir-se ao pré-linguístico, àquela porção cognitiva que transforma o impulso inicial em algo cognoscível. Aí estaria a primeira metáfora, uma metáfora que identifica o impulso a algo já conhecido para, depois, transformar essa identificação metafórica em um impulso sonoro, uma palavra que, no seu sentido estrito, seria outra metáfora para a imagem. Ao se ligar a palavra a um sistema de significação, outra metáfora seria criada. Agora, uma metáfora de identificação com outras palavras e coisas do mundo.

Segundo Mosé, o sentido que Nietzsche empresta à metáfora está relacionado à definição aristotélica de identificação que afirma que a metáfora é uma identificação de uma palavra com outra palavra, ou de uma coisa com outra coisa ou, mesmo, de um conceito com outro conceito. No entanto, “se a metáfora em Aristóteles tem um uso específico e circunscrito no interior da linguagem, para Nietzsche a metáfora é o fundamento para toda linguagem” (MOSÉ, op.cit. p. 77). Para ele, a linguagem encobre a verdade.

Se a linguagem encobre a verdade e a metáfora é o fundamento para a linguagem, então os conceitos e a própria verdade se baseiam em metáforas. Isso pode parecer um ponto de vista complicado de ser sustentado se pensarmos apenas que a linguagem esconde a verdade e assim aceitarmos que todas as coisas que definimos através da linguagem são falsas. Mas não é isso claramente que Nietzsche assume, o que ele defende é que a verdade precisa ser desvelada, mostrada através da máscara formada pela linguagem. Já que as metáforas vivas são o material do qual a linguagem é “feita”, pode-se supor que os conceitos, que refletem a verdade e sobre os quais se assentam a sociedade e a organização do mundo, baseiam-se na linguagem já cristalizada, isto é, sobre metáforas mortas.

A linguagem assim pensada apresenta duas faces: de um lado ela é eminentemente criativa, já que feita de metáforas vivas em constante processo de renovação e de outro é uma linguagem já estabelecida, contendo metáforas mortas, patrimônio de um grupo social, de uma língua. O que, de maneira geral, lembra a máxima de que uma língua não pode viver sem mudar e, ao mesmo tempo, precisa ser suficientemente estável para servir como instrumento de comunicação.

Acima de tudo a linguagem deve ser vista como um patrimônio da sociedade. Como fator de integração e de identidade um povo e do próprio ser. Ou seja, ela precisa de um caráter subjetivo, que sirva para a expressão individual e individualista do ser, e também social, para ser meio de comunicação, entendimento e preservação cultural.

Um ponto de vista que pensa a linguagem como um mecanismo criativo e ao mesmo tempo estável, tem muito a ver com a posição de Wilhelm Von Humboldt: “a *língua*, considerada em sua natureza real, é uma coisa duradoura e, em cada momento, *transitória*” (HUMBOLDT, 1999, p.49)ⁱ

Humboldt também defende que a linguagem é um “organismo” vivo, em constante processo de criação e autoafirmação. Para ele, não somente a linguagem se faz e se define a cada momento, mas, através dela, os homens definem a si mesmos e também o mundo a sua volta. A linguagem seria um tipo de patrimônio de todos os homens, através do qual os indivíduos e as culturas se fariam no mundo. Em todos os momentos, em seu texto, a linguagem é definida a partir do seu papel cognitivo, já que ela é a mediadora entre o homem e o mundo. Ele chega mesmo a afirmar que o homem, em um nível mais básico, é capaz de formar relações com os outros homens apenas através do seu trânsito entre os semelhantes. Mas, a partir do momento em que precisar formar um conceito de qualquer tipo, necessitará da linguagem como forma de organização de seus pensamentos em relação à sociedade e à cultura que a envolve. A linguagem seria, então, de um ponto de vista antropológico, o meio pelo qual se formaria a *nação*⁶. Muitas nações se desenvolveram enquanto tal a partir da manutenção cultural (da transmissão de valores) possibilitada exclusivamente através da linguagem, como, por exemplo, no caso da cultura hindu da Índia, ou, de uma maneira diferente, da criação do Estado italiano a partir da afirmação de uma língua italiana que se sobrepôs aos dialetos regionais.

Mais do que uma forma de constituição de nação, a afirmação da intimidade entre o homem e a linguagem é o que mais interessa no momento. Para ele, o

⁶ O pensamento de Humboldt em relação à formação das nações, de certa forma, revela o pensamento romântico da época, que defendia a valorização das línguas, da natureza e das culturas próprias de cada país como forma de constituição e afirmação nacional.

indivíduo e a linguagem estão necessariamente ligados de forma que não existe intelectualidade sem a linguagem e vice-versa: “A língua é, por assim dizer, a aparência exterior do espírito de um povo, a língua é o seu espírito e o espírito é a sua língua” (HUMBOLDT, 1999, p. 46)ⁱⁱ. Assim, interpretar o espírito de uma pessoa ou de um povo é interpretar a sua linguagem. A linguagem não pode ser encarada como um objeto de estudo a partir de uma postura que desconsidere o indivíduo e a cultura, pois uma coisa não existe sem a outra.

O caráter cognitivo da linguagem está muito claro para ele e isso se estende também às metáforas, já que elas serviriam, assim como os circunlóquios para o entendimento de conceitos mais elaborados ou a respeito de povos e regiões desconhecidas. Conceitos esses que sempre podem ser reelaborados através de uma linguagem, “não como um *produto morto*, mas muito mais como uma *produção*”. (Ibid. p. 48)

A linguagem por ele definida é ao mesmo tempo criação e criadora, pois faz parte do *mental power*, e, ao mesmo tempo constitui os homens e as nações. O poder criativo da linguagem é, assim, uma força empreendedora capaz de modelar o mundo a nossa volta. Uma *atividade constitutiva*, no dizer de Carlos Franchi (1992), um meio constitutivo, não só para o meio (ou contrato) social, mas para o próprio falante enquanto sujeito e para a própria linguagem como atividade autorenovável já que, ao mesmo tempo em que é utilizada pelo indivíduo como meio de comunicação, usa o indivíduo para a sua própria reafirmação. Indivíduo que, por sua vez, irá novamente utilizá-la, agora como forma de autodefinição e de definição de um mundo que será exteriorizado pela linguagem e, simultaneamente, inserido também através da linguagem para dentro da própria linguagem, constituindo-se um processo dinâmico em cadeia de constante expressão, retomada e renovação.

Para Franchi, justamente nesse processo dinâmico de constante confirmação/renovação reside, talvez, o problema central da linguagem: a sua indeterminação semântica ou, em outras palavras, a sua inegável característica de sempre poder significar coisas novas num engendramento “criativo” que toma o já existente e o reelabora, devolvendo ao mundo, através de si própria, novas

significações que se juntarão às já existentes, ampliando a base sobre a qual o sujeito se debruçará (ou se apoiará) para “fabricar” novos sentidos indefinidamente.

Quando se pensa em indeterminação semântica, novas significações e engendramento criativo, isso em muito lembra a forma como as metáforas funcionam. Primeiramente, a metáfora é uma forma de engendramento que utiliza justamente a indeterminação semântica para produzir novas significações. Significações que são sempre construídas a partir de significados pré-existentes, lembrando o conceito Humboldtiano de linguagem, como um organismo que se constrói ao mesmo tempo em que constrói, que parte de si mesma para constituir novas formas que, ao final, serão a própria linguagem com uma nova constituição. Se ao mesmo tempo o ser constitui-se na e pela linguagem, então o seu caráter cognitivo fica evidente – o que também pode ser aplicado às metáforas e ao seu papel na compreensão do mundo.

Ernest Cassirer (2001) retoma as ideias de Humboldt quando fala sobre a maneira como esse encarava a linguagem como produto ao mesmo tempo social e individual e sobre o seu caráter cognitivo:

“A palavra, imprescindível para que o conceito se torne um indivíduo do mundo do pensamento, acrescenta a este conceito uma parcela importante de sua própria significação, e na medida em que define a ideia, a palavra também a aprisiona dentro de determinados limites... Considerando-se a dependência mútua de pensamento e palavra, torna-se evidente que as línguas não são meios de representar a verdade já conhecida, e sim, antes de mais nada, meios de descobrir a verdade até então desconhecida.” (CASSIRER, 2001, p. 145)⁷

Como bem diz a passagem em destaque, Humboldt acreditava no caráter cognitivo da linguagem, a qual proporcionava ao homem a sua individualização através da apropriação do coletivo. A linguagem para ele era a nação, a “entidade” que une todos os indivíduos que partilham o patrimônio cultural da língua.

A postura de ver a linguagem como sendo parte do patrimônio cultural de um povo também é compartilhada por Ludwig Von Wittgenstein, para quem a linguagem faz parte do convívio social. Ela é eminentemente uso. Essa é postura de um Wittgenstein maduro, fruto de um repensar a linguagem que contradiz o que ele

⁷ Humboldt, W. *Über die Verschiedenheit des menschlichen Sprachbaues*, Werke VI, I, p. 119. apud CASSIRER, 2001.

defendia no seu primeiro livro. No início de sua carreira como filósofo, ele foi aluno de Bertrand Russell e, apesar de não concordar com todas as ideias de seu professor, compartilhava com ele o interesse pelas linguagens lógicas e pelo estabelecimento de relações mais constantes na filosofia.

Do seu ponto de vista, as coisas não teriam significado no mundo enquanto fossem vistas isoladamente, sem estarem em uma relação com as outras coisas. A partir do momento em que um objeto esteja relacionado a outros objetos e faça parte de um estado de coisas, ele poderia sim ser estudado pela Filosofia.

Em relação à linguagem, o seu pensamento era semelhante: uma palavra isoladamente nada valeria. O seu valor seria estabelecido a partir do momento em que ela estivesse em uma relação com outras palavras, inserida em uma frase. Isso porque só se pode estabelecer a verdade ou a falsidade de uma frase. Uma palavra sozinha não pode ser verdadeira ou falsa. Essa relação só pode ser estabelecida quando ela estiver numa proposição.

Além disso, outra condição se impõe: a frase precisa estar relacionada com o mundo, afinal, a verdade ou a falsidade somente podem ser estabelecidas em relação a um determinado estado de coisas que está no mundo.⁸ Aí reside a questão central do *Tractatus Logico-Philosophicus* (1968): assumir que entre o mundo, a linguagem e o pensamento existem uma correspondência de um para um. Ou seja, é preciso assumir que o mundo e a linguagem possuem formas lógicas semelhantes, o que quer dizer que descrever uma é explicitar a outra. Nada que estivesse fora dessa relação pensamento-mundo seria interessante como objeto de discussão pela filosofia, ou, como o próprio Wittgenstein afirma no livro “o que não se pode falar, deve-se calar” (WITTGENSTEIN, 1968, p. 129). O *Tractatus* é uma busca constante para especificar do que se pode falar, daquilo que está nessa relação clara entre mundo e linguagem.

Seu trabalho mais conhecido, *Investigações filosóficas* (1999), foi publicado postumamente, em 1953, e aprofunda as discussões a respeito da linguagem que ele iniciou no *Tractatus* e que surgem também em *Observações Filosóficas* (1931 –

⁸ As condições de verdade e falsidade serão vistas com maior profundidade na próxima seção. Por enquanto basta ter em mente a relação proposição-mundo como definidora da verdade.

2005)⁹, nas quais a sua preocupação era a de como o mundo era figurado pela linguagem. E esse aprofundamento é feito através da crítica de que exista uma relação necessária entre a linguagem e as coisas do mundo. Muito pelo contrário, o que ele faz é defender que não existem significados a priori porque eles são estabelecidos pela situação na qual a frase é enunciada. Como são infinitos os usos que podemos fazer da linguagem, infinitos são os significados que podem ser gerados. Ou seja, o significado não se estabelece numa relação um a um com o mundo. Usar palavras para nomear o mundo torna-se então muito secundário.

Para esse segundo Wittgenstein, a linguagem é um jogo (ou um conjunto de infinitos jogos) e o significado das palavras é determinado pela maneira como elas são usadas. Ou seja, criar significados é jogar um jogo de linguagem que, como todos os jogos, é determinado por regras definidas pela comunidade. Ele afirma a falta de uma definição da linguagem por si mesma, naquilo que seria comum ao fenômeno chamado linguagem:

“Aqui encontramos a grande questão que está por trás de todas essas considerações. Pois poderiam objetar-me: ‘Você simplifica tudo! Você fala de todos os jogos de linguagem possíveis, mas em nenhum momento disse o que é o essencial do jogo de linguagem, e, portanto, da própria linguagem. O que é comum a todos esses processos e os torna linguagem ou partes da linguagem. Você se dispensa justamente da parte da investigação que outrora lhe proporcionara as maiores dores de cabeça, a saber, aquela concernente à forma geral da proposição e da linguagem’.

E isso é verdade. – Em vez de indicar algo que é comum a tudo aquilo que chamamos de linguagem, digo que não há uma coisa comum a esses fenômenos, em virtude da qual empregamos para todos a mesma palavra, - mas sim que estão aparentados uns com os outros de muitos modos diferentes. E por causa desse parentesco ou desses parentescos, chamamo-los todos de ‘linguagens’.” (WITTGENSTEIN, 1999, p. 52)

O parentesco de família que pode ser utilizado, segundo ele, para definir vários tipos de fenômenos que estão englobados sob o termo linguagem é semelhante ao parentesco que define o que é jogo:

⁹ Essa obra é um conjunto de textos que Wittgenstein apresentou ao Trinity College, de Cambridge, em 1931, para renovação de sua bolsa de pesquisa. A primeira publicação em alemão aconteceu em 1964.

“Considere, por exemplo, os processos que chamamos de ‘jogos’. Refiro-me a jogos de tabuleiro, de cartas, de bola, torneios esportivos etc. O que é comum a todos eles? Não diga: ‘Algo deve ser comum a eles, senão não se chamariam *jogos*’, - mas veja se algo é comum a eles todos. – Pois, se você os contempla, não verá na verdade algo que fosse comum a todos, mas verá semelhanças, parentescos, e até toda uma série deles. Como disse: não pense, mas veja! – Considere, por exemplo, os jogos de tabuleiro, com os seus múltiplos parentescos. Agora passe para os jogos de cartas: aqui você encontra muitas correspondências com aqueles da primeira classe, mas muitos traços comuns desaparecem e outros surgem. Se passarmos agora aos jogos de bola, muita coisa comum se conserva, mas muitas se perdem. – São todos recreativos? Compare o xadrez com o jogo da amarelinha. Ou há em todos um ganhar e um perder, ou uma concorrência entre os jogadores? Pense nas paciências. Nos jogos de bola há um ganhar e um perder; mas se uma criança joga a bola na parede e apanha outra vez, este traço desapareceu. Veja que papéis desempenham a habilidade e a sorte. E como é diferente a habilidade no xadrez e a habilidade no tênis. Pense agora nos brinquedos de roda: o elemento de divertimento está presente, mas quantos dos outros traços característicos desapareceram! E assim podemos percorrer muitos, muitos outros grupos de jogos e ver semelhanças surgirem e desaparecerem.

E tal é o resultado desta consideração: vemos uma rede complicada de semelhanças, que se envolvem e se cruzam mutuamente. Semelhanças de conjunto e de pormenor.” (Ibid.)

Ao contrário do que havia feito no *Tractatus*, Wittgenstein, ao definir a linguagem como jogo, nega o seu caráter formal ou lógico porque ela se torna uso. O jogo de linguagem dele é a linguagem em uso. Os indivíduos de uma comunidade é que seriam aqueles responsáveis pelo que a linguagem é. Ou seja, o universalismo pretendido pelas teorias de fundo lógico-formal é deixado de lado em favor de um quase que individualismo cultural. Em cada cultura, a faculdade da linguagem assume configurações diferentes porque o uso e as prioridades de cada cultura também apresentam diferentes configurações – em relação à categorização, por exemplo.

Alguns jogos de linguagem podem, por exemplo, ser típicos de culturas ágrafas, enquanto que outros são apropriados a culturas que depositam sua história na escrita. O mesmo acontece em relação aos jogos de linguagem que são típicos de determinados segmentos profissionais ou sociais, cada qual com as suas redes de relações e de necessidades comunicativas.

Mesmo culturas similares possuem jogos diferentes e uma única cultura pode apresentar jogos que variam no tempo e no espaço. Jogos de linguagem que são vitais em uma época podem perder toda a sua importância com o passar do tempo. Isso porque a comunidade e as suas necessidades também mudam. Dar uma ordem em

tempos de “politicamente correto” é muito diferente do que foi em tempos idos ou em outros lugares, como nos latifúndios tradicionais.

O ponto de vista deste Wittgenstein aproxima a sua filosofia da Pragmática, já que a linguagem é vista como jogo que cumpre determinados papéis e que realiza diferentes funções na sociedade, como comprar, vender, negociar, prometer, solicitar, pedir, ordenar, descrever, etc.

Os jogos de linguagem são definidos como aparentados justamente para evitar uma definição explícita do que eles são, mesmo porque assumir que algo poder ser significativo em si mesmo é negar o próprio jogo de linguagem enquanto atividade na qual estão os falantes e os signos e que é um processo externo ao indivíduo, o qual não é proprietário da significação, pois ela está sempre em se fazendo.

Da mesma forma que o indivíduo não pode usar um signo para significar particularmente algo, a sua interpretação também não será particular: será coletiva enquanto ele for participante de um jogo em constante transformação significativa. O significado não está no signo, nem na linguagem, nem no mundo, está no uso.

A posição de Wittgenstein, em *Investigações Filosóficas*, contradiz as correntes de pensamento que defendem uma ligação forte entre o significado e as condições de verdade de uma proposição, já que, para ele, a verdade de uma proposição poderia ser encontrada no âmbito do jogo de linguagem que se estivesse praticando no momento da enunciação.

De um ponto de vista como esse, as metáforas devem ser interpretadas justamente como parte de um jogo de linguagem, pois participam de uma instância de comunicação como os demais usos da linguagem. Ainda assim, elas precisam ser vistas como registros de linguagem que mantêm relações com o mundo e que contêm condições de verdade para servirem não apenas como recursos comunicativos, mas também como forma de compreensão do mundo.

Na próxima seção serão discutidas com um pouco mais de profundidade as questões da verdade semântica, das condições de verdade de uma sentença, de como isso pode afetar a interpretação das metáforas e de como as metáforas podem ser definidas em relação ao mundo ou mundos possíveis.

2.1 – Metáfora e verdade

A questão da verdade está muito presente em todas as abordagens semânticas da linguagem porque, afinal de contas, descobrir o significado de uma afirmação linguística é descobrir no mundo a sua falsidade ou a sua verdade. Na tradição lógica, a questão da verdade remonta aos gregos clássicos. Segundo Tarski (2007), está, em Aristóteles, provavelmente, a mais antiga explicação sobre a verdade: “Dizer do que é que não é, ou do que não é que é, é falso, enquanto que dizer do que é que é, ou do que não é que não é, é verdadeiro.” (p.204)

A partir da afirmação de Aristóteles, contida na *Metafísica*, pode-se iniciar uma discussão, que não pretende ser exaustiva, sobre o que de fato é ser verdadeiro ou falso. A sua explicação é bastante clara apesar de dependente do verbo “ser”, afinal nem sempre podemos definir a verdade de uma expressão dizendo que algo “é” verdadeiro ou falso. Nem todas as afirmações da língua explicitam essa relação da entidade com o sentido de falso ou verdadeiro. Dizer de algo alguma coisa não é somente explicitar se a afirmação é verdadeira ou falsa, mas colocar em jogo a possibilidade de que aquilo que foi dito seja passível de ser analisado ou julgado como verdadeiro ou falso. Ou seja, a linguagem possibilita que possamos julgar a verdade de uma sentença e é justamente essa a função da semântica: possibilitar aos usuários da língua uma relação de julgamento entre o que a linguagem afirma e o mundo.

Quando se fala na relação entre a linguagem e o mundo, não se pode pensar, em momento nenhum, que o mundo seja apenas o mundo físico que nos cerca. A linguagem ultrapassa facilmente esse limite e é capaz de ser utilizada para expressar ideias a respeito de seres imaginários, de locais apenas ficcionais e de tempos passados, futuros ou indefinidos. Através da linguagem podemos falar do mundo relativo de Einstein enquanto teoria científica e, ao mesmo tempo, podemos falar de viagens no tempo para o passado da Terra, em realidades nas quais os homens atuais podem conversar e interagir com personagens históricos, enfrentar tiranossauros, participar de eventos e até modificá-los, mesmo que a teoria diga que isso é

impossível. E isso é falso? Essa possibilidade é um “engodo” da linguagem? É algo que a semântica deve condenar porque não apresenta relação com a verdade do mundo que nos cerca? Parece que não, porque, se assim fosse, a nossa possibilidade de conversar sobre muitas coisas seria impossível. Negar a possibilidade de que a linguagem possa produzir mensagens compreensíveis e interpretáveis sobre viagens no tempo e outras possibilidades que a ciência proíbe seria negar quase tudo que conversamos diariamente com nossos semelhantes.

A verdade semântica não pode ser apenas a marcação de verdadeiro ou falso porque muito do que forma o mundo não está numa extremidade ou noutra, mas no mundo intermediário do possível. Há inumeráveis mundos onde todas as possibilidades estão presentes. Se uma das maiores capacidades da linguagem é justamente a possibilidade de tradução e de expressão da fecunda imaginação humana, o componente semântico precisa ser capaz de ligar o imaginário e o mundo físico. Os fãs da série *Star Trek* conseguem falar em viagens pelo espaço em velocidade de “dobra” ou em “teletransporte” porque compartilham de um mundo onde essas coisas são verdadeiras. Nele, de fato as naves espaciais viajam em velocidade de dobra e as pessoas são fragmentadas em milhões de átomos e transportadas de um ponto a outro, em forma de energia, para, depois, serem desfragmentadas e terem seus átomos corretamente reorganizados. Ambas as possibilidades não encontram eco em nosso mundo real e no atual grau de desenvolvimento técnico-científico e, também, não se pode afirmar que um dia serão possíveis. Isto é, quando se fala sobre coisas que são possíveis no mundo de *Star Trek* se fala apenas sobre coisas que existem naquele mundo. Quando alguém diz que no episódio X o Capitão Kirk foi teletransportado para o planeta Y onde encontrou membros da raça Z, isso tanto pode ser verdadeiro ou falso. Será verdadeiro se de fato, no episódio X, o Capitão Kirk foi teletransportado para o planeta Y e encontrou membros da raça Z. Se qualquer das informações não ocorreu, o enunciado será falso. O importante é notar que nenhum dos fatos do enunciado aconteceu em nosso mundo real.

Pela mesma razão podemos falar sobre criaturas míticas como bruxas, fadas, duendes, etc. Se somente fosse possível interpretar o que é dito sobre objetos, como

entidades do mundo real, seria impossível utilizar a linguagem como habitualmente fazemos. E não é apenas sobre criaturas míticas que nós falamos quando usamos a linguagem, mas também sobre personagens fictícios. Todo o universo da literatura forma inumeráveis mundos pelos quais transitamos a cada vez que abrimos um livro. Nós falamos sobre o possível adultério de Capitu como se ela fosse uma mulher real e governada pelas mesmas leis físicas que nos controlam. Isso porque parece, muito provavelmente, que tendemos a aceitar mundos parecidos com o nosso como uma extensão do nosso próprio, enquanto outros mundos como distantes, pertencentes a universos mágicos, distantes de nossa realidade. No entanto, Capitu, o capitão Kirk e o minotauro estão em um mesmo nível em relação ao nosso mundo: todos convivendo em nossa imaginação.

Os mundos que a literatura nos apresenta são tão imaginários e tão irrealis quanto os mundos míticos, se os considerarmos em relação à realidade na qual estamos inseridos. Por isso, quando falamos do adultério de Capitu estamos, na verdade, falando sobre uma questão meramente ficcional, porque se ela traiu, o fez somente no mundo criado por Machado de Assis, o que quer dizer que não podemos decidir pela verdade ou falsidade do adultério a não ser dentro do mundo construído para o romance. Sequer podemos falar que se trate de um mundo machadiano, porque o mundo de Capitu não é o mesmo mundo de Brás Cubas ou do Conselheiro Aires. Mais acertado é falar em um universo machadiano, um universo que congrega todos os mundos criados por ele.

Consequência disso é não podermos decidir sobre o caráter de cada um dos personagens de Machado de Assis a partir do nosso mundo. Da mesma forma, não podemos decidir sobre a verdade de um fato a não ser se “assumirmos” o mundo onde o fato ocorreu. A partir da definição de verdade de Tarski¹⁰:

“p” é verdadeiro se e somente se p,
então,

¹⁰ Na fórmula, o que está entre aspas deve ser lido como a afirmação sobre a qual se está julgando a verdade e a parte sem aspas é a metalinguagem utilizada para esclarecer a afirmação. Grosso modo, pode-se dizer que o que está fora é o significado da parte entre aspas.

“Capitu traiu” é verdadeiro se e somente se Capitu traiu.

Ser possível ou não decidir pela culpa de Capitu é uma questão de interpretação. Semanticamente, o que importa é definir em que condições é possível testar a definição sobre a verdade da afirmação do adultério de Capitu. O que importa não é testar a afirmação em relação à nossa realidade, mas em relação à realidade vivida por Capitu dentro do mundo criado por Machado. Cada mundo criado fornece suas próprias condições para a afirmação da verdade.

Se parece exagero falar que o mundo de Capitu não é o nosso e a realidade em que ela vive é diferente da nossa, porque os dois mundos parecem muito parecidos, pode-se recorrer a um exemplo mais radical:

2.1.1. *O Superman voou em torno da Terra a uma velocidade superior à da luz.*

Aplicando a mesma fórmula de Tarski, teremos que:

“O Superman voou em torno da Terra a uma velocidade superior à da luz” é verdadeiro se e somente se o Superman voou em torno da Terra a uma velocidade superior à da luz.

Através desse exemplo fica mais fácil compreender que a verdade de uma afirmação ficcional somente pode ser avaliada no mundo em que ela foi proferida: num mundo onde exista uma entidade chamada Superman que possua poderes extraordinários (inclusive o de voar a uma velocidade superior à da luz) pode ser verdadeira ou falsa a afirmação de que ele voou em torno da terra a uma velocidade superior à da luz (mesmo que a teoria da relatividade proíba essa possibilidade). No nosso mundo, a afirmação é claramente falsa porque não existe um Superman capaz de voar a tal velocidade. Da mesma forma, não existe uma entidade chamada Capitu que foi casada com outra entidade chamada Bentinho que acreditava que ela o tivesse traído.

O mais importante é salientar que não importa o fato de Capitu ou o Superman existirem ou não. Importa, sim, que nós consigamos conversar sobre eles como se eles fossem reais. É possível através da linguagem que nós falemos a respeito desses e de outros personagens, que compreendamos os seus mundos e as suas realidades, que consigamos ao mesmo tempo estar em nosso mundo real e objetivo e trafegarmos livremente por todos esses outros mundos que a ficção cria. Mais do que isso, nós conseguimos criar novos mundos e nos colocar como protagonistas de histórias que somente podem acontecer nesses lugares especiais que existem somente em nossas mentes.

Quando queremos, podemos traduzir esses mundos em palavras e transmiti-los para nossos semelhantes que, sem nenhum problema (desde que sejam capazes de compartilhar o mundo em questão), vão compreender do que falamos e vão saber que a verdade descrita através das situações imaginadas somente poderá ser julgada nas próprias situações, o que é válido tanto para a verdade objetiva, que está a nossa volta, quanto para n outras verdades, frutos da imaginação ou do subjetivismo, mas que em seus próprios mundos também são verdades objetivas.

Esse é um aspecto muito importante que se deve ter em mente quando pensamos a respeito da verdade: mesmo sendo fruto do subjetivismo, cada realidade fabricada possui sua própria verdade objetiva. Se uma afirmação é verdadeira ou falsa, isso só pode ser avaliado objetivamente em relação ao mundo em que ela é proferida.

A questão da verdade a partir dessa constatação fica mais complicada e, para simplificá-la, o melhor remédio é adotar uma nomenclatura capaz de diferenciar as duas possibilidades de verdade que foram elencadas acima. De um lado, a verdade do mundo que nos cerca, o mundo objetivo e subjetivo que pode ser partilhado por todos os que estão convivendo em um determinado momento da história. Neste mundo, nós temos carros, pessoas, poluição, cadeiras, animais, aquecimento global e também sentimentos como amor, ódio, esperança e outras coisas que podemos ver, tocar, cheirar ou experienciar. Coisas que fazem parte do nosso mundo tanto objetivo quanto subjetivo.

Do outro lado, estão esses outros tantos mundo sobre os quais também falamos, mas que existem somente a partir da linguagem. São mundos produzidos a partir da imaginação e da criatividade dos seres humanos e que a partir do momento que são compartilhados passam a fazer parte do nosso elenco de realidades. Após certo tempo, eles se tornam tão reais que alguns até chegam a se confundir com a realidade. Algumas pessoas creem, por exemplo, em duendes e falam a respeito deles como se de fato fossem entidades que estivessem a nossa volta. Elas descrevem como é o seu mundo e seus hábitos, a maneira como vivem e sobre como podemos interagir com eles. Outros acreditam em bruxas, em fantasmas, em fadas. As religiões criam deuses e outras entidades que às vezes fazem parte da nossa realidade, como é o caso do Deus do cristianismo e em outras vezes, possuem um mundo próprio, com regras próprias e vivem como se fossem pessoas com poderes especiais (como os deuses gregos, por exemplo).

Ao primeiro tipo de verdade, a verdade do mundo que nos cerca, chamemos simplesmente de *verdade*. Ao segundo tipo, a verdade de todos os mundos que existem através da linguagem será mais bem definida como *verdade semântica*.¹¹ Explicando, a verdade semântica é uma forma de ligação entre a linguagem e o mundo, ao contrário da “verdade” que é uma relação entre os próprios objetos da realidade.

É claro que para a definição acima fazer sentido é preciso entender a semântica como o componente que relaciona a linguagem com o mundo, já que outras definições de semântica gerariam outras noções de “verdade”. Nessa relação da linguagem e o mundo, o que o componente semântico faz é definir quais as condições de verdade de uma dada expressão.

Borges Neto apresenta um bom exemplo de como as condições de verdade podem ser avaliadas na linguagem cotidiana:

(...) O número de folhas de grama no jardim é ímpar.

As condições de verdade da sentença são facilmente estabelecidas: a sentença será verdadeira se, e apenas, se, o número de folhas no jardim for ímpar. Agora, a verdade ou falsidade da

¹¹ A diferenciação é apenas convencional porque a definição de *verdade semântica* terá que ser aplicada também a todas as afirmações que sejam feitas a respeito da realidade através da linguagem. A definição de *verdade*, por sua vez, será aplicada somente à realidade.

sentença vai depender de contarmos as folhas de grama, o que certamente não é uma tarefa facilmente exequível. (BORGES NETO, 2003, p. 17)

O que o exemplo revela é que as condições de verdade de uma sentença, que estabelecem o seu significado, não estão necessariamente ligadas à verdade da sentença, mas às condições em que a sentença pode ser testada. Segundo o autor, mesmo que as folhas de grama não sejam contadas, isso sempre é possível. Ou seja, é possível que se faça um teste sobre a sua verdade. Então, é preciso ter-se em mente que a verdade semântica, como a entendemos aqui, é justamente o estabelecimento das condições em que se pode avaliar que uma afirmação da linguagem é verdadeira.

Utilizando outro exemplo do autor, é possível ver uma situação exatamente diferente da anterior:

(...) A primeira mulher a pisar na Lua é loira.

Esta sentença não tem valor de verdade porque nenhuma mulher ainda pisou na Lua. No entanto, as condições de verdade da sentença são claras: a sentença será verdadeira se, e apenas se, a primeira mulher a pisar na Lua for loira. (Ibid. p. 18)

É claro que, em se tratando do nosso mundo real, objetivo, a verdade semântica está muito próxima da verdade objetiva. Mas o mesmo não se aplica quando falamos dos outros mundos que construímos. Às vezes, a sentença pode se referir a algo que não faz parte do nosso mundo imediato, como, por exemplo, em “a princesa acariciou a cabeça do unicórnio”. Apesar de nunca havermos visto um unicórnio, podemos estabelecer as condições de verdade para a sentença: “a princesa acariciou a cabeça do unicórnio” é verdadeira se, e somente se, alguém que possa ser considerada uma princesa acariciou a cabeça de um animal que possa ser identificado como um unicórnio. Naturalmente, se tomarmos o nosso mundo como o modelo de avaliação, a sentença será falsa, já que se nós ainda podemos conviver com princesas, o mesmo não se aplica a unicórnios, já que, pelo que se sabe, ninguém encontrou um. Entretanto, é possível utilizar a sentença e se fazer entender, o que prova que a linguagem produz mundos em relação aos quais o significado se especifica.

Quando a denotação de uma expressão qualquer está explícita em algum mundo, diz-se que essa expressão possui uma extensão. Como nem sempre os contextos são claros o suficiente para prover denotações para as expressões, são necessários, além da definição de mundos possíveis, mecanismos capazes de tratar os mundos possíveis. Esses mecanismos são as *intensões* (grafa-se com *s* para se diferenciar de intenção, com *ç*) e, segundo Borges Neto, “a intensão de uma expressão é um mecanismo para estabelecer a denotação dessa expressão (sua extensão) num certo mundo e num certo tempo.” (Ibid. p. 41)

Se considerarmos o exemplo citado acima, “a primeira mulher a pisar na Lua é loira”, a sentença deve ser considerada falsa em relação ao nosso mundo por não ter uma denotação que possa torná-la verdadeira e isso equivale a dizer que ela não possui extensão em nosso mundo. No entanto, a noção de intensão pode providenciar uma extensão para a sentença em todos os mundos e em todos os tempos em que uma mulher pisou na Lua. A partir daí é possível decidir pela verdade ou falsidade da sentença: verdade se essa mulher era loira e falsidade se não. O interessante é pensar que a intensão conseguiu tornar a sentença interpretável a partir de sua denotação nos mundos possíveis nos quais a denotação de uma mulher ter pisado na Lua se tornou evidente.

Em resumo, o conceito de mundos possíveis possibilita que tratemos de expressões da língua que não se referem necessariamente ao nosso mundo real e fornece uma explicação convincente sobre o porquê de serem possíveis as diversas manifestações da linguagem que não se referem aos objetos do mundo. Além disso, permite que o conceito de verdade semântica seja ampliado, tornando muito mais rico o sistema interpretativo.

Aqui cabe um questionamento: se os mundos possíveis permitem que expressões menos transparentes possam ser interpretadas quanto a sua verdade, será que o mesmo pode se estender para o tratamento das metáforas? Seriam as intensões o mecanismo que possibilitaria atribuir uma extensão para a metáfora num mundo possível?

Para iniciar esta discussão, é necessário primeiramente tratar da relação entre sentido e referência em relação ao mundo real. Para Frege (1978), referência é a entidade do mundo que é nomeada através da linguagem. A maneira como a linguagem nomeia a entidade é o sentido da expressão. O sentido é o pensamento, a maneira como a referência é apreendida. Nós podemos nos referir a um indivíduo X pelo seu nome, digamos João, ou por outras formas indiretas, como por exemplo:

2.1.2. João chegou tarde ontem à noite.

2.1.3. O marido de Maria chegou tarde ontem à noite.

2.1.4. O pai de Pedro chegou tarde ontem à noite.

2.1.5. O sujeito que mora no 3B chegou tarde ontem à noite.

Vamos assumir que cada uma das sentenças acima apresenta a mesma referência: João, o marido de Maria, o pai de Pedro e o sujeito que mora no 3B são a mesma pessoa. Logo, as expressões linguísticas são diferentes caminhos que o falante utiliza para chegar ao real. Cada um desses caminhos é um diferente *sentido* que leva à mesma referência. No discurso, a utilização de diferentes sentidos se faz pela intenção do falante de transmitir determinados subentendidos. Nos exemplos, enquanto (2.1.2) é apenas informativa, (2.1.3) relaciona a situação de chegar tarde ao fato de João ser casado e, nitidamente, revela um grau de simpatia em relação à Maria; (2.1.4) relaciona à paternidade e é, talvez, uma crítica ao “mau exemplo”; (2.1.5) já é um típico enunciado proferido por um vizinho incomodado pelo horário que João chegou.

Segundo Ana Lucia Muller (2003), “a discussão sobre a referência surge, portanto, vinculada à questão do conteúdo informativo de um enunciado, do estado de coisas que ele descreve. Surge, conseqüentemente, vinculada à questão da verdade ou falsidade de um enunciado” (p. 62). A metáfora também está ligada a essa questão, já que, primeiramente, ela é uma maneira de facilitação de comunicação, ou seja, a metáfora é um instrumento gerador de sentidos. O exemplo a seguir, retirado do livro *Lógica e Filosofia da Linguagem*, de Frege, revela como uma metáfora pode servir de sentido para se chegar a uma referência:

“(...) o pensamento da sentença ‘a Estrela da Manhã é um corpo iluminado pelo sol’ é diferente do da sentença ‘a Estrela da Tarde é um corpo iluminado pelo sol’. Alguém que não soubesse que a Estrela da Manhã é a Estrela da Tarde poderia sustentar um pensamento como verdadeiro e outro como falso. O pensamento, portanto, não pode ser a referência da sentença, pelo contrário, deve ser considerado como seu sentido.” (FREGE, 1978, p. 67)

Note-se que tanto Estrela da Tarde quanto Estrela da Manhã são expressões que se referem ao planeta Vênus. Para Frege, ambas são sentidos para um mesmo referente do mundo real. Segundo ele, essas expressões, por si sós, não são o significado para as sentenças da língua, mas são o caminho pelo qual o pensamento chega ao mundo, buscando uma referência. Claro que a preocupação dele não era especificamente em relação às metáforas, mas sim para explicar qualquer expressão nominal capaz de servir de caminho entre o pensamento e o mundo exterior.

As expressões “estrela da tarde” e “estrela da manhã” em um determinado momento histórico foram utilizadas figurativamente para definir o astro celeste que aparecia antes dos demais à tarde e também o último a desaparecer pela manhã. Note-se que não há rigor científico em relação às definições porque Vênus é um planeta e não uma estrela. Ou seja, as duas expressões fazem parte da linguagem cotidiana e não da científica. São expressões já enraizadas na língua, que há muito tempo perderam sua força criativa, mas que servem como nomes largamente aceitos para o planeta Vênus em várias culturas.

As duas são sentidos para a mesma referência, no entanto, é preciso não esquecer que funcionam como tipos de sinônimos para o planeta Vênus, isto é, apesar de poderem ser consideradas como intensões, não podem ser consideradas mais como expressões criativas já que são apenas outros nomes consagrados para a mesma referência.

E quanto às metáforas criativas? As metáforas vivas que ainda são utilizadas para produzir novos sentidos. Se for utilizada uma nova metáfora como “o planeta do amor”, numa referência à deusa Vênus, parece bastante aceitável afirmar que se trata de um novo sentido para a mesma referência. Pode-se, inclusive, afirmar que uma sentença como:

2.1.6. O Planeta do Amor surgiu mais cedo hoje,

pode ter o seu valor de verdade demonstrado da seguinte forma:

A sentença “o Planeta do Amor surgiu mais cedo hoje” é verdadeira se, e somente se, existe um Planeta do Amor e ele surgiu mais cedo hoje.

Se a metáfora utilizada em (2.1.6) apresenta a mesma referência que as citadas por Frege e as três podem ser verdadeiras semanticamente, então é justo afirmar que tanto as duas primeiras quanto a terceira apresentam o mesmo comportamento em relação as suas capacidades de criar sentidos e de possuir valores de verdade.

Também é verdade que, da mesma forma que as duas primeiras, “o Planeta do Amor” quando passou a ser utilizada como sentido para Vênus começou a ter um comportamento semântico também similar, ou seja, como nome próprio do planeta. E qual a diferença entre utilizar-se “o Planeta do Amor”, “A Estrela da Tarde” e uma descrição como “o segundo planeta mais próximo do Sol”? Sobre as duas primeiras diz-se serem metáforas, o que não acontece com a terceira. No entanto, é difícil estabelecer-se uma diferença com base em uma diferenciação tão simples se tanto as metáforas quanto a descrição nominal desempenham o mesmo papel e estabelecem ligação com a mesma referência, como pode ser percebido nos exemplos abaixo:

2.1.7. Vênus é a estrela da tarde.

2.1.8. Vênus é o planeta do amor.

2.1.9. Vênus é o segundo planeta mais próximo do Sol.

Se as três definições podem ser “intercambiadas”, então é preciso que se aceite a ideia de que tanto as metáforas quanto a definição apresentam semelhanças de comportamento. O que vai diferenciá-las é um menor rigor das duas primeiras em contraposição à terceira: (2.1.7) apresenta o problema de definir Vênus como uma estrela e (2.1.8) como um planeta caracterizado pelo amor, o que também é uma impropriedade.

Essa é uma característica da metáfora: apesar de emprestar um sentido ao que se diz, não o faz através de uma denotação, confirmando a posição daqueles que advogam que a ciência precisa livrar-se da influência de uma linguagem pouco clara. Se considerar-se que as palavras significam e que carregam uma carga semântica capaz de completar os significados das sentenças, então, tanto a palavra “estrela” quanto a palavra “amor” atribuem significados falsos às definições e é justamente isso que diferencia uma metáfora de uma definição nominal: a metáfora é um sentido para uma referência, mas é um sentido não empregado com valor de verdade, se entendermos que o seu sentido se faz não pela verdade explícita, mas por outra que está subentendida. Se uma expressão é uma intensão e une uma ideia a um referente, ela o faz através do seu valor de verdade. As partes de uma expressão devem ter condições de tornar a expressão verdadeira em relação a um mundo possível. O mesmo não se dá com a metáfora porque embora as suas partes possam ser falsas individualmente, o sentido por ela expresso pode ser verdadeiro. Uma metáfora, mesmo sendo falsa em relação a um mundo possível é verdadeira em relação à intensão que ela representa, porque precisa ser verdadeira para ser justificada enquanto manifestação linguística que liga o pensamento ao mundo, mas as suas partes são falsas em relação ao mesmo mundo e não poderia ser diferente já que ela “afirma pelo avesso”.

Por exemplo, quando se usa uma metáfora como:

2.1.10. Para vencer na vida é preciso subir muitos degraus.

não se tem em mente que de fato é necessário subir degraus como se faz quando se usa uma escada. Na verdade, o pensamento que está presente é o que compara duas ideias: progredir na vida e subir uma escada. A metáfora que afirma que progredir na vida é vencer obstáculos está presente nas mais diversas culturas. Se a escada é um obstáculo e a vida exige que vençamos obstáculos, então a relação das duas ideias é muito natural. No entanto, é preciso que se diga que se for aplicado o teorema de Tarski à sentença, nós teremos:

2.1.11. “Para vencer na vida é preciso subir muitos degraus” é verdadeiro se, e somente se, para vencer na vida é preciso subir muitos degraus.

o que é, claramente, falso porque a sentença não está sendo utilizada com a sua significação padrão, mas com outra que é criada pela metáfora.

Isso implica uma posição inicial de se afirmar que a sentença é falsa, já que encontramos duas metáforas na mesma sentença - “vencer na vida” e “subir muitos degraus” – ambas sem referência no mundo, pois nem a vida é uma batalha que precise ser vencida e nem é necessário subir degraus para progredir.

Antes de tomar uma posição, vamos examinar mais alguns exemplos retirados do livro *Metáforas da vida cotidiana*, de Lakoff e Johnson (2002):

2.1.12. Suas críticas foram *direto ao alvo*. (p. 46)

2.1.13. Eu não *tenho* tempo para te *dar*. (p. 50)

2.1.14. Suas palavras *trazem* poucos significados. (p. 53)

2.1.15. Meu astral *subiu*. (p. 60)

2.1.16. Ele chegou ao *alto* escalão. (p. 61)

Os cinco exemplos apresentam ideias que não se referem a um objeto específico do mundo. Em (2.1.12), a metáfora relaciona a ideia de uma crítica bem feita, que atinge um objetivo, com a de uma flecha ou de um projétil que acerta o alvo. Ideias não são flechas, logo, a metáfora não expressa a verdade no sentido pretendido por Tarski. O mesmo se aplica às outras metáforas: em (2.1.13) tempo é definido como um objeto que pode ser possuído e dado; (2.1.14) relaciona palavras com recipientes; em (2.1.15) há uma relação de bom estado de espírito com a direção para cima; (2.1.16) como (2.1.11) relaciona sucesso com altura. Pelos exemplos, podemos notar que as metáforas fazem relação entre duas ideias, mas não de ideias com objetos do mundo. Se tentarmos aplicar o teorema de Tarski, todas serão falsas (apesar de todas poderem ser verdadeiras):

2.1.12a. “Suas críticas foram *direto ao alvo*” é verdadeira se, e somente se, *críticas* forem projéteis que possam atingir um alvo.

2.1.13a. “Eu não *tenho* tempo para te *dar*” é verdadeira se, e somente se, *tempo* for um objeto que pode ser possuído e doado.

2.1.14a. “Suas palavras *trazem* poucos significados” é verdadeira se, e somente se, *palavras* são recipientes capazes de carregar significados.

2.1.15a. “Meu astral *subiu*” é verdadeira se, e somente se, um estado de espírito pode mover-se para cima e para baixo.

2.1.16a. “Ele chegou ao *alto* escalão” é verdadeira se, e somente se, o grupo que comanda uma empresa é alto.

As cinco interpretações possíveis, acima, demonstram como as metáforas utilizadas são eficientes para transmitir alguns significados que ficam claros para todos apesar de não serem verdadeiras em relação a uma referência real. Mas é importante notar-se o aspecto da falsidade das metáforas que serviram como exemplo. Em (2.1.12) temos a relação de dois diferentes conceitos, o de que ideias são armas, que podem ser utilizadas como artefato de combate e que uma discussão intelectual é uma batalha a ser vencida. Logo, elas podem atingir o alvo. Apesar de expressar uma verdade, a metáfora não possui um referente explícito no mundo, já que as ideias não são flechas.

O exemplo (2.1.13) é mais uma metáfora sobre o tempo¹². Aqui o tempo é encarado como um bem, como um objeto que pode ser dado a alguém. A metáfora está sendo utilizada para significar que o falante não está interessado em atender a outra pessoa. A metáfora em (2.1.14) é um exemplo de recipiente: a palavra é um recipiente no qual cabem vários significados. Além de recipiente, a palavra aqui é vista como um veículo de transmissão de significados. Na realidade, a palavra não é nem uma coisa

¹² As metáforas sobre o tempo já foram citadas anteriormente. Como foi explicado no capítulo II, o tempo é uma noção que somente pode ser apreendida através de metáforas: o tempo passa, ganhar tempo, perder tempo, o tempo é valioso, o tempo demora, o tempo passa rápido, o tempo não perdoa ninguém, etc.

nem outra, mas é mais compreendermos a ideia de palavra desta maneira, como um objeto do mundo e não como um conceito.

As metáforas em (2.1.15) e (2.1.16) são ambas do tipo que relacionam a ideia de estar bem com a posição acima. *Estar para cima, pensar positivo, ter sentimentos elevados, elevar o moral*, todas são metáforas utilizadas para significar ter bons sentimentos ou estar se sentido bem. *Alto comando, subir na vida, ser de uma classe superior, a cúpula da empresa* são exemplos de metáforas que relacionam posição econômica e/ou social com posição superior, mais elevada.

O que se pode deduzir dos exemplos é que todas as metáforas são sentidos. Ideias podem corresponder a certos objetivos, mas não atingem o alvo; o tempo não é uma entidade que possa ser guardada, emprestada, perdida; as palavras não trazem poucos ou muitos significados, elas simplesmente significam; o estado de espírito não fica alto ou baixo, mas bom ou ruim; as pessoas progridem na vida, elas não sobem, afinal a vida não é uma escada.

Uma análise rápida pode levar à conclusão de que todas as metáforas são de fato falsas, no sentido tarskiano, pois elas não se referem a um objeto do mundo, mas a conceitos, ou seja, são ideias que se ligam a outras ideias. Elas são, utilizando a nomenclatura de Frege, caminhos para se chegar a uma referência. Jorge Campos (2003), em um texto sobre o sentido dos nomes próprios, em Frege, comenta a respeito dos nomes utilizados na ficção ou na ciência:

“(...) quando se está no mundo da ciência, ou quando se vai do pensamento para a verdade. Aí é absolutamente lamentável que a linguagem natural possa permitir a formação de nomes próprios a que não corresponde nenhum objeto. Nesse caso, toda a confiança no pensamento se perde e isso abala toda a fundamentação lógica da ciência que depende da linguagem.” (p. 71)

Apesar de o trecho se referir aos nomes próprios, o mesmo pode-se aplicar às metáforas. Elas também são produzidas pela linguagem e não têm ligação aparente com qualquer objeto. As metáforas ligam conceitos e esses conceitos podem ou não se ligar a algum objeto do real, mas, aparentemente, nunca ligam diretamente o conceito

ao objeto. A ligação é sempre mediada por uma relação entre ideias que criam um conceito que poderá, este sim, estar ligado a um objeto ou a outro conceito.

A relação da metáfora com a verdade não pode deste ponto de vista ser analisada pelos mesmos parâmetros utilizados para as verdades extensionais e mesmo para as intensões que se referem a objetos do mundo, porque existe uma grande diferença em, por exemplo, dizermos:

2.1.17. João é um cavaleiro.

e

2.1.18. João é um cavalo.

Partindo-se do pressuposto que João é um homem, para estabelecer-se a verdade em (2.1.17) não haverá maiores problemas: “João é um cavaleiro” é verdadeiro se, e somente se, João é um cavaleiro. A partir da fórmula, é possível determinar se a sentença é verdadeira e João de fato monta cavalos ou se, por outro lado, João não monta cavalos e a sentença é falsa. O importante é que as condições de verdade da sentença podem ser bem estabelecidas e a verdade pode ser julgada.

Já para (2.1.18) haverá problemas, partindo-se do mesmo pressuposto de que João é um homem: “João é um cavalo” é verdadeiro se, e somente se, João é um cavalo. Aqui, a sentença é naturalmente falsa porque a primeira parte nega a segunda, a extensão nega a possibilidade do argumento, já que entre as características que compõe o conjunto que define *homem* não cabem as características que definem um *cavalo*. E isso é invariável no tempo e no espaço. Enquanto pode-se ainda julgar como verdadeiras ou falsas sentenças como:

2.1.19. João foi um cavaleiro.

2.1.20. João era cavaleiro quando morava no interior.

no mesmo contexto extensional, sempre serão falsas afirmações como:

2.1.21. João foi um cavalo.

2.1.22. João era um cavalo quando morava no interior.

Apesar de (2.1.21) e (2.1.22) serem possíveis na linguagem do dia a dia, semanticamente são inaceitáveis se for considerado apenas o mundo real como referência. No mundo real, homens são homens e cavalos são cavalos. Isso pode ser apenas uma definição trivial, mas explica como nossos sentidos percebem o mundo. Nós temos em nossas mentes representações do que é um homem e do que é um cavalo, assim como temos representações para todos os outros objetos com os quais já tomamos contato. Para cada um deles existe um conjunto de características que nos permitem diferenciá-los. Logo, as definições acima simplesmente significam que "homens" é o conjunto de características que definem o que é ser um homem e "cavalos", por sua vez, é o conjunto de características que os definem. Se as duas sentenças são possíveis é porque a metáfora, de alguma forma, relacionou os dois conceitos.

Mas e na ficção? Será que as regras são as mesmas? Qualquer criança está acostumada a assistir a filmes nos quais pessoas são transformadas em animais: cachorros, sapos, gatos, cavalos. Nesses casos, a interpretação se torna diferente. Apesar de ainda não se poder aceitar como verdadeira a sentença (2.1.18) – João é um cavalo – pressupondo que João seja um desses personagens transformados em animais, porque essencialmente ele não é um cavalo, no sentido definitivo, apesar de poder “estar” um cavalo, num sentido transitório, as sentenças abaixo, em relação a uma obra de ficção, são perfeitamente aceitáveis:

2.1.23. Ontem, João era um cavalo.

2.1.24. João foi um cavalo durante três dias.

2.1.25. João agora é um homem, mas ontem era um cavalo.

2.1.26. João foi um cavalo corajoso e venceu a corrida.

Os exemplos de (2.1.23) a (2.1.26) apresentam valor de verdade em relação ao mundo no qual a história se desenrola porque nele os homens podem vir a se tornar cavalos graças a alguma arte mágica ou característica especial daquele mundo. Se

essas sentenças possuem valor de verdade em um mundo possível qualquer, isso quer dizer que elas podem ser julgadas como verdadeiras ou falsas. Cada uma delas pode ser julgada a partir de todos os seus elementos. Assim, (2.1.24) será verdadeira não somente se João apresentava as características de um cavalo, mas também se isso ocorreu ontem – a mesma análise vale para (2.1.25). Naquele mundo, se João apresentou todas as características que definem um cavalo durante três dias, isso faz (2.1.24) verdadeira. Se, além disso, nesse período, em alguma ocasião, ele se portou com coragem e venceu uma corrida, a sentença (2.1.26) também será verdadeira; se não, será falsa. Se todas podem ser verdadeiras ou falsas, isso acontece porque o mundo no qual João existe possibilita que elas tenham valor de verdade.

No entanto, é importante notar desde já que **em nenhuma** das quatro sentenças, a palavra *cavalo* foi utilizada com valor metafórico. As sentenças falam de situações que se referem a objetos reais daquele mundo. Se em um mundo possível os homens podem ser transformados em cavalos, o produto desta transformação será tão real quanto o próprio homem. Não serão a mesma coisa e não haverá uma igualdade do tipo homem=cavalo, mas uma possibilidade de um mesmo objeto ser uma coisa em determinados momentos e outra em momentos diferentes. Nesse mundo, o objeto João poderá apresentar tanto características que o definem como homem em um tempo e um espaço, quanto características que o definem como cavalo em outro tempo e outro espaço.

O valor metafórico de uma expressão, desse modo, não sobrevive aos mundos possíveis, o que quer dizer que a metáfora existe como qualquer expressão em contextos extensionais ou intensionais, mas deixa de ser metáfora quando analisada a partir da noção de mundo possível.

Vejamos agora mais um exemplo retirado do mundo cinematográfico. Nos dois últimos filmes da trilogia *Piratas do Caribe* a trama se desenrola em torno do capitão David Jones, do lendário navio Holandês Voador. Segundo a história contada no filme, David Jones tornou-se capitão do Holandês Voador graças a um acordo que fez com a deusa Calipso, por quem estava apaixonado. Segundo esse acordo, ele seria imortal e passaria a vida comandando o navio e levando as almas dos que morrem no mar para o

mundo da morte. A cada 10 anos, ele poderia ir a terra e encontrar Calipso na forma humana. Para torná-lo imortal, seu coração foi retirado e guardado em um pequeno baú que foi enterrado em um lugar secreto. Ele somente poderia ser morto se o seu coração fosse destruído. Como Calipso o abandonou, ele passou a ser um capitão mau e vingativo.

O restante da história, apesar de muito divertida, não tem importância no momento. O que importa é uma frase utilizada pelo capitão Jones, no terceiro filme da trilogia, no momento em que confronta a deusa Calipso. Ele diz:

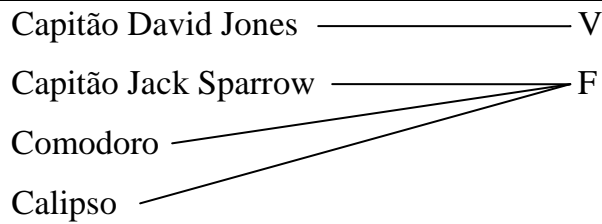
2.1.27. Eu te entreguei o meu coração.

Essa é uma metáfora muito utilizada tanto na literatura quanto no dia a dia. No entanto, no filme ela ganha contornos interessantes e inovadores. No mundo real a metáfora é perfeitamente compreensível e não deixa dúvidas que se trata exatamente de uma forma de linguagem figurada, já que alguém que, por alguma arte muito criativa, conseguisse de fato entregar seu coração para outra pessoa, com certeza estaria morto e não poderia mais falar.

Por outro lado, no mundo dos piratas do Caribe, rico em soluções mágicas, é perfeitamente possível que alguém possa entregar o próprio coração e continuar vivendo e falando, como a história mesma revela. Se aplicarmos o teorema de Tarski:

“Eu te entreguei o meu coração” é verdadeira se, e somente se, o falante que proferiu a sentença realmente entregou o coração para o interlocutor.

Nós teremos duas respostas possíveis em relação aos mundos considerados. Em relação ao mundo real, ela será sempre falsa porque, como já foi dito, os mortos não falam (pelo menos não utilizando o aparelho fonador). Já em relação ao mundo dos Piratas do Caribe, ela tanto poderá ser falsa como verdadeira, dependendo do personagem que seja considerado:



Se for aceito que os quatro personagens pudessem ter proferido a sentença, ela seria verdadeira somente no caso do capitão David Jones. Se os demais personagens a proferissem ela seria falsa porque nenhum deles entregou o coração. Entretanto, todos poderiam proferir a sentença num momento romântico. A diferença está no fato de que os três, com certeza, estariam utilizando uma metáfora, significando algo como “eu me apaixonei por você”.

No caso do capitão Jones, ao contrário, a sentença proferida por ele é ambígua porque, ao mesmo tempo, possui como referência um objeto real, um coração que apesar de separado do corpo continuou a bater, e também um sentido figurado porque o personagem, de fato, apaixonou-se por Calipso.

Voltemos novamente à afirmação de que as metáforas não sobrevivem à noção de mundo possível. Para ilustrar essa questão vamos imaginar que David Jones proferiu a sentença “Eu te entreguei o meu coração” em várias situações e em diversos mundos e, como vimos na correspondência da sentença com os personagens anteriormente, ela é verdadeira somente para o próprio Jones (deixando de lado a possibilidade de ambiguidade) no mundo dos Piratas do Caribe. Se assim for, teríamos:

Personagem	Sentença	Mundo	Metáfora
David Jones	Verdadeira	Piratas do Caribe	Não
	Falsa	Mundo 1	Sim
	Falsa	Mundo 2	Sim
	Falsa	Mundo 3	Sim
	Falsa	Mundo 4	Sim
	Falsa	Mundo 5	Sim
	Falsa	Mundo n	Sim

Na tabela de verdade acima, existe um mundo possível, o dos Piratas do Caribe, em que a sentença proferida pelo personagem é verdadeira. Nos demais mundos do modelo, a sentença é falsa. Se no modelo fosse incluído outro mundo, quem sabe, o mundo do realismo fantástico, talvez a sentença também pudesse ser verdadeira, mas em relação aos mundos considerados, ela é verdadeira em apenas um. Comparando-se a tabela anterior com uma tabela de outro dos personagens considerados:

Personagem	Sentença	Mundo	Metáfora
Jack Sparrow	Falsa	Piratas do Caribe	Sim
	Falsa	Mundo 1	Sim
	Falsa	Mundo 2	Sim
	Falsa	Mundo 3	Sim
	Falsa	Mundo 4	Sim
	Falsa	Mundo 5	Sim
	Falsa	Mundo n	Sim

A diferença acontece no mundo dos Piratas do Caribe porque a mudança do personagem acarretou em nova análise da verdade e a sentença passou a ser falsa e ser uma metáfora também naquele mundo.

O que fica claro na comparação entre as duas tabelas é a relação entre a falsidade da sentença e a realização metafórica: em todos os momentos em que a metáfora acontece, a sentença é falsa. No único contexto em que ela é verdadeira, não existe metáfora, ou seja, em uma teoria de valor de verdade, a metáfora somente pode ocorrer quando a sentença é falsa.

No entanto, é preciso que se tenha clareza sobre o fato de que a metáfora, para significar algo, precisa possuir uma referência no mundo. Afinal de contas, quando alguém produz uma metáfora, o faz para ser compreendido e se levamos em consideração que existe colaboração entre os falantes no ato de comunicação – o que

Grice chamou de Princípio de Cooperação –, então é coerente assumir que o falante está utilizando a metáfora de forma cooperativa com o ouvinte.

Se assim é, parece que a metáfora é causa de uma cadeia de características aparentemente inconciliáveis: para ser eficiente, ela precisa ser comunicativa; para ser comunicativa, ela precisa se referir a coisas que sejam partilhadas pelos interlocutores; essas coisas precisam existir em algum mundo possível; essas coisas não podem ser as nomeadas.

Em resumo, se a metáfora funciona como sentido para uma referência num mundo possível qualquer, ela o faz remetendo a uma imagem criada pela associação de duas ideias que remetem a um referente, mas esse referente não pode estar explicitado na metáfora. Se estiver, a metáfora deixa de ser metáfora para ser um sentido explícito.

Isso acaba por gerar um aparente paradoxo: se por um lado a metáfora precisa se referir a fatos do mundo para ser um recurso comunicativo, por outro, ela não pode ter na sua constituição elementos que se refiram explicitamente a um objeto do mundo. Ou, a metáfora somente é metáfora nos mundos possíveis onde não possua uma referência explícita porque naqueles nos quais houver uma referência, ela não pode mais ser chamada de metáfora. Ou ainda, uma sentença somente é metafórica nos mundos nos quais ela é falsa; nos mundos onde a sentença pode ser verdadeira, a metáfora não existe.

Esse paradoxo obrigatoriamente é apenas aparente porque, de alguma forma, a metáfora precisa ser verdadeira em relação ao mundo, ou tudo o que foi dito sobre o seu papel cognitivo e expressivo será falso. É indispensável que uma estrutura linguística que é produzida de forma a comunicar possua referência (objetiva ou não) no mundo. O grande problema é descobrir a maneira pela qual as metáforas buscam suas referências no mundo. Deste ponto de vista, elas são sentidos para coisas existentes em algum mundo: são intensões como qualquer expressão denotativa e desempenham papéis semelhantes – mesmo que de maneira diferente. Cumpre pensar os meios como atuam.

E quando se fala em pensar os meios como elas agem, isso quer dizer que se deve caracterizá-las tanto no nível cognitivo quanto no linguístico. Mais do que isso, é

preciso pensar como funciona a interface entre linguagem e pensamento, entre o nível semântico e o cognitivo.

No próximo capítulo será desenvolvida uma linha de pensamento que partirá daquilo que é cognitivo na relação do ser com o mundo. O estudo começará do trabalho de Lakoff e Johnson – *Metáforas da vida cotidiana* (2002) e de seus desdobramentos para depois chegar à teoria dos espaços mentais, proposta por Fauconnier, que, ao invés de desenvolver uma teoria da metáfora, coloca-a como um, entre outros, mecanismo de conexão entre os espaços. Ou seja, a metáfora, ao contrário do que fazia o primeiro trabalho de Lakoff e Johnson publicado originalmente no início da década de oitenta, deixa de ser a base de todo o sistema conceitual humano para se tornar um, entre outros, instrumento de cognição.

Para isso é necessário pressupor que a linguagem, de maneira geral, desempenha um papel significativo em relação ao processo cognitivo. A cognição, em grande parte, materializa-se através da linguagem. É possível imaginar que alguns tipos de raciocínios abstratos somente são possíveis a partir da aquisição da linguagem pela criança. Ao mesmo tempo em que muitos dos conceitos são desenvolvidos através do contato psicomotor com o mundo que está estreitamente próximo do ser humano, outros apenas podem ser apreendidos através da capacidade de abstração da linguagem¹³.

Quando se pensa a relação da linguagem com a cognição, obrigatoriamente é preciso ver como a linguagem interfere em muitos dos conhecimentos do mundo que chegam à mente, ou seja, existe uma relação objetiva com o mundo que precisa ser considerada.

Daí a importância do pensamento de filósofos como Nietzsche, Humboldt e Wittgenstein, citados anteriormente. Os três pressupõem, de maneiras diversas que se

¹³ Além das experiências sensório-motoras e da faculdade da linguagem, é preciso também aceitar que parte do sistema conceitual é desenvolvida através da imaginação. Apesar de ser objetivo de o presente trabalho estudar a influência da imaginação na cognição, muito do que será dito sobre a metáfora a partir da teoria dos espaços mentais está intimamente ligado à capacidade imaginativa dos seres humanos.

complementam, papéis para a linguagem que vão além de ser agente de representação das coisas do mundo¹⁴.

Na filosofia de Nietzsche, é possível vislumbrar a importância que é dada à linguagem como mediadora entre o indivíduo e o mundo, como uma via de duas mãos. O quer dizer que, ao mesmo tempo, que de dentro para fora há um caráter retórico de convencimento do outro, há de fora para dentro uma relação de aprendizado do mundo através da linguagem. Com ou sem clareza em relação à figuração dos objetos, a linguagem desempenha o papel de levar e trazer conceitos e impressões.

Já Humboldt percebe claramente o papel social que a linguagem representa para o indivíduo, que se individualiza enquanto se apropria do coletivo da linguagem do povo. A linguagem de um povo forma a nação compartilhada por todos a sua cultura e une o conjunto de indivíduos que a compartilham.

Além de social, para ele a linguagem é cognitiva porque possibilita ao indivíduo projetar o mundo que está à sua volta para dentro de si mesmo. A linguagem participa da aprendizagem do mundo e, ao mesmo, da projeção do indivíduo como parte da nação. É preciso que fique claro que perceber o mundo que está a nossa volta é definir quais são as condições de verdade de qualquer proposição. E quando se fala em perceber o mundo não se quer dizer exclusivamente através dos sentidos porque muitas coisas podem também serem apreendidas pelas próprias palavras. Ou seja, às vezes as condições de verdade da linguagem estão na própria linguagem e não no mundo. Daí a linguagem ser eminentemente cognitiva.

Ao mesmo tempo em que ela é cognição, ela é uso. É isso que nos diz o segundo Wittgenstein, que deixa de lado a questão por ele mesmo levantada, duas décadas antes, da importância de se clarear as questões do mundo das sombras causadas por uma linguagem pouco transparente para que a Filosofia pudesse realmente tratar de questões pertinentes, e se preocupa em explicitar como a linguagem funciona no seio social.

¹⁴ A questão da figuração do mundo, da relação entre a linguagem e as coisas que ela nomeia é de longa tradição e já pode ser vista no diálogo *Crátilo* (2001), de Platão, no qual é discutida a questão muitas vezes retomada da arbitrariedade do signo.

Os seus jogos de linguagem deixam de lado qualquer tentativa de tornar a linguagem transparente para mostrar como a linguagem é rica em possibilidades de criação e recriação a cada uso que um jogo de linguagem faz dela.

Sobre a possibilidade de se aproximar uma postura cognitiva de outra que defende o rigor na descrição do significado muito bem colocam Ogden e Richards (1976) em texto originalmente publicado em 1923:

“Em todo pensamento estamos interpretando sinais.

Nos casos mais óbvios, isso é prontamente admitido. Nos casos mais complexos da Matemática ou da Gramática só estão envolvidas as mais complicadas formas da mesma atividade.

Isso é escondido de nós por um uso irrestrito de símbolos, favorecendo análises de ‘pensamento’ e de ‘significado’ que estão principalmente com miragens devidas à ‘refração linguística’.

Portanto, devemos começar com a interpretação.

A nossa interpretação de qualquer sinal é a nossa reação psicológica ao mesmo, tal como determinada pela nossa experiência passada em situações semelhantes e pela nossa experiência atual.

Se isso for enunciado com o devido cuidado, em termos de contextos causais ou de grupos correlatos, obteremos uma explicação de julgamento, crença e interpretação que coloca a psicologia do pensamento no mesmo nível das outras ciências indutivas e, incidentalmente, liquida o ‘Problema da Verdade’.

Uma teoria do pensamento que rejeite as relações místicas entre o conhecedor e o conhecido e trate o conhecimento como um problema causal aberto à investigação científica comum atrairá os investigadores de bom senso.” (OGDEN & RICHARDS, 1976, p. 246-247)

O trecho acima reflete bem o que se pretende daqui para frente: buscar soluções que tenham em vista esclarecer o significado, considerando os aspectos cognitivos sem perder de vista a clareza teórica, considerando os processos que ocorrem na mente dos indivíduos e a sua relação com os objetos do mundo.

3 - Metáfora e Cognição

Como foi visto no final do capítulo anterior, é possível pensar uma ciência cognitiva que busque explicações na mente dos indivíduos para as questões da significação sem perder de vista a objetividade científica, que busque na metafísica as explicações para o significado, através de possíveis caminhos que relacionem os conceitos e o mundo através da linguagem.

Há uma corrente de pensamento bastante forte em ciência cognitiva que defende a posição de que, normalmente, são utilizadas imagens traduzidas em linguagem na relação dos seres humanos com o mundo a sua volta. A mensagem pode, mais facilmente, ser compreendida quando é figurada através de imagens mentais que possam vir a ilustrar as ideias que se quer transmitir, especificamente, através da *metáfora*. Desse ponto de vista, a metáfora não pode mais, como nas concepções precedentes, ser considerada apenas como um recurso de retórica.

Trabalhos como os encontrados em Lakoff e Johnson (2002), Kövecses (2002), Lakoff (1990), Lakoff e Turner (1989), Feltes (2007), entre outros, defendem que a metáfora, muito mais do que ser um recurso de retórica, é parte primordial do complexo sistema conceitual humano, sendo responsável de forma definitiva pela forma como apreendemos e compreendemos o mundo a nossa volta.

A proposta de Lakoff e Johnson (2002) parte da percepção de que sob as metáforas linguísticas subjaz um sistema de metáforas conceituais, parte de nosso sistema cognitivo. No sistema conceitual haveria metáforas, por assim dizer, mais primitivas, construídas a partir da forma como experienciamos o mundo, considerando para sua construção o nosso aparato perceptual, nosso esquema corporal, nossas experiências em relação à realidade e aos outros. Ou seja, algumas dessas metáforas seriam construídas primordialmente sobre uma base de sensações: como vemos, cheiramos, ouvimos, tateamos o mundo. Assim, noções como alto e baixo, para cima e para baixo, rápido e lento, áspero e macio, que nós apreendemos do mundo desde o nascimento, seriam os blocos sobre os quais elas seriam construídas.

Dessa experiência natural de conviver no mundo, de reparar que as pessoas mantêm uma postura ereta e o olhar mais elevado quando estão bem e que, ao contrário, olham para baixo, mantêm as costas arcadas, quando estão infelizes ou doentes, surgem conceitos tais como “sucesso é para cima” ou “derrota é para baixo”, “felicidade é para cima” e “infelicidade é para baixo”, etc., que seriam a base para metáforas como: as pessoas “sobem na empresa” ou “descem na escala social”.

Se sensações e sentimentos básicos podem servir de base para metáforas *elementares*, o convívio social será o responsável pela elaboração de metáforas mais complexas que ajudam a estruturar e compreender o real, atribuindo significado a conceitos que, de outra forma, somente poderiam ser parcialmente percebidos:

“O ponto de vista tradicional busca ser “objetivo” e pressupõe que experiências e objetos têm propriedades inerentes e que seres humanos os compreendem somente em termos dessas propriedades. A definição para o objetivismo é uma questão de dizer quais são as propriedades inerentes, levando-se em conta as condições necessárias e suficientes para a aplicação do conceito. O “amor”, na visão do objetivismo, tem vários sentidos, cada um dos quais pode ser definido em termos de propriedades inerentes, tais como carinho, afeto, desejo sexual etc. Contra essa visão, poderíamos sustentar que compreendemos o amor apenas parcialmente em termos dessas propriedades inerentes. Geralmente, nossa compreensão de amor é metafórica e nós o compreendemos, primordialmente, em termos de conceitos de outros tipos naturais de experiência: VIAGENS, LOUCURA, GUERRA, SAÚDE etc. Como os conceitos definidores emergem de nossas interações com os outros e com o mundo, o conceito que eles metaforicamente definem (por exemplo, AMOR) será entendido em termos do que chamaremos *propriedades interacionais*.” (LAKOFF e JOHNSON, 2002, p.210)

O que os autores afirmam nesse trecho é que se algumas sensações são compreendidas apenas de forma metafórica, as metáforas são construídas a partir da interação do homem com outros homens, e da relação apreendida entre diferentes conceitos. Quando se compreende um conceito através de outros, como no caso de percebermos o significado de AMOR, deve-se assumir que isso ocorrerá somente pela “comparação” com outros conceitos que já conheçamos ou tenhamos experienciado – no caso dos exemplos dos autores, conceitos como VIAGENS, LOUCURA, GUERRA. E isso irá variar de um sujeito para outro.

Para ilustrar o uso das metáforas conceituais, os autores citam os seguintes exemplos de uso da metáfora AMOR É UMA VIAGEM:

- 3.1. *Veja a que ponto chegamos.*
- 3.2. *Teremos que simplesmente seguir caminhos separados.*
- 3.3. *Eu acho que essa relação não vai dar em lugar nenhum.*
- 3.4. *Tem sido uma estrada longa e esburacada.*
- 3.5. *Saímos dos trilhos.*
- 3.6. *Nosso casamento está encalhado.*
- 3.7. *Esta relação está afundando.*

Todos os exemplos anteriores relacionam AMOR a VIAGEM, variando o tipo de viagem. Aos exemplos retirados dos autores poderíamos somar outros como *Nosso amor é um voo cego*, ampliando o limite para as viagens aéreas e podendo chegar até ao macrocosmo em *Estar com ela é um caminho de estrelas* ou, por outro lado, ao microcosmo como em *Meu amor é um mergulho em mim mesmo*. Se os dois primeiros exemplos são parecidos com os dos autores, por manterem a ideia de chegar ou não a algum lugar, real ou hipotético, o último exemplo acaba por relacionar uma metáfora de VIAGEM à jornada para um lugar que na verdade é um estado psicológico (o eu), como se fosse possível o caminho para dentro de si próprio, para o interior da própria mente. Para a plena realização dessa metáfora, da ideia de “viajar para dentro de si mesmo”, é preciso acessar outra metáfora conceitual, a de que a MENTE É UM LUGAR. Um lugar onde se podem colocar coisas, onde se pode estar e de onde se pode sair: *Acho que não cabe mais nada na minha cabeça; É necessário sair de si mesmo para poder ver o outro; Hoje ele está fora de si.*

Uma característica das metáforas conceituais é a possibilidade de combinação entre mais de um tipo de metáfora, permitindo que o conceito expresso por uma metáfora (AMOR É UMA VIAGEM) seja mais bem compreendido pela relação com outras metáforas, o que, de certa forma, enriquece em muito as possibilidades do sistema cognitivo na apreensão de significados.

Atualmente, é quase um consenso entre os estudiosos da metáfora o seu caráter cognitivo. Os papéis que as metáforas conceituais, desenvolvidas a partir das relações dos sentidos com o mundo, desempenham na construção do conhecimento no que se

refere às inúmeras cadeias de relações e significações que necessitamos apreender do mundo já são bastante aceitos. Mas, com certeza não é suficiente postularmos que existam somente metáforas conceituais primitivas – como nos exemplos citados anteriormente, da metáfora SUCESSO É PARA CIMA. Obviamente não se pode pensar que o esquema corporal seja responsável pela construção de todas as metáforas conceituais (embora, sem dúvida, é aceitável que ele seja responsável pelas primeiras percepções do mundo a nossa volta). Por isso é necessário que se tenha em mente que a aquisição da linguagem é um passo fundamental para a complementação do processo, porque, através da linguagem, nós passamos a interagir também racionalmente e não mais apenas emocional e sensitivamente.

Se existem significados estabelecidos individualmente através da atividade psicomotora do ser com o meio, a grande maioria é fruto da interação entre os falantes de uma língua. Alguns deles são intelectualmente definidos e outros são reflexos da atividade psicoemocional. Essa característica das metáforas conceituais permite que, a um só tempo, elas participem do processo cognitivo de estabelecimento de significados e permitam a sua própria construção. Ou seja, são material tanto para os significados como para si próprias. Daí podermos unir duas metáforas conceituais em uma só, como é o caso citado acima da metáfora AMOR É UMA VIAGEM, que junta metáforas linguísticas sobre amor e outras sobre viagem.

Além da possibilidade do desenvolvimento de metáforas conceituais através da percepção corpórea e de raciocínio lógico, muitas outras metáforas são assimiladas através do contato com a cultura que está presente na sociedade e mais, que variam de sociedade para sociedade. Os homens são naturalmente sociáveis e a partir do momento que um determinado grupo passa a conviver e dividir o mesmo espaço físico, esse grupo passa a produzir comidas, artes, rituais de vida e de morte, maneiras de enfrentar o mundo a sua volta. Naturalmente isso acaba por interferir no sistema conceitual de cada indivíduo, de forma que cada um se torna parte de uma mesma cultura. A partir do momento em que isso ocorre, passa a influenciar nosso jeito de viver, nossa linguagem, nosso sistema conceitual. Portanto, qualquer abordagem que

tente compreender as metáforas em um sentido mais amplo não poderá desprezar o fator cultural envolvido no processo.

Retornando à questão da compreensão da noção de tempo, que foi levantada no capítulo anterior: um povo que vivesse da agricultura e dependesse do bom entendimento dos processos da natureza precisaria, naturalmente, de uma definição de passagem de tempo que se adequasse a essas necessidades. Diferentemente do que conhecemos em nosso mundo civilizado e urbano, uma visão do tempo como uma sucessão de ciclos, diferente da organizada pelos calendários modernos, que preveem, uma sucessão de dias, semanas e meses, completando um período de um ano que, no mundo ocidental, começa no dia primeiro de janeiro e termina em 31 de dezembro. Ou seja, um período de dias contados que tem início e fim. Para o homem moderno, o ritmo da natureza está vinculado a essa noção início e fim, um artificialismo ditado pelo calendário. Uma visão muito diferente daquela das sociedades agrícolas que viam a passagem do tempo como algo cíclico, sem começo ou fim.

Ainda assim, tanto para os homens das sociedades agrícolas quanto para os que vivem em centros urbanos, alguns conceitos devem ser os mesmos. Para ambos parece aceitável a metáfora TEMPO É UM OBJETO EM MOVIMENTO. Segundo Lakoff e Johnson (2002, p.101), “o tempo em inglês é estruturado em termos da metáfora TEMPO É UM OBJETO EM MOVIMENTO e o futuro é concebido como se movendo em direção a nós”. Essa metáfora está por trás de construções como “quando chegar a primavera...” ou “o tempo está se arrastando...”, que passam a ideia de que o tempo se move, além de possuir frente e trás. A orientação espacial de direção e de frente e trás nos permite localizar nossos corpos em relação ao “movimento” do tempo: “Ele foi um homem a frente do seu tempo”. Os autores afirmam que há outra maneira de conceituar o tempo, criando uma relação diferente entre o homem e o tempo, através da metáfora TEMPO É UM OBJETO IMÓVEL E NÓS NOS MOVEMOS ATRAVÉS DELE: “Avançamos muito este ano”, “Estamos chegando ao fim do ano” – em oposição a “o ano está ao fim”.

Outras metáforas relacionadas à ideia de tempo, citadas no livro, são aparentemente culturais. São metáforas que dependem do contexto social e do modo

como a sociedade vê o tempo como algo que deve ser utilizado para acumular riqueza – TEMPO É DINHEIRO: “Eu não tenho tempo para perder com isso”; ou mesmo utilizado para adquirir valores espirituais ou desenvolvimento pessoal – TEMPO É UM RECURSO LIMITADO e TEMPO É UM BEM VALIOSO: “Reserve algum tempo para o pingue-pongue”, “Tenho investido muito tempo nela”, “Ele está vivendo com tempo emprestado” (LAKOFF & JOHNSON, 2002, p. 50, 51). Em relação à compreensão do tempo, um fator que deve ser considerado também é se a metáfora refere-se ao tempo físico ou à sensação psicológica de sua passagem, ou mesmo às relações entre tempo físico e mental. Ainda que haja diferenças de nuances, a noção de tempo como uma coisa que tem valor está presente nas mais diversas culturas, tanto quando as metáforas se referem ao tempo físico quanto psicológico. É interessante como mesmo quando não se efetiva uma forma de comunicação, a sensação de que se está perdendo tempo pode estar presente em momentos diversos da vida. Isso vem comprovar como a relação de tempo e valor já é um conceito que faz parte do sistema cognitivo humano.

Os estudos metafóricos que seguem a linha da linguística cognitiva, em maior ou menor grau, atribuem à metáfora a capacidade de permitir o entendimento de noções que, sem ela, seriam muito difíceis de serem compreendidas. Na Física, não somente a compreensão do tempo fica facilitada através do uso de metáforas, mas também outras noções como a de vácuo, de universo, de átomo – quando se pensa em átomo, logo vem à cabeça de todos que passaram por uma educação formal a figura do sistema solar. O sistema solar, assim, é a metáfora que explica o átomo: o núcleo como o Sol e os elétrons como os planetas que o circulam.

Da mesma forma, uma série de outros conceitos passa a fazer parte do sistema conceitual através da capacidade da metáfora de criar imagens que possibilitam a criação de novos conceitos. Basta pensar em todas as coisas com as quais não se tem contato direto, como os seres imaginários, as coisas que estão fora de alcance, as coisas muito pequenas ou muito distantes, os sentimentos. Quando se pretende explicar algo para alguém que nunca o presenciou, isso precisa ser feito através de comparações do tipo “x é como y” ou de metáforas que funcionam segundo a fórmula

“x é y”. Ou seja, tanto em uma estratégia quanto em outra, uma coisa desconhecida precisa ser explicada através de outra que seja conhecida. Assim o conceito se forma e passa a fazer parte do sistema de relações de significados que permite a compreensão de um número maior de fatos do mundo.

A teoria de Lakoff e Johnson trabalha exatamente como esse pressuposto: o de que a construção de novos conhecimentos se faz através do uso de conhecimentos pré-estabelecidos. E esses conhecimentos pré-estabelecidos seriam as metáforas conceituais que fazem parte da cultura de uma sociedade. As metáforas conceituais, para eles, são o conhecimento já bem constituído no sistema conceitual de cada um. A partir dessas metáforas já bem definidas, infinitas novas metáforas podem ser construídas através da reafirmação ou mesmo da cooperação entre metáforas já existentes.

3.1. Classificação das metáforas

Segundo Kövecses (2002), as metáforas conceituais podem ser caracterizadas de diversas formas, do ponto de vista da linguística cognitiva. Por exemplo, elas podem ser classificadas de acordo com a sua *convencionalidade*, *função*, *natureza* e *nível de generalidade* (p.29). Além disso, também podem ser utilizados parâmetros como *simples* e *complexa* para se falar delas.

O autor utiliza o termo *convencionalidade* como um sinônimo para a noção de arbitrariedade, conforme esta foi utilizada por Saussure (1991): como resultado de uma relação aceita pelos falantes entre o significante e o significado. Considerando-se as metáforas, a arbitrariedade acontece entre a metáfora conceitual e a sua realização linguística.

A metáfora, a partir do momento em que se torna parte do sistema cognitivo, passa a ser considerada como conceitual e, desta forma, paradigma para a construção de novas metáforas linguísticas. Essas metáforas linguísticas tornam-se então realizações das metáforas conceituais e a relação entre as duas é arbitrada pelos

falantes, ou seja, não há uma relação necessária entre o conceito e a sua realização na língua.

A convencionalidade de uma metáfora varia diretamente do quanto ela está assimilada pela comunidade, como é o caso das metáforas VIDA É UMA JORNADA e DISCUSSÃO É GUERRA. Uma metáfora pode ser bastante convencional tanto conceitual quanto linguisticamente, como nos exemplos abaixo, que apresentam formas linguísticas muito usuais:

3.1.1. VIDA É UMA JORNADA Sua vida foi uma viagem cheia de obstáculos.

3.1.2. DISCUSSÃO É GUERRA Seus argumentos me derrotaram.

Nos exemplos, diz-se que o grau de convencionalidade é alto tanto no que se refere ao conceito quanto no uso. Pensar a vida como uma viagem, com início, desenvolvimento, obstáculos e conclusão é comum para as pessoas, ou seja, a comparação há muito tempo já se tornou de uso corrente.

O mesmo pode ser dito da comparação de uma discussão com um combate e, conseqüentemente, a relação de um argumento com um armamento. É comum, inclusive, que se relacionem outros fatores da discussão com os objetos relacionados a uma guerra, como, por exemplo:

3.1.3. Sua estratégia foi decisiva na apresentação.

3.1.4. Ele veio para o tribunal armado de argumentos poderosos.

3.1.5. Suas ideias foram fulminantes.

Nos três exemplos há uma relação entre elementos de domínios diferentes: a metáfora mapeia os elementos pertencentes a um domínio, no caso, ao domínio das guerras, e os projeta em outro domínio, das discussões, de forma que podemos compreender um a partir do outro. O uso, neste caso, do mapeamento que relaciona discussão com guerra é bastante comum em nossa sociedade, o que faz dessa metáfora um exemplo de alta convencionalidade.

O mesmo se aplica à metáfora VIDA É UMA JORNADA:

3.1.6. Sua vida foi um caminho de rosas.

3.1.7. Ela viveu um verdadeiro calvário.

3.1.8. Caminhamos muito para chegar aqui.

Se considerar-se “calvário” como o caminho de Cristo até chegar à cruz, em (3.1.7), a metáfora cria a relação entre duas vidas sofridas, na sua totalidade ou durante algum tempo. Por outro lado, (3.1.6) relaciona a vida a um caminho bonito e agradável – com alguns espinhos, mas ainda assim repleto de beleza. Já (3.1.8) não se refere a uma vida na sua íntegra, mas a uma etapa. “Caminho de rosas”, o “calvário de Cristo” e “caminhar pela vida” são formas bastante convencionais para se referir sobre a vida, que comumente é vista como um trajeto.

Por outro lado, metáforas como:

3.1.9. Sua largada na vida foi preocupante, ou

3.1.10. Ele trouxe uma bazuca para a reunião,

seriam usos linguísticos pouco convencionais apesar de relacionados às mesmas metáforas conceituais DISCUSSÃO É GUERRA e VIDA É UMA JORNADA, que são bastante convencionais. O mesmo pode ser aplicado às metáforas literárias, já que os autores buscam justamente as metáforas pouco convencionais para expressarem-se artisticamente.

Em relação à convencionalidade das metáforas, pode-se supor, então, que exista uma escala que vai das menos convencionais até as mais convencionais. Na verdade, é preciso pensar em duas escalas que se complementam: uma escala para as metáforas conceituais e outra para as metáforas linguísticas correspondentes. Como foi visto nos exemplos de (3.1.3) a (3.1.10), nem sempre as duas escalas são diretamente proporcionais. Às vezes elas podem ser inversamente proporcionais e a uma metáfora bastante convencional podem corresponder tanto uma metáfora linguística igualmente

convencional quanto outra que seja pouco ou nada convencional, usada criativamente ou artisticamente.

Em relação à *função*, a proposta da linguística cognitiva, segundo Kövecses (2002, p. 33), defende que a principal função da metáfora é a de facilitar a compreensão do mundo por parte dos seres humanos. Em relação à sua função cognitiva, as metáforas conceituais podem ser divididas em três tipos: *estruturais*, *orientacionais* e *ontológicas*.

A metáfora estrutural, mais do que providenciar condições para a compreensão de uma noção através de outra, permite que todo um domínio seja estruturado a partir de outro. Como já foi dito, é impossível para o falante comum falar sobre o tempo de outra maneira que não seja metafórica e são as metáforas estruturais justamente aquelas que permitem a organização dos conceitos referentes ao tempo.

As metáforas que foram elencadas no início deste capítulo, sobre a noção de tempo, servem de exemplo de metáforas estruturais. A metáfora TEMPO É UM OBJETO EM MOVIMENTO mostra como elas funcionam. É quando se faz o mapeamento de um domínio através de outro, conceitualmente bem conhecido. No exemplo anterior, os elementos presentes no léxico, referentes aos significados do domínio físico dos movimentos, são utilizados conceitualmente para permitir a compreensão de outro domínio, menos claro para o falante, o domínio dos elementos referentes à noção de tempo.

Ao contrário das metáforas estruturais, que mapeiam um domínio metafórico a partir de um domínio físico bem conhecido, as metáforas ontológicas permitem que sejam concebidos conceitos através da experiência com objetos físicos. A metáfora ontológica é uma espécie de personificação, no sentido de que transfere para um conceito uma experiência prévia com substâncias ou entidades. Essas experiências prévias permitem que se possam desenvolver novos conceitos a partir de características que ocorreram anteriormente.

As metáforas ontológicas enriquecem o sistema conceitual porque permitem, entre outras coisas, que se trabalhe com conceitos bastante abstratos em termos mais racionais, possibilitando, por exemplo, que se compreenda um objeto não físico a

partir de um objeto físico – A MENTE É UMA MÁQUINA – *minha mente está trabalhando muito depressa*; através da ideia de um recipiente que possa conter determinada substância – OBJETO RECIPIENTE – *ele está imerso em trabalho*; por meio da ideia de que um evento seja um objeto no qual se possa estar, entrar sair, etc. – EVENTO OBJETO – *você viu a corrida?*

A personificação propriamente dita ocorre quando os conceitos são concebidos como pessoas (ou seres animados), capazes de sentimentos e ações típicos dos seres humanos. São exemplos de personificação (Lakoff & Johnson, op.cit. p. 87, 88):

3.1.11. A vida me trapaceou.

3.1.12. O câncer finalmente o pegou.

3.1.13. Este fato ataca as teorias clássicas.

3.1.14. A inflação nos colocou contra a parede.

3.1.15. O dólar foi derrotado pela inflação.

Os cinco exemplos acima revelam como objetos (conceitos) inanimados, metaforicamente, podem ser compreendidos como sendo capazes de trapacear (3.1.11), vencer (3.1.12), atacar (3.1.13), encurralar (3.1.14) e derrotar (3.1.15). Todos os verbos são usualmente utilizados para definir ações próprias dos seres humanos e alguns seres animados. *Trapacear* e *vencer* são ações características dos seres humanos e *atacar*, *encurrular* e *derrotar* tanto podem ser aplicadas aos seres humanos como a muitos tipos de animais. De qualquer forma, humanos ou animais, os seres animados são capazes das ações definidas pelos verbos de (3.1.11) a (3.1.15).

As metáforas ontológicas permitem que noções abstratas sejam melhores compreendidas através de experiências conhecidas, muitas delas vivenciadas através dos sentidos humanos, como no caso de objetos que são vistos, ouvidos ou sentidos, e muitas outras através do empréstimo de características de pessoas ou de animais para ideias ou objetos inanimados.

As metáforas orientacionais (já mostradas no início deste capítulo), como as ontológicas, permitem que vários conceitos sejam definidos a partir da experiência

sensorial do corpo. Ao contrário das metáforas estruturais, que desenvolvem um conceito a partir de outro, as metáforas orientacionais são capazes de organizar todo um grupo de conceitos a partir de um único. Esses conceitos básicos são fruto da percepção humana do mundo, de como os homens se orientam dentro de seu espaço. Conceitos como *para cima*, *para baixo*, *para frente* e *para trás*, frutos da experiência sensorial humana servem de base para metáforas como:

BEM É PARA CIMA

3.1.16. Hoje estou me sentindo para cima.

3.1.17. O trabalho é de alta qualidade.

MAL É PARA BAIXO

3.1.18. Ontem, eu estava para baixo.

3.1.19. Ele desceu muito.

SAÚDE É PARA CIMA

3.1.20. Ele está no auge de sua forma.

3.1.21. Ela está se levantando da doença.

DOENÇA É PARA BAIXO

3.1.22. João caiu de cama.

3.1.23. A pneumonia o derrubou.

PROGRESSO É PARA FRENTE

3.1.24. A empresa está caminhando a passos largos.

3.1.25. Os vitoriosos chegam primeiro.

PREJUÍZO É PARA TRÁS

3.1.26. O seu conhecimento está ultrapassado.

3.1.27. Ele ficou muito atrás da concorrência.

Segundo Lakoff e Johnson (op. cit.), as metáforas espaciais são responsáveis por grande parte dos conceitos fundamentais, organizando os conceitos de forma coerente e sistematizada. Para eles, as metáforas espaciais são coerentes tanto internamente, já que organizam todo um sistema de casos semelhantes, quanto

externamente, sendo responsáveis por um grande número de metáforas linguísticas unidas pelo mesmo conceito metafórico.

As metáforas espaciais incluem não apenas as orientacionais, como exemplificadas acima, mas uma série de outras noções espaciais como: largo, estreito, pequeno, grande, centro, periferia, etc., que formam diversos esquemas de imagens espaciais. (KÖVECSES, op. cit. p. 36)

Os três tipos de metáforas vistos acima podem ser de *natureza* diversa. Do ponto de vista cognitivo, elas podem ser baseadas em nossas percepções físicas do mundo, em conhecimentos conceituais mais básicos, através de um tipo de mapeamento que busca elementos em um domínio e os projeta em outro, ou em um tipo de encadeamento que toma não elementos de um domínio, mas elementos de um esquema conceitual.

Os exemplos de (3.1.16) a (3.1.27) são metáforas dos dois primeiros tipos: baseiam-se em percepções físicas (BOM É PARA CIMA) ou em conhecimentos conceituais básicos (TEMPO É UM OBJETO EM MOVIMENTO). Em ambos os casos, a metáfora propicia que se apreenda um conceito a partir de outro(s) mais básico(s).

No caso de esquema conceitual, ao invés de mapear elementos, a metáfora mapeia um processo inteiro. Kövecses chama essas metáforas de *image-schema metaphor*, que talvez se possa traduzir como metáfora de esquema imagético, no sentido de que um conceito é percebido a partir da imagem mental de um processo por inteiro. É o caso, por exemplo, da metáfora A VIDA É UMA JORNADA, através da qual é possível entender a vida não por elementos isolados, mas por meio da totalidade do processo: início, obstáculos, atividades, eventos, fim. A imagem que se tem de uma jornada serve de modelo para que se crie uma imagem do que seja a vida.

É interessante notar que um esquema conceitual desse tipo pode servir de base para outro mais elaborado. No caso do exemplo anterior, pode-se dizer que sob o esquema da vida está o esquema de imagens de uma jornada, sob este está o esquema do movimento. Este esquema mais básico prevê no mínimo um ponto de partida, o movimento propriamente dito e um ponto de chegada: tudo que se movimenta, o faz

de um ponto (ou estado) A para outro B. Uma jornada, como uma viagem, é exatamente isso: o início em algum ponto, como a saída de casa, o movimento propriamente dito (dirigir por uma estrada) e o fim, no momento em que se chega ao destino esperado. Esse é o esquema básico, mas sobre ele podem ser inseridos outros elementos, como, por exemplo, os intervalos para descanso e reabastecimento, as paisagens agradáveis e as nem tanto, possíveis acidentes e desvios não previstos. A partir dessa inserção de elementos novos, o esquema básico de movimento já não é mais o mesmo, torna-se mais complexo e servirá como base para o conceito de vida.

A vida parece ser muito mais parecida com a imagem de jornada que com a imagem de movimento, o qual é muito elementar para servir no processo de desenvolvimento do conceito de vida. A imagem de jornada, mais desenvolvida, como ilustrada no parágrafo anterior, cumpre melhor o papel de servir de base para o conceito de vida, pois a partir do momento em que uma pessoa nasce estará em constante movimento até o momento de sua morte. Note-se que o movimento implica descanso, alimentação, alegrias, tristezas e tantas outras coisas que nos fazem sentir que não estamos inertes.

As imagens mentais não são responsáveis apenas por essas metáforas: além das metáforas de esquemas imagéticos, há metáforas que são apenas imagéticas porque, ao invés de utilizarem um esquema complexo de imagens, utilizam apenas uma imagem. Por exemplo, dizer que alguém está *alçando um voo alto* para exprimir a ideia de que em um determinado momento da vida no qual se tenta um empreendimento de risco ou com muitas possibilidades de sucesso. Esse é o tipo de metáfora que é muito encontrado na literatura e em outras formas artísticas de uso da linguagem.

Kövecses afirma que “as metáforas conceituais podem ser classificadas também pelo *nível de generalidade* com que são encontradas” (op. cit. p. 38). Nos parágrafos anteriores, os esquemas de imagens foram ilustrados com as metáforas do movimento e da jornada. Em relação às duas imagens, a de movimento é muito mais genérica porque apresenta apenas três elementos básicos: ponto de partida, movimento propriamente dito e ponto de chegada. Por outro lado, o esquema de jornada exige, além desses três, outros elementos que o complementam, como participantes, etapas,

obstáculos, objetivos, empenho, instrumentos, custos, recompensas, etc. Ou seja, no segundo esquema, o conceito de movimento é ampliado, ou especificado por uma série de outros elementos que não estavam presentes no esquema original de movimento. Isso faz com que o grau de generalidade seja menor no segundo em relação ao primeiro. O mesmo pode ocorrer se forem analisados outros esquemas em relação ao esquema da jornada. Conceitos de caminhada, corrida, escalada, viagem curta, viagem longa são mais específicos em relação ao de jornada e ainda mais específicos que o conceito mais genérico de movimento, implicando dizer que o nível de generalidade de um esquema sempre existirá em relação a outros numa escala que vai da maior generalidade para a maior especificidade. E como essa escala é móvel, então, uma metáfora pode passar do genérico para o específico, como é o caso de um exemplo como “Quem semeia vento colhe tempestade”, que utiliza um domínio genérico, que não especifica qualquer situação em especial, para referir-se a uma situação específica (e a seres específicos). Para Kövecses, uma metáfora conceitual como GENÉRICO É ESPECÍFICO ajuda na compreensão do provérbio.

3.2. Como as metáforas são formadas

Conforme já apontado, as metáforas conceituais mapeiam elementos de domínios mais concretos e os projetam em domínios mais abstratos. O sistema conceitual humano conta com um número muito grande de conceitos pré-existentes, tanto conceitos concretos quanto abstratos. Esses conceitos servem de base para que novas metáforas e novos conceitos sejam incorporados ao sistema.

A abordagem tradicional defende que a metáfora relaciona dois elementos que guardam um tipo de semelhança entre eles, a qual será responsável pela possibilidade de esses dois elementos se relacionarem, criando um novo significado. Se dois elementos são semelhantes entre si, é possível pensar que os seus significados também poderão ser semelhantes. Esse ponto de vista está sempre preso à primazia das expressões linguísticas como desencadeadoras das metáforas e se o significado de uma

das expressões não guarda algum tipo de similaridade com o da outra, será impossível que a metáfora se realize¹⁵.

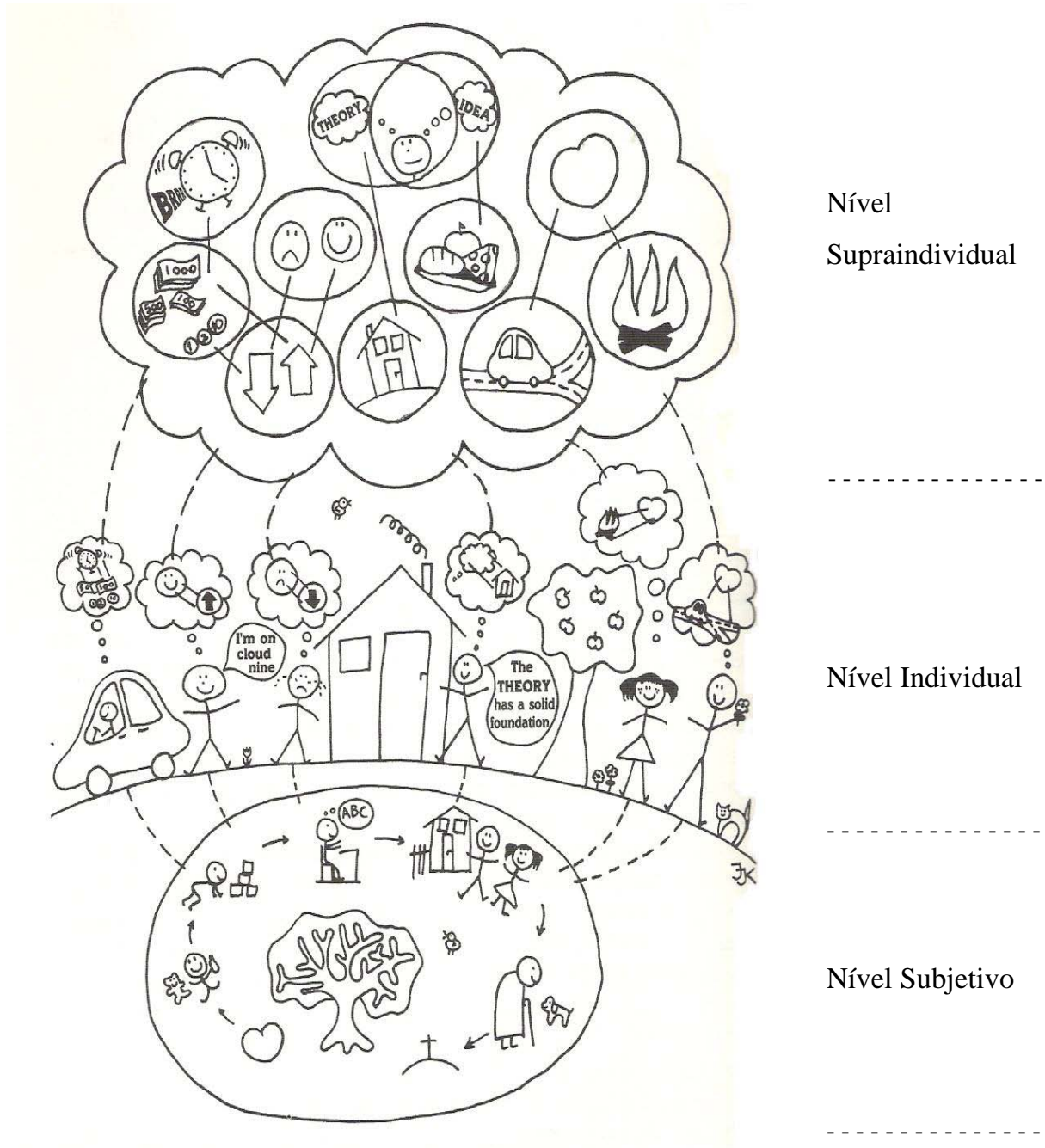
No entanto, como já observamos nos exemplos anteriores, nem sempre há algum tipo de similaridade entre expressões linguísticas. No exemplo clássico de Aristóteles, a coragem de Aquiles foi comparada à coragem de um leão na realização da metáfora “Aquiles foi um leão”. Mas que similaridade existe entre a noção de tempo e a noção de um objeto que se move? Nenhuma, ao que parece. Logo, deve haver algo a mais no processo que apenas uma relação de similaridade entre expressões linguísticas. No encadeamento de ideias necessário para a criação de uma metáfora é preciso aceitar que ocorrem operações mais complexas, capazes de mapear domínios sem similaridade alguma.

O sistema conceitual humano leva em consideração não apenas aquilo que conhece, mas é capaz, inclusive, de utilizar elementos ou domínios que ainda não conhece. O universo cognitivo é portador de diversas estratégias que tornam possível o mapeamento, às vezes, de elementos muito básicos, entre os quais se podem incluir aqueles relacionados às sensações físicas. Outras vezes, mapeiam-se domínios que apresentam um grande grau de complexidade, como quando se relacionam os elementos referentes à produção de bens materiais e aqueles pertencentes ao domínio referente à sensação de existência do tempo: TEMPO É DINHEIRO.

Da mesma forma que o mapeamento envolve domínios mais complexos de significação também provê mecanismos que definem a seleção de quais domínios estarão envolvidos para o estabelecimento das metáforas, que podem ser tanto emocionais quanto biológicos, perceptuais e, até mesmo relações de similaridade subjetiva. Todos esses fatores formam a base experiencial sobre a qual as metáforas são formadas.

¹⁵ O ponto de vista que entende a metáfora como uma analogia que se faz entre diferentes elementos que apresentam alguma semelhança notável remonta a Aristóteles, conforme visto no capítulo anterior.

A ilustração que aparece em seguida mostra como as metáforas podem ter diferentes níveis de partida, a partir da relação que existe entre os homens e as coisas que estão a sua volta:



Three levels of metaphor, Kalalin Jobbágy, 2000, in KÖVECSES, Zoltan. **Metaphor: a practical introduction**. New York, Oxford University Press, 2002

(fig. 3.1)

A figura 3.1 mostra uma representação da metáfora em três diferentes níveis. Embora existam diferentes formas de subdivisão, essa parece a mais adequada para a descrição presente das metáforas conceituais. Acima, está o nível que Kövecses chama de supraindividual, no qual estão as metáforas convencionais de cada língua. Nesse nível, as metáforas fazem parte do léxico mental que cada falante compartilha com os demais falantes da mesma língua¹⁶. Na ilustração, pode-se perceber que nesse nível estão duas coisas: objetos, ou coisas, e relações. O encadeamento tanto pode ocorrer entre coisas, como a representação do domínio dos alimentos com o das ideias, quanto entre relações, como aparece entre fogo, calor e amor. As metáforas conceituais como *MENTE É UM RECIPIENTE*, *RAIVA É UM LÍQUIDO QUENTE EM UM RECIPIENTE*, *AMOR É UMA JORNADA*, estão nesse nível e fazem parte do “patrimônio” cognitivo de todos os falantes de uma dada língua.

O nível intermediário é o individual. É o nível da fala e das relações interpessoais, no qual as pessoas utilizam as metáforas de forma comunicativa. Usando as metáforas que estão no nível supraindividual como modelo, o falante produz metáforas linguísticas dentro das possibilidades oferecidas pelo seu sistema conceitual. Ao mesmo tempo em que pode utilizar as metáforas conceituais para produzir metáforas linguísticas a serem utilizadas na comunicação, ele, ao utilizá-las na linguagem do dia-a-dia, produz novos encadeamentos que resultam em novas metáforas conceituais. Ou seja, é o nível no qual as metáforas, de fato, são produzidas, primeiramente de forma linguística para, depois, serem acrescentadas ao sistema conceitual dos indivíduos de determinada sociedade.

Abaixo, na ilustração, está o nível subjetivo, aquele das experiências psicomotoras. Essas experiências são responsáveis por grande parte da base utilizada na elaboração das metáforas e, também, para a cognição. O processo cognitivo se inicia a partir do nascimento (e, talvez, até mesmo durante a gestação) e organiza-se através das percepções do mundo.

¹⁶ Como se verá mais adiante, muitas dessas metáforas são aparentemente universais e fazem parte do sistema conceitual dos mais diferentes povos.

Quando se fala em “percepções do mundo”, isso também envolve a reação que o convívio com mundo acarreta. Todos os contatos humanos com o mundo envolvem algum tipo de modificação psicológica no que se refere ao conjunto de conceitos que passam a fazer parte da individualidade do sujeito. Talvez seja essa a melhor forma de definir esse nível do sistema conceitual: é o nível subjetivo de cada um, a forma como, a partir do próprio eu, o sujeito se organiza em relação ao coletivo.

Os três níveis estão, em todo momento, interligados na produção e na afirmação de novos conceitos, muitos deles puramente metafóricos. As linhas pontilhadas, na ilustração, mostram como há interligação entre os níveis. Os níveis de cima e de baixo são utilizados para a produção das metáforas que são utilizadas pelos falantes na comunicação diária. Ao mesmo tempo, o uso de metáforas constantemente pelos falantes leva à modificação do nível supraindividual, o qual, por sua vez interfere tanto na produção de metáforas no nível individual, como, muitas vezes, na maneira como se percebe o mundo no nível subjetivo.

A produção metafórica, como a produção de conceitos é um sistema sempre em transformação, já que os três níveis também estão em constante modificação. O sistema, como o sistema da língua, é dinâmico porque as possibilidades de encadeamento possibilitam aos conceitos estarem em relação nos diversos níveis do sistema em um momento ou em outro, o que vale dizer que eles podem “deslizar” no sistema, não mantendo um lugar fixo de oposição, mas diversas possibilidades de relações: relações de significação. Significação, por esse prisma, deslizante, dependente do contexto de relações que se estabeleceria no sistema em um dado momento. As metáforas são um bom exemplo da relatividade dos significados, já que elas possibilitam que novas relações sejam constantemente criadas. Dizer, por exemplo, que *o amor é fogo que arde sem queimar* relativiza os valores de signos que aparentemente guardam uma contradição, mas que, graças a ela, formam uma nova relação no sistema.

Como a similaridade entre expressões linguísticas (e seus significados) nem sempre é suficiente para demonstrar como são criadas as metáforas, faz-se necessário

pressupor que existam relações mais subjetivas envolvidas no processo. Entre outros tipos de similaridade, Kövecses (op. cit.) descreve quatro, que seriam os mais comuns.

1. O primeiro tipo é a *correlação de experiências*. Apesar de não ser exatamente um tipo de similaridade, a correlação trabalha de forma semelhante, pois através dela é possível relacionar uma ou mais experiências que se tem no mundo com um fato novo que se precisa conceituar. É o caso, por exemplo, das metáforas de fundo orientacionais do tipo para cima ou para baixo – SUCESSO É PARA CIMA, FRACASSO É PARA BAIXO. Algumas situações que as pessoas experienciam durante a vida, como encher um copo de refrigerante e a sensação agradável que essa experiência proporciona, ou, ao contrário, esvaziar o copo e a sensação de incompletude que isso pode causar, acabam por servir de referência para outras experiências que se tem posteriormente. O mesmo se aplica a experiências corporais, como a sensação de calor que acompanha o sentimento de raiva ou de calafrio que acompanha o medo. Desse tipo de sensações, por relação de experiências, surge a metáfora RAIVA É QUENTE, como em “estou queimando de raiva” ou “naquela hora o meu sangue ferveu de raiva”; MEDO É FRIO pode gerar metáforas linguísticas como “o meu sangue gelou” ou “senti um frio horrível”.

As relações de similaridade, frutos das experiências, são mais correlações que similaridade porque acabam por relacionar experiências que, às vezes, não guardam qualquer similaridade aparente, mas que fazem sentido em virtude de correlacionarem experiências que são comuns aos membros de um grupo. Elas também podem provir de diferentes tipos de experiências: no caso do primeiro par de metáforas, ele é fruto de uma experiência sensorial em relação ao mundo, já os dois últimos exemplos referem-se a experiências com o corpo, a sensações corporais. De certa forma, pode-se dizer que são metáforas naturalmente induzidas pela experiência humana no mundo.

2. O segundo tipo de similaridade conceitual é a *similaridade estrutural*. Semelhante ao tipo anterior, através do qual, dois *eventos* aparentemente não similares acabam se correlacionando a partir da experiência, a similaridade estrutural acontece quando se percebe certa semelhança entre dois domínios que não apresentam similaridade a priori. É o caso da metáfora estrutural TEMPO É MOVIMENTO.

Inicialmente, não há nenhuma similaridade entre a ideia de tempo e a ideia de movimento, mas, a partir de um momento qualquer se começou a perceber uma coisa pela outra. Talvez pela sensação de que o tempo não para ou talvez até pela influência do movimento do Sol e da Lua pelo espaço durante os dias e as noites, ou pelo constante escoar da areia na ampulheta, ou até mesmo pelo movimento dos ponteiros nos relógios analógicos. Não importa qual a imagem que produziu a ideia de movimento, mas o fato de que elementos pertencentes a um domínio do real passaram a servir de características de outro domínio.

O mapeamento de um domínio através de outro permite que alguns conceitos difíceis de serem apreendidos, como o conceito de tempo, possam ser compreendidos por elementos pertencentes a outro domínio: um objeto movimenta-se pelo espaço a partir de um ponto A até um ponto B, seguindo um trajeto, a uma velocidade X. Esses mesmos elementos são traduzidos por outros similares em outro domínio: o tempo começa em um momento A e “movimenta-se” até um momento B, a uma velocidade Y. Daí metáforas como “o dia demorou a passar”, “desde manhã até agora passou uma eternidade”, “a aula passou depressa”; todas elas sendo capazes de se enquadrar na descrição acima.

A similaridade estrutural é responsável pela construção de diversas metáforas conceituais e independe das expressões linguísticas. Apesar de não haver qualquer similaridade entre as expressões linguísticas referentes a tempo e movimento e mesmo entre os domínios de tempo e movimento, é possível compreender-se uma ideia através da outra, fazendo-se o mapeamento de uma estrutura por outra.

3. O terceiro também é um tipo de similaridade estrutural. As *metáforas básicas*, ou ontológicas, permitem que se perceba uma semelhança entre um domínio físico e outro, mais abstrato. A similaridade entre dois conceitos é percebida através da semelhança ou correspondência entre os elementos de cada um dos domínios. É o caso, por exemplo, da metáfora ontológica MENTE É UMA MÁQUINA. Sobre o domínio concreto, da máquina, pode-se dizer, entre outras coisas, que ela:

- a) executa trabalhos físicos;

- b) produz efeitos objetivos;
- c) precisa de energia para trabalhar;
- d) processa materiais;
- e) necessita refrigeração.

Da mesma forma, algumas coisas podem ser ditas sobre a mente, que:

- a) executa trabalhos mentais;
- b) produz efeitos subjetivos;
- c) precisa de energia para funcionar;
- d) processa ideias;
- e) necessita de descanso.

Existem outras características similares entre os dois domínios, mas essas cinco são suficientes para ilustrar como se produz uma metáfora ontológica a partir de dois diferentes domínios. O mapeamento entre os dois domínios é:

(a) físico	→	mental
(b) objetivo	→	subjetivo
(c) combustível	→	energia
(d) materiais	→	ideias
(e) refrigeração	→	descanso

A partir do mapeamento entre domínios acima, é possível a criação das metáforas ontológicas a seguir que são submetáforas da metáfora MENTE É UMA MÁQUINA:

(a) PRODUTOS MENTAIS SÃO FÍSICOS

3.2.1. Suas ideias não são palpáveis.

3.2.2. Você não consegue ver como eu penso o mundo.

(b) SUBJETIVO É OBJETIVO

3.2.3. As suas ideias saíram pelo mundo.

3.2.4. Minha intuição ganhou corpo.

(c) ENERGIA MENTAL É COMBUSTÍVEL

3.2.5. O estudo alimenta o corpo.

3.2.6. A pesquisa carece de energia.

(d) IDEIAS SÃO MATERIAIS

3.2.7. O raciocínio foi construído tijolo a tijolo.

3.2.8. A teoria tem uma base sólida.

(e) REFRIGERAÇÃO É DESCANSO

3.2.9. A minha cabeça está muito quente.

3.2.10. O cérebro dele precisa de ventilação.¹⁷

O mapeamento da metáfora MENTE É UMA MÁQUINA revela como são criados conceitos sobre como funciona a mente humana a partir de conceitos concretos obtidos a partir da experiência sobre o funcionamento de uma máquina. As máquinas, de maneira geral, são vistas como entidades mais ou menos autônomas (um relógio parece mais autônomo que uma bateadeira), dependendo de suas características inerentes, no sentido de que funcionam constantemente desde que alimentadas com combustível, bem refrigeradas e com constante manutenção. A mente em muitos aspectos se assemelha a isso: ela trabalha constantemente como um relógio e também precisa ser ligada e desligada quando realiza uma tarefa pontual, como resolver um problema, ser alimentada com conhecimentos e experiências e também necessita de manutenção (descanso). A similaridade entre domínios físicos e abstratos proporciona um riquíssimo meio de conceituação de noções difíceis de serem apreendidas.

4. O quarto tipo de similaridade acontece quando um domínio básico é utilizado como *raiz para um domínio alvo*. Nesse caso, uma base experiencial de fundo biológico ou cultural serve de raiz para a construção da metáfora.

¹⁷ A análise aqui realizada com a metáfora MENTE É UMA MÁQUINA é semelhante a proposta por Kövecses (2002) para a metáfora IDEIAS SÃO COMIDA.

Diferentemente dos casos de similaridade vistos anteriormente, aqui alguma experiência prévia serve de base para uma nova conceituação. Algumas metáforas são claramente constituídas pela experiência dos homens junto a seu grupo como é o caso, por exemplo, da metáfora ARGUMENTO É GUERRA (KÖVECSES, op. cit. p. 74), a qual possivelmente tem origem na tradição de se considerar a argumentação como uma batalha na qual existe um ganhador. É de se considerar que a ideia de que a argumentação é um tipo de guerra faz parte de uma variedade de culturas tanto orientais quanto ocidentais.

Um processo semelhante ocorre quando a raiz tem características biológicas. A metáfora AMOR É PROXIMIDADE deve possuir como raiz o hábito de se ficar próximo a pessoas por quem se sente algum tipo de afinidade. Os casais, as famílias, ancestralmente, ficam próximos: isso é uma característica não apenas humana, mas de muitas espécies de animais. Inicialmente não haveria essa relação entre amor e proximidade, já que as espécies ficam próximas por uma questão de defesa ou de calor. No entanto, com o passar do tempo essa raiz puramente instintiva tornou-se uma correlação entre essas necessidades e o sentimento de amor, até a conceituação da ideia de que uma coisa define a outra – a proximidade define o amor.

Tanto essa forma de similaridade, como as outras três que foram vistas anteriormente, servem como motivação para que as metáforas se realizem. Existem outros fatores que também podem motivá-las, mas esses quatro são muito representativos, já que congregam possibilidades muito interessantes que vão desde as noções sensoriais, passando pelas experiências pessoais e chegando até a determinação cultural. Isso mostra como as bases sobre as quais as metáforas são construídas podem ser ricas em possibilidades, do individual até o coletivo (como a própria linguagem).

3.3. Mapeamento e encadeamento

Na seção anterior, abordamos a questão da similaridade e da correlação que existe entre dois diferentes domínios na construção metafórica. Sobre isso, dissemos que entre o domínio fonte e o domínio alvo existe um mapeamento de elementos que

pode servir para a construção de um novo conceito. A metáfora MENTE É UMA MÁQUINA, citada anteriormente, é um bom exemplo de como elementos referentes ao domínio conceitual das máquinas são utilizados para conceituar a mente. Os elementos citados: (a) *produtos mentais são físicos* relaciona o produto de uma máquina, que é físico, com o produto mental, que nunca é físico; (b) *subjetivo é objetivo* compara o produto mental, que é sempre subjetivo, com o produto da máquina que, por sua vez, é objetivo; (c) *energia mental é combustível* faz com que a produção mental despenda energia e necessite de combustível como as máquinas; (d) *ideias são materiais* estabelece uma proximidade física entre os “materiais” utilizados nas construções; (e) *refrigeração é descanso* serve para relacionar o trabalho mental com o mecânico, mostrando que os dois, além de combustível, precisam de descanso para continuar produzindo.

Apesar da abrangência dos cinco elementos mapeados, eles não são suficientes para uma conceituação precisa do que é a mente. Ao contrário, o que eles fazem é iluminar, chamar atenção para alguns aspectos relevantes do que é a mente a partir de algumas características da máquina. É fácil perceber que a seleção dos elementos produtos físicos, objetivo, combustível, material e refrigeração é relevante para colocar em foco vários aspectos definidores do conceito de mente, mas deixa de fora muitos outros aspectos aparentes de qualquer máquina, como o material do qual a máquina é feita (e próprio fato de que uma máquina ocupa um espaço físico), a necessidade de constante manutenção, a falta de autonomia, a falta de criatividade, a repetição constante do processo, a dependência de controle, etc.

O aspecto “repetição constante do processo” é irrelevante para o conceito de mente, já que a mente sempre é concebida como sendo criativa e mais ou menos livre para trabalhar. Até mesmo porque criatividade e liberdade são noções intimamente relacionadas. No entanto, é um aspecto bastante relevante para a metáfora CORPO É UMA MÁQUINA, pois o corpo é, normalmente, visto como um sistema, ou um conjunto de sistemas, que deve funcionar sempre da mesma forma: o coração deve sempre bombear sangue da mesma maneira para que ele seja purificado pelo sistema respiratório e possa irrigar os órgãos e os tecidos do corpo através do sistema

circulatório, que leva sangue arterial, limpo e oxigenado, e traz de volta sangue com impurezas para ser limpo novamente. Outros subsistemas do corpo colaboram para o seu bom funcionamento, como o sistema endócrino, o sistema urinário e o sistema digestório. Cada qual colaborando para o bom funcionamento rotineiro da máquina.

Se o sistema, ou parte dele, funciona mal, é necessária manutenção para o funcionamento voltar à rotina. Ao contrário da máquina-mente, que deve ser livre para produzir melhor, a máquina-corpo precisa da constância e da regularidade para não causar transtornos. As metáforas MENTE É UMA MÁQUINA e CORPO É UMA MÁQUINA apresentam alguns aspectos comuns, entre os citados, e outros que não podem ser compartilhados: *energia é combustível* e *descanso é refrigeração* são aspectos válidos para os dois conceitos, mas uma relação com a atividade produtiva da máquina, como em *ideias são materiais*, é válida apenas para o conceito de mente e não para o de corpo, já que o corpo não produz nada¹⁸, apenas restos. A relação com a atividade rotineira da máquina, por outro lado é relevante apenas para o conceito de corpo e não de mente.

É a maior ou menor similaridade entre os dois domínios que vai determinar quais os elementos do domínio base serão iluminados pela metáfora. Se o domínio base for considerado como um conjunto de elementos que o definem, a metáfora sempre irá mapear esse domínio em relação ao domínio alvo selecionando aqueles elementos mais pertinentes para a conceituação. Como há uma seleção de elementos por similaridade, isso implica que o mapeamento entre dois domínios sempre será parcial e é justamente isso que permite que um mesmo domínio, como o de máquina, por exemplo, possa servir de base para vários mapeamentos que poderão gerar diversas metáforas conceituais e fixar diferentes novos conceitos.

Da mesma maneira que uma metáfora mapeia apenas alguns elementos de um domínio, ela pode também mapear elementos em mais de um domínio ao mesmo tempo. O conceito de mente, por exemplo, pode ser definido, entre outras, pelas

¹⁸ Pode-se é claro considerar o trabalho como produto, mas é um tipo de produto diferente das ideias porque, nesse caso, o que se percebe como produto é um tipo de manipulação de materiais, cujo processo de transformação também começa na mente. O mesmo sucede com a arte, como a dança, que é visível no próprio corpo, embora a sua conceituação ainda seja mental.

metáforas, citadas por Lakoff e Johnson (2002): MENTE É UMA MÁQUINA (Temos trabalhado por uma solução.), MENTE É UM RECIPIENTE (Estou com a cabeça cheia.) e MENTE É UM OBJETO QUEBRADIÇO (O seu ego é muito frágil.), que mapeiam diferentes domínios. A metáfora TEMPO É DINHEIRO baseia-se em duas outras metáforas: TEMPO É UM RECURSO LIMITADO e DINHEIRO É UM RECURSO LIMITADO. As duas conceituam, respectivamente, tempo e dinheiro em relação ao domínio dos objetos que são recursos e a metáfora TEMPO É DINHEIRO mapeia elementos das duas metáforas que toma como base.

A quantidade de domínios básicos envolvidos em um processo de conceituação é diretamente proporcional ao grau de abstração: quanto maior for o grau de abstração da noção a ser conceituada, maior será o número de domínios que serão mapeados. É o caso das metáforas relacionadas às emoções, por exemplo, que, por tratarem de noções que não podem ser observadas no dia-a-dia, obrigam que sejam compreendidas unicamente de forma metafórica ou através de comparações, já que uma definição objetiva é quase impossível.

O encadeamento de alguns domínios na elaboração de um novo conceito pode ocorrer também entre duas ou mais metáforas conceituais. É o caso, por exemplo, da metáfora AMOR É UM EMPREENDIMENTO, que pode ter sido originada das metáforas AMOR É UMA VIAGEM e VIAGEM É UM EMPREENDIMENTO.

A relação entre os domínios de partida e de chegada não é fixa ou previsível. É impossível prever o quanto um domínio de partida é produtivo relativamente às suas possibilidades de fornecer elementos para a construção de novas metáforas. Alguns domínios são mais produtivos que outros: o domínio relativo ao CALOR, por exemplo, é bastante produtivo no que se refere a fornecer elementos para vários domínios de chegada relacionados a emoções – AMOR, PAIXÃO, RAIVA, ÓDIO, etc. Mas não apenas em relação a emoções esse domínio é produtivo, já que são comuns metáforas do tipo:

3.3.1. É uma dica quente.

3.3.2. A recepção foi muito fria.

3.3.3. A situação está fervendo.

3.3.4. O seu perfume era quente.

3.3.5. Esperava-se mais do diretor que um filme morno.

3.3.6. Quanto mais quente melhor.

Isso parece significar que os elementos relacionados a esse domínio são bastante produtivos no que se refere a serem utilizados como matéria na construção de novas metáforas. Apesar disso, nada há nesse domínio que prediga quais os domínios que poderão ser criados ou influenciados na chegada (embora, possamos prever que exista uma “escala de calor” que influencia alguns resultados). O resultado não pode ser previsto porque não há sistematicidade preditiva na relação entre domínios, apesar de haver um tipo de predisposição em se conectar a determinados domínios.

Assim, segundo os exemplos acima, o domínio relativo a calor parece ser fecundo para motivar metáforas relacionadas a sentimentos – amor, raiva, ódio, frustração, decepção, rejeição são todas concepções que podem ser desenvolvidas através do mapeamento do domínio CALOR.

Da mesma forma, não é possível prever quais encadeamentos serão possíveis, pois, os domínios parecem formar famílias por semelhança. Apesar de haver domínios que apresentam características muito semelhantes, ainda assim as fronteiras não são bem definidas, o que implica a possibilidade que em determinados momentos aconteçam encontros entre domínios menos assemelhados. O importante a se notar é que alguns domínios são mais propensos a encadeamentos que outros, mas todos apresentam essa característica como possibilidade – é possível construir metáforas, em graus diferentes, com elementos de qualquer domínio. E essa parece ser uma característica universal das metáforas.

Se aceitarmos que o encadeamento entre diferentes domínios pode ser uma característica de todas as línguas, então deveremos pensar que algumas metáforas podem ser recorrentes em diferentes línguas e culturas. Kövecses (op. cit.) apresenta como exemplo de universalidade a metáfora **RAIVA É UM LÍQUIDO QUENTE EM UM RECIPIENTE** através da comparação de ocorrências em algumas diferentes

línguas, mostrando que, apesar de algumas nuances próprias de cada uma, a metáfora ocorre em todas elas. As línguas consideradas, a partir de levantamentos realizados por outros pesquisadores são o Inglês, o Japonês, o Chinês, o Húngaro, o Zulu, o Polonês e o Taitiano¹⁹, às quais podemos acrescentar o Português.

Em Inglês, a metáfora é bastante recorrente e utilizada em diversas construções:

3.3.7. When I told him, he just exploded. / Quando lhe contei, ele explodiu.

3.3.8. He was bursting with anger. / Ele estava estourando de raiva.

3.3.9. His anger finally came out. / Sua raiva finalmente saiu.

No Húngaro, também, a raiva pode ser conceituada através da mesma metáfora conceitual:

3.3.10. [boiled in-him the anger] / A raiva está fervendo dentro dele.

3.3.11. [almost burst the head-his] / Sua cabeça quase explode.

3.3.12. [almost apart-exploded-he/she anger-in] / Ele/Ela quase explodiu de raiva.

O Japonês difere do Inglês e do Húngaro por um aspecto: o estômago é o principal recipiente para a raiva, segundo Keiko Matsuki, citado por Kövecses²⁰. A ideia de que a raiva é um líquido preso em um recipiente coincide com o que acontece nas duas línguas vistas anteriormente:

3.3.13. [out of his head smoke was coming out] / Fumaça estava saindo de sua cabeça.

3.3.14. [I anger suppressed] / Eu abafei minha raiva.

¹⁹ O autor optou por uma tradução literal, seguida pela tradução adaptada, para o Inglês dos exemplos colhidos das outras línguas. Aqui serão citadas apenas as traduções literais para o Inglês, seguidas pela tradução em Português. Exemplos colhidos de Kövecses 2002, p. 166 a 170.

²⁰ MATSUKI, Keiko. *Metaphors of anger in Japanese*. In **Language and the cognitive construal of the world**. John R. Taylor e Robert E. MacLaury. Berlin: Mouton, 1995.

3.3.15. [anger exploded] / Minha raiva explodiu.

Segundo Brian King²¹, também citado por Kövecses, o Chinês apresenta outra versão para a ideia de recipiente, uma noção cultural intitulada *qi*, que é conceituada como um fluido que atravessa o corpo e que pode aumentar quando alguém produz algum tipo de excesso. *Qi* aparece como um excesso nas metáforas relacionadas à raiva:

3.3.16. [hold back one stomach qi] / Manter um estômago cheio de *qi*.

3.3.17. [deep hold qi] / Manter o *qi* de alguém baixo.

3.3.18. [heart in POSS anger qi] / A raiva *qi* no coração de alguém.

O Polonês, o Zulu e o Taitiano também possuem suas próprias diferenças culturais, mas os três conceituam a raiva como um líquido preso em um recipiente: relacionam a raiva com a pressão; o corpo humano como um recipiente, partes do corpo com locais onde a raiva atua. A esses casos, podem-se acrescentar os exemplos a seguir, do Português:

3.3.19. Estou fervendo de raiva.

3.3.20. Meu estômago está queimando.

3.3.21. Parece que vou explodir.

A metáfora RAIVA É UM LÍQUIDO QUENTE EM UM RECIPIENTE não é a única que aparece em várias línguas diferentes. O que chama a atenção nela é que a sua universalidade pode ser explicada como uma experiência corporal compartilhada pelas mais diversas culturas de sentir a raiva como uma reação corporal. As pessoas “sentem” a raiva além de saberem dela. A raiva causa reações corporais como o aumento da pressão sanguínea, a maior quantidade de adrenalina no sangue, a

²¹ KING, Brian. **The conceptual structure of emotional experience in Chinese**. Ph.D. diss. Ohio State University, 1989.

sensação de calor no rosto, etc. Essas reações corporais são talvez os fatores desencadeadores dessa metáfora. E como todos os homens (ou a grande maioria), mais cedo ou mais tarde, experimentam essas sensações, são influenciados por elas na conceituação metafórica de raiva, relacionando-a com sensações incômodas e partes do corpo.

Os exemplos mostram que a metáfora em questão pode surgir em diferentes línguas; também os mesmos exemplos servem para ilustrar outro aspecto bastante relevante: existem diferenças culturais atuando na realização metafórica. Se essa metáfora, por um lado, parece ser universal, por outro, ela realiza-se de formas diferentes dependendo da cultura de cada povo.

Como foi dito anteriormente, a cultura japonesa preferencialmente elege o estômago como o local onde a raiva atua no corpo humano; no caso do Chinês, a cultura prevê um líquido condutor onde o sentimento é confinado. É claro que a metáfora pode-se realizar de formas diferentes, mas o mapeamento é bastante similar: são selecionados elementos como recipiente, líquido, aumento de pressão, ebulição. O que se pode concluir é que existe um tipo de tensão entre aquilo que é inerente a todos os homens e o que é diferente em cada cultura. A tensão explica como é possível a mesma metáfora ocorrer em diferentes línguas e, ao mesmo tempo, não ser previsível. A relação dos homens com os seus corpos fornece uma parte da motivação, enquanto que a cultura própria de cada povo é capaz de, por um lado, permitir a realização da metáfora e, simultaneamente, determinar de que maneira a realização acontecerá, o que consiste na outra parte da motivação.

Isso confirma o que dissemos anteriormente: a metáfora não pode ser predita, mas apenas motivada. O domínio relativo ao líquido em ebulição, ou sob pressão, é bastante fértil para fornecer elementos para o mapeamento de metáforas capazes de conceituar sentimentos como a raiva e o ódio. Ainda assim, não se pode prever que sempre ocorrerá um tipo de metáfora ou outro, já que outros fatores, como a cultura, estão envolvidos no processo. Daí ser possível afirmar que o domínio em questão motiva um tipo de encadeamento, mas não que o determina. Embora seja viável

determinar quais relações podem ocorrer entre os domínios, não é possível predizer como ocorrerá a relação.

Em resumo, as teorias linguísticas deterministas não são capazes de dar conta do fenômeno da metáfora talvez, justamente, em virtude de sua capacidade/necessidade de predizer fatos. A metáfora, para o bem ou para o mal, é imprevisível, logo, mesmo uma teoria como a de Lakoff e Johnson, que pretende dar conta da criatividade da metáfora, limita-se a descrever as que já existem e não é capaz de apresentar regras que sejam capazes de predizer que determinado domínio será utilizado como base para a elaboração de metáforas específicas: a metáfora sempre surpreende e surge de relações imprevisíveis.

No entanto, ao contrário das teorias tradicionais, ela é muito inovadora porque discute questões importantes a respeito da significação que são deixadas de lado pelas teorias formalistas, como é o caso, por exemplo, da relação entre a linguagem e a cognição. Se os seres humanos utilizam a linguagem para adquirir novos conhecimentos, principalmente os abstratos, então, é razoável aceitar que os conhecimentos, após processados pela mente, retornem ao mundo através da mesma linguagem. Trata-se de uma via de duas mãos e a linguagem é o veículo.

Ao criticarem essa limitação imposta pelas teorias deterministas, Lakoff e Johnson (op. cit.) postulam que aquilo que está por trás dessa necessidade de não considerar o componente cognitivo é a exigência de objetividade que aparece como pressuposto para as ciências do mundo ocidental. É a necessidade de ancorar a linguagem (e a significação) no mundo real, de forma que se possa afirmar a *verdade* das expressões linguísticas.

Contudo, o importante é não deixar fora de vista que a linguagem (e a metáfora como produto dela) é talvez a forma mais eficiente de que dispomos para organizar o mundo a nossa volta. E, se as teorias formalistas são muito rígidas, é preciso não aceitá-las como definitivas em relação ao significado. Então, necessário se faz que outras abordagens tomem o seu lugar de forma a explicar como a mente reconhece o mundo através da linguagem e como o ser humano é capaz de categorizar a realidade utilizando a metáfora, a metonímia e outros recursos linguísticos que permitem a ele

falar verdades ou mentiras sobre a verdade que está no mundo. Se a neve é branca ou se ela é “o véu da noiva” é indiferente se o falante percebe com seus olhos que de fato a neve é branca e não preta, azul ou vermelha. A cognição precisa ser vista de uma forma muito mais completa.

Apesar do poder descritivo que a teoria de Lakoff e Johnson possui para descrever a metáfora enquanto capacidade cognitiva, ela apresenta um problema no que se refere à explicação de como algumas metáforas podem ser possíveis a partir da ideia que ela se desenvolve de um domínio fonte para um domínio alvo. Se isso é possível para um grande número de metáforas, como aquelas que foram vistas neste capítulo, para outras o tratamento torna-se bastante complicado. Este é o caso de metáforas que envolvem domínios muito diferentes, como é o caso, por exemplo, da metáfora bastante utilizada:

3.3.22. O motorista do caminhão é um barbeiro.

Nesse caso, a interpretação binária entre dois domínios prevê que o domínio relativo ao ‘motorista’ seja interpretado pelo domínio que se refere a ‘barbeiro’, os quais são muito diferentes para que se possa compreender como a ligação entre os dois é realizada, se forem levadas em consideração apenas as características definidoras dos dois domínios, pois a metáfora quer dizer que *x é um mau motorista*, e nada nas características do domínio fonte diz que um barbeiro é pouco cuidadoso no seu ofício. Abaixo as descrições dos dois domínios:

Domínio fonte:

Barbeiro

Função do agente – barbeiro

Entidade experienciadora – ser humano, masculino

Meio-instrumento – tesoura, navalha, cortador elétrico

Procedimento – cortar cabelo, raspar barba

Local da ação – barbearia

Objetivo – cuidar da aparência

Competência – cortar ou raspar adequadamente

Domínio alvo:

Motorista

Função do agente – motorista

Entidade experienciadora – caminhão, trânsito

Meio-instrumento – caminhão

Procedimento – dirigir

Local da ação – trânsito

Objetivo – fazer entregas

Competência – dirigir adequadamente

Quando se constrói o modelo metafórico em relação aos dois domínios, *motorista* e *barbeiro*, tem-se o seguinte mapeamento a partir dos elementos elencados acima:

Entidade experienciadora – ser humano, masculino

Entidade experienciadora – caminhão, trânsito

Procedimento – cortar cabelo, raspar barba com eficiência

Procedimento – dirigir com eficiência

Objetivo – cuidar da aparência dos fregueses

Objetivo – fazer entregas, transportar mercadoria

Competência – cortar ou raspar adequadamente

Competência – dirigir adequadamente

A partir do mapeamento dos componentes relevantes dos dois domínios é preciso buscar os acarretamentos metafóricos:

- a) Se o motorista dirige seu caminhão como o barbeiro trata seu freguês então ele cumpre seu papel bem se o barbeiro também o faz, ou cumpre mal se o barbeiro é incompetente;

- b) Se o motorista cumpre seu papel de cuidar da aparência dos fregueses e o motorista de transportar mercadorias, os dois o fazem com propriedade;
- c) O desempenho de x é semelhante ao desempenho de y.

O que os acarretamentos comprovam é que por analogia é perfeitamente possível comparar o ofício do motorista do caminhão com o do barbeiro. No entanto, a metáfora em (3.3.22.) não faz isso e claramente afirma que o motorista não faz como deveria aquilo que faz, independentemente do barbeiro, pois a metáfora não cita o barbeiro *a* ou *b*. *Barbeiro* no exemplo em questão refere-se a uma classe profissional e não a um indivíduo, logo não cabe uma qualificação de mais ou menos cuidadoso. Nesse caso, a teoria falha em explicar como ocorre o processo de metaforização porque a análise em função de dois domínios é insuficiente para alguns tipos de metáforas.

O problema de uma teoria binária como a de Lakoff e Johnson é que o mapeamento de dois domínios é insuficiente para apresentar uma boa leitura para metáforas que afirmam algo através da analogia não com os componentes principais presentes nos domínios, mas com inferências secundárias. Estas podem ser feitas entre um ou os dois domínios e um terceiro, ou entre dois domínios, antes de criar a analogia com o domínio alvo. Daí ser necessário que haja algum mecanismo que permita esse tipo de analogia e, além disso, que possa transmitir as inferências para os domínios fonte e alvo.

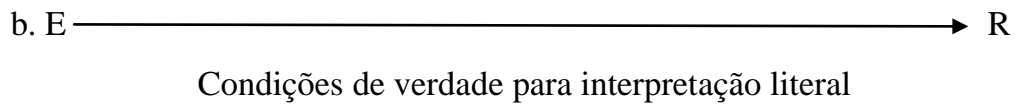
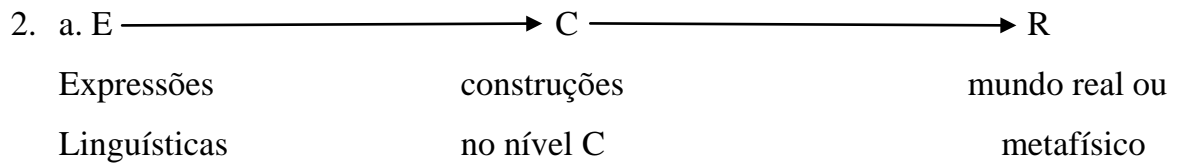
Na próxima seção, será apresentada uma teoria que consegue trabalhar de maneira interessante não somente com exemplos como o anterior, mas com outros fenômenos da linguagem em relação à cognição.

3.4. Teoria dos espaços mentais

Gilles Fauconnier apresenta a sua abordagem cognitivista em *Mental Spaces*, de 1985, que defende basicamente que a mente humana trabalha de forma analógica, realizando operações de construção e atualização de espaços que servem de esquemas para a construção do significado. Os oito pontos principais de sua postura são

apresentados em *Mappings in thought and language* (2006, p. 36 e 37) e estão resumidos a seguir:

1. Formas linguísticas são (parcial e indeterminadamente) instruções para a construção de domínios interconectados com estrutura interna;



Na figura acima, o esquema (a) inclui um nível “cognitivo” (C), distinto da estrutura da linguagem e que não está associado a nenhum conjunto particular de expressões linguísticas

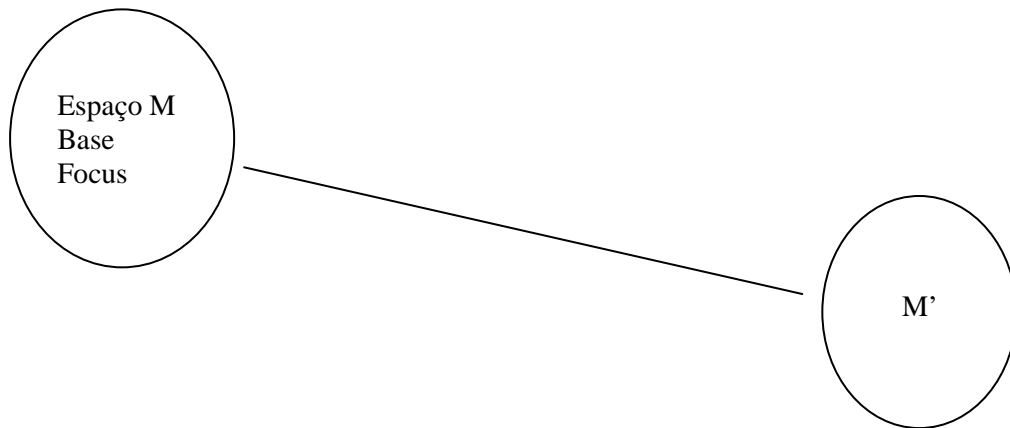
O esquema (b), ao contrário, prevê a ligação direta entre as expressões linguísticas e o mundo real;

3. As construções no nível C não são representações do mundo ou de modelos de mundos ou de representações de modelos de universos metafísicos (mundos possíveis);
4. As construções do nível C, no entanto, relacionam-se ao mundo real; isso porque apesar de não serem intrinsecamente de valor de verdade, tais construções proporcionam diversas inferências no mundo real e padrões de ação;
5. A abordagem cognitivista utiliza dados empíricos e hipóteses para mostrar como a linguagem está organizada de acordo com o primeiro esquema exposto no item 2 e não com o segundo (de condições de verdade para interpretação literal);

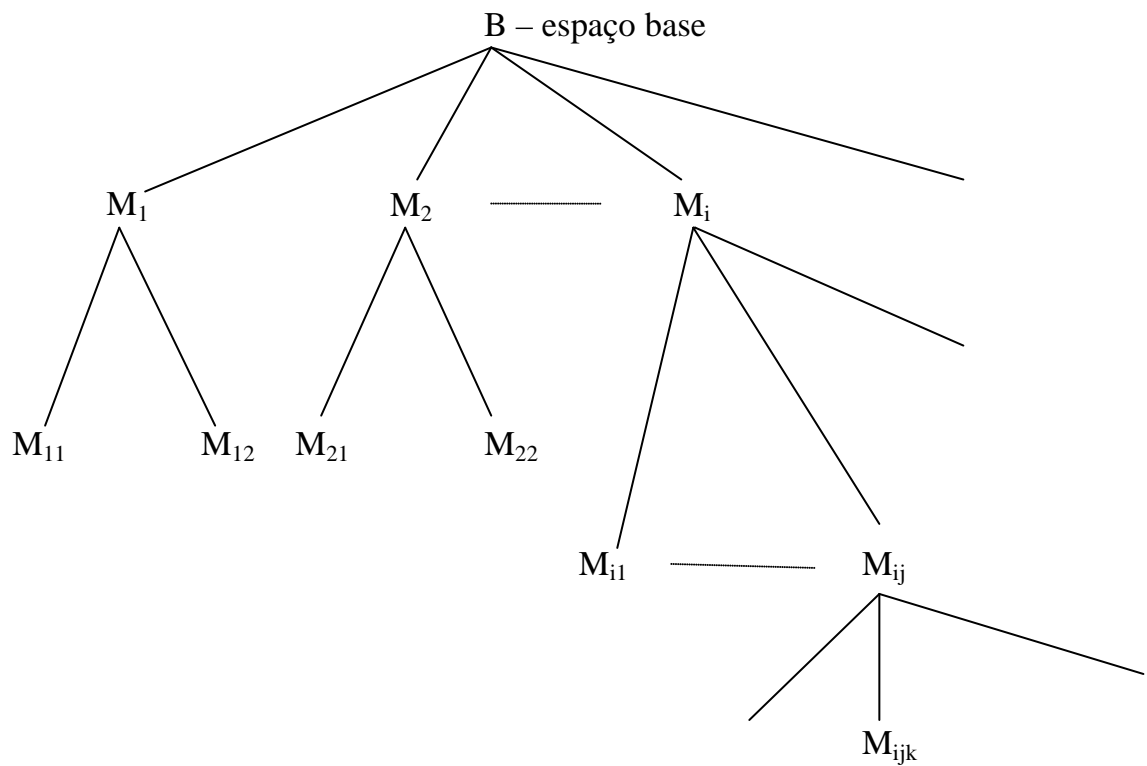
6. As construções no nível C são diferentes para cada uso da linguagem. Os espaços mentais são construídos e as conexões estabelecidas durante a elaboração dos discursos, através das expressões linguísticas que são utilizadas e também das condições contextuais, como fatores sociais, condições pragmáticas e eventos do mundo real que são percebidos pelos participantes;
7. Um objetivo primário da postura cognitivista em termos de domínios interconectados é a *generalização científica*, porque a postura científica de aplicabilidade e de motivação independente é uma boa medida para a validação dos princípios teóricos;
8. Por último, essa postura reconhece a importância de conexões e mapeamentos de espaços mentais.

Os espaços mentais, que estão na base de sua teoria, são constructos relacionados à linguagem capazes de fazer a ligação entre o discurso e a situação necessária para a sua compreensão. Nós não nos comunicamos apenas através de proposições referentes ao mundo físico e conhecido. Quando utilizamos a linguagem o fazemos para nos referir também a mundos imaginários e hipotéticos, falamos sobre esperanças e crenças. Se a linguagem é capaz de atingir todos os limites da imaginação humana, é necessário que uma teoria que pretenda explicar como se processa o significado na mente humana consiga prever como pode ocorrer a interface linguagem-mente.

Um enunciado qualquer da língua não tem significado completo por si só: ele possui um significado lexical, ligado àquilo que as palavras por si mesmas significam, mas a significação plena do enunciado ocorre somente quando há um discurso completo em um contexto que permita àqueles que fazem parte da situação de comunicação “ancorar” o enunciado em referentes. Esses referentes podem ser de diversos tipos e ficam contidos nos espaços mentais ligados entre si por conectores. Esses conectores podem ser de diversos tipos e serão vistos a seguir. Por enquanto, basta saber que um espaço mental é sempre construído a partir de um espaço base que, geralmente, também é o espaço foco de onde se interpreta o discurso.



Nada impede e é até esperado que, em muitos momentos, o foco passe de um espaço para outro que esteja conectado a ele. Sempre, durante a duração de um discurso, os espaços estarão sendo criados e conectados, formando um reticulado parcialmente ordenado, como mostra o esquema abaixo (FAUCONNIER, 2006, p. 39):



A teoria de Fauconnier busca exatamente isso: providenciar esquemas nos quais a linguagem possa ser interpretada e, mais do que isso, tenta mostrar como construímos os cenários onde o discurso se realiza. Os espaços mentais são construídos pelas expressões linguísticas, mas são independentes delas. Eles não são parte da gramática das línguas, mas as línguas precisam deles para o processo discursivo. A linguagem constrói espaços à medida que os discursos se desenrolam. Enquanto alguém produz uma situação de fala, como uma aula, por exemplo, diversos espaços vão sendo criados e compartilhados pela audiência, formando uma rede de significações que permite que os significados sejam transmitidos.

Espaços interconectados formam domínios conceituais que são utilizados durante as situações comunicativas de forma a propiciar que ocorra o processo de significação. Para que haja comunicação é necessário que os interlocutores construam espaços similares. A semelhança de configuração permite que haja compartilhamento semântico e pragmático.

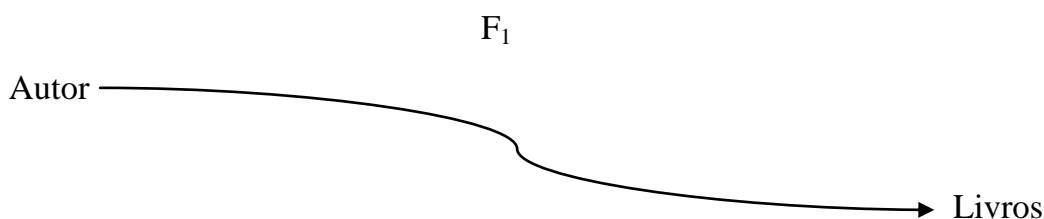
A construção de um domínio formado por uma rede de espaços mentais depende da conexão de elementos que pode acontecer através da relação entre diferentes espaços, entre elementos de diferentes espaços ou até entre elementos dentro dos espaços. Vários tipos de conectores podem unir elementos, criando *links* entre eles, de forma que os dois elementos a e b passam a manter uma relação de identificação. Vários são os tipos: a identidade, a analogia, a metáfora e a metonímia. Um domínio, basicamente, pode ser pensado em dois espaços mentais, um espaço base M e um espaço alvo M' . Em cada um há pelo menos um elemento e existe um conector qualquer que os une através de uma função que os identifica. Essa possibilidade de conexão de elementos nos espaços é regida por um princípio que Fauconnier chama de *Princípio de Identificação*, que é um tipo de função que atribui valor a um elemento a partir de outro:

Princípio de Identificação (ID): Se dois elementos, a e a' , estão ligados por um conector F [$a' = F(a)$] então o elemento a' pode ser identificado por nomeação, descrição ou indicação com sua contraparte a .

O Princípio de Identificação é um princípio bastante geral que permite que qualquer dos conectores citados acima providencie a ligação de elementos entre diferentes espaços e, até mesmo, no interior de um único espaço. Por exemplo, numa frase como:

3.4.1. Jorge Amado vende fácil.

Com certeza não nos estamos referindo a uma situação hipotética em que Jorge Amado é, ao mesmo tempo, vendedor e produto a ser vendido – até porque o autor já faleceu. O que se quer dizer com isso é que os livros de Jorge Amado são facilmente vendidos. Tomar o autor pelo seu produto é um tipo de metonímia que funciona como conector através do princípio de identificação. Assim:



O conector F_1 , utilizando o princípio de identificação, é uma função que relaciona o elemento de um espaço de origem a um espaço alvo, criando uma relação entre o autor e as suas obras.

Se $a = \text{Jorge Amado}$ e $a' = F_1(a) = \text{livros de Jorge Amado}$, então a sentença 3.4.1 deve ser interpretada como:

3.4.1(a). Os livros de Jorge Amado vendem fácil.

A nossa capacidade de construir domínios conceituais para interpretar sentenças como a acima é bastante rica e permite que interpretemos situações que não são

transparentes, como a do exemplo anterior, e outras que podem ser inclusive falsas, como em:

3.4.2. O rei da França é calvo.

Esse exemplo é usado para demonstrar como a linguagem pode ser utilizada para se referir a entidades que não possuem valor de verdade no mundo real. Mesmo sabendo que a França, atualmente, não possui mais um regime monárquico nem um rei, ainda assim, a sentença é perfeitamente compreensível porque, mesmo sabendo que não há rei, nós somos capazes de construir uma rede conceitual hipotética na qual existe um rei da França e ele é calvo. É o equivalente a interpretar a informação como

3.4.2(a). Se houvesse um rei da França, ele seria calvo.

A referência, nesse caso, estaria em um espaço que Fauconnier, citando Filmore, chama de *contrafactual*, um espaço de pressuposição, no qual estão elementos que não constam no espaço base, como a que aparece em 4.2(a). Os espaços *contrafactuais* são responsáveis por uma série de interpretações que não seriam possíveis somente em relação aos elementos constantes na base.

Quando tentamos interpretar uma sentença como (4.2), necessitamos imaginar um rei para a França e a proposição será analisada em relação ao espaço imaginário ao mesmo tempo em que se parte da base, ou seja, o significado se faz na relação entre os elementos identificados constantes nos dois espaços.

Mapas e redes de mapas conectados podem ser criados de várias maneiras através da linguagem. Fauconnier (2006) utiliza exemplos com vírus de computador para ilustrar como são construídas relações entre elementos de categorias diferentes (informática e infectologia). Em português podemos citar exemplos como:

3.4.3. O vírus contaminou o sistema.

3.4.4. Alguém insatisfeito com a empresa infectou o servidor.

3.4.5. Vírus são pragas que se alastram por todas as máquinas rapidamente.

3.4.6. Com a Internet, os vírus espalham-se mais que a gripe suína.

3.4.7. Existem várias vacinas disponíveis na rede.

3.4.8. O sistema estava com as defesas defasadas.

O que se pode perceber é que as sentenças de (3.4.3) a (3.4.8) utilizam de um vocabulário típico da medicina para definir o que é um vírus de computador. A própria palavra “vírus” é um termo da área biológica e não da informática, mas funciona para que possamos conceituar o que são e como funcionam esses programas invasores e maldosos que são inseridos em computadores com intenções normalmente condenáveis. Como um vírus que infecta um organismo vivo, o programa invade um sistema computacional e o ataca. Nós conceituamos esta ameaça virtual relacionando-a com aspectos biológicos que são parte de nossas vidas (p. 19):

- a) Vírus estão presentes, mas são indesejáveis; eles penetram, estão dentro, mas não são partes naturais de nossos corpos;
- b) Vírus possuem a capacidade de se reproduzirem e cada cópia será idêntica ao original;
- c) Eles interrompem a função padrão do sistema;
- d) Eles são danosos para o sistema e para seus usuários;
- e) O sistema deve ser protegido contra os vírus; de alguma forma deve ser providenciada uma maneira para que ele não possa entrar no sistema; deve ser providenciado algum tipo de elemento que permita que o sistema enfrente ou expulse o vírus.

Esta analogia com os vírus que são uma ameaça para os organismos vivos, segundo o autor, mais que uma lista de semelhanças ou de identificação, forma um esquema conceitual que envolve várias relações típicas da nossa experiência com a saúde: devemos enfrentar o problema para que o vírus não penetre no sistema (o corpo ou o computador como um container), o vírus como um ser indesejável num grupo social bem organizado: vermes que atacam frutas, espões militares que se infiltram no exército inimigo para roubar segredos, sabotadores, etc.

Há toda uma série de analogias possíveis entre a invasão de um vírus em um sistema e relações típicas das sociedades humanas. Até mesmo emocionalmente, a sensação de ser invadido por um elemento estranho é análoga a de perceber que o seu computador pessoal foi contaminado por um programa estranho, o qual pode ser tão danoso para o sistema quanto um vírus biológico.

O esquema é bem sucedido para servir de analogia no momento da conceituação se as duas situações podem ser inter-relacionadas. Tendo em vista que já existe uma predisposição a encarar o sistema corporal como uma máquina sujeita a regras de funcionamento, à necessidade de manutenção, com necessidade de energia para funcionar e riscos de defeitos, torna-se mais fácil a analogia sobre elementos ou organismos que podem vir a criar problemas de funcionamento.

Note-se que em nenhum momento pensa-se o computador como um ser biológico semelhante aos seres vivos. Apesar da plena consciência de que o computador é uma máquina e que o programa que a atinge não é semelhante às partículas basicamente proteicas que são capazes de infectar os seres humanos. O que a analogia faz é permitir que se entenda uma coisa pela outra sem que precisemos recorrer a qualquer detalhe técnico a respeito. Nós necessitamos apenas de uma interpretação metafórica que aproxime os processos e que permita a categorização dos elementos envolvidos na analogia.

Metaforicamente, os elementos são incluídos nas categorias do novo espaço formado pela analogia. Pode-se dizer que, inicialmente há categorias originais, como a categoria dos *vírus*, na qual estão os elementos que atacam os seres vivos, e a categoria *vacina*, que reúne os elementos capazes de proteger os seres vivos das ameaças dos vírus. As definições que temos já como bastante aceitas de que o organismo é um sistema e de que o computador também é um sistema permitem que se forme um espaço alvo no qual uma metáfora como COMPUTADOR É UM ORGANISMO reorganize as categorias originais de forma a abarcar os novos elementos. Quando se fala de reorganização das categorias originais é preciso ter em mente que o mapeamento de espaços mentais não apenas leva um determinado domínio para outro

lugar da cadeia. O que ocorre, de fato, é que o mapeamento constrói um novo domínio num nível de abstração mais elevado.

É importante chamar a atenção para o fato de que a conceituação, ao criar um novo domínio, em um nível de abstração mais elevado, ainda mantém os domínios de base, ou seja, um biólogo ainda falará de vírus em um nível inferior de abstração, da mesma forma que alguém da área de informática será capaz de manter-se no nível da programação. Em resumo, quando construímos um novo domínio metaforicamente, não deixamos de usar os domínios que já possuíamos, apenas ampliamos a rede de significação através do mapeamento e da projeção de novos espaços. A metáfora age de forma a colocar em evidência certos elementos dos domínios de base e elevá-los a um grau maior de abstração, criando novas categorias.

A partir do momento em que um novo domínio foi criado, e novas categorias conceituais incorporadas a ele, as novas proposições serão feitas diretamente em relação a essas categorias e não mais às categorias do domínio fonte. Aqui, *vírus* encaixa-se em uma nova categoria e já não é mais o mesmo vírus que infecta os organismos vivos.

Os espaços criados passam a ter a possibilidade de servir de base para a criação de outros espaços ao mesmo que mantém ligações com o espaço de origem. Eles passam a fazer parte do sistema conceitual e também gramatical e os elementos que eles contêm apresentam características próprias, diferentes, embora análogas, das daqueles elementos que lhes serviram de base.

São várias as possibilidades de que a linguagem dispõe para propiciar a criação e a conexão de espaços mentais ou de elementos, além do Princípio de Identificação citado acima:

- a) Construtores de espaço – são expressões gramaticais capazes de abrir um novo espaço ou de mudar o foco de um espaço para outro já existente. Entre essas expressões incluem-se os sintagmas preposicionais, os adverbiais, as expressões introduzidas por conjunções, verbos psicológicos:

3.4.9. *Em 1970*, o Brasil conquistou o tri-campeonato mundial de futebol.

3.4.10. *Atualmente*, vivemos tempos difíceis.

3.4.11. Eles resolveram que seria melhor ir *para a casa de Maria*.

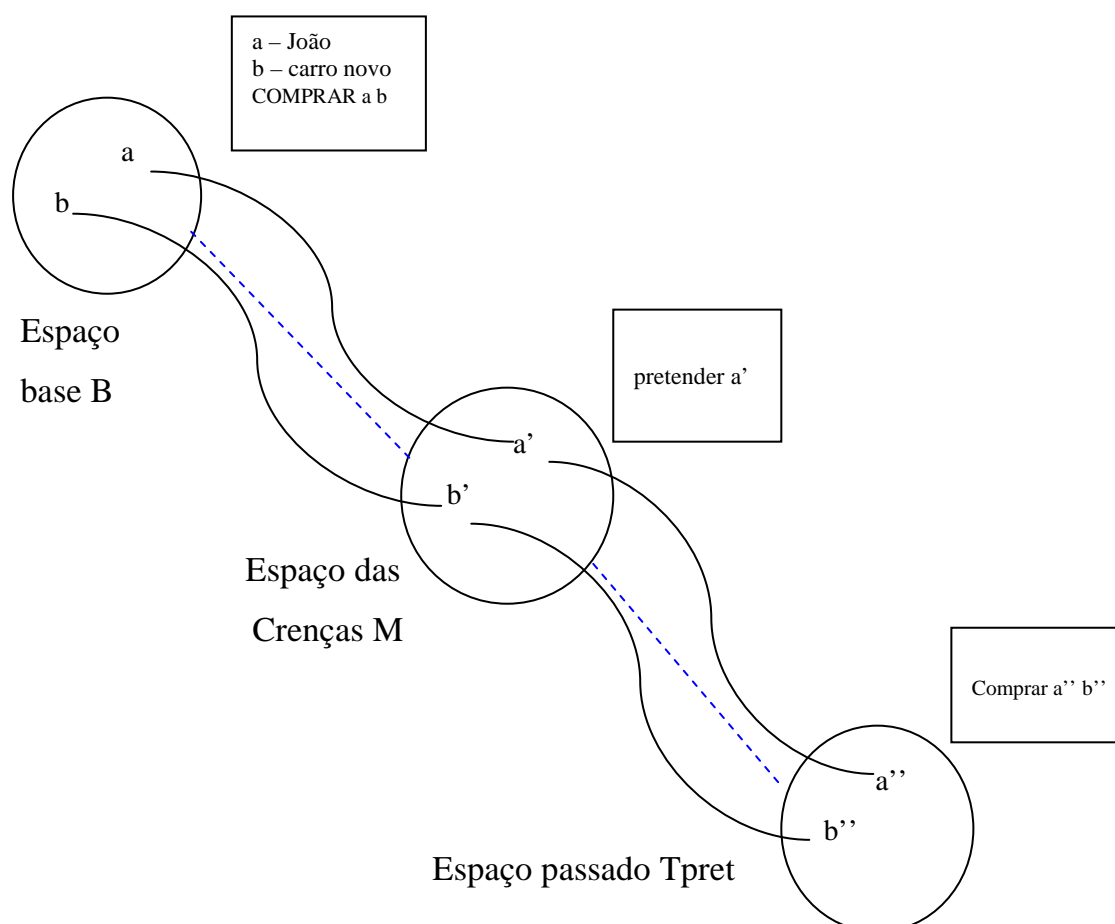
3.4.12. *Se chover*, a festa será cancelada.

3.4.13. *Joana acha* que irá melhor na próxima prova.

b) Nomes e sintagmas nominais – Os nomes próprios (João, Maria, Curitiba, Nestlé) e os NP's (a fazenda, o menino, o carro, a escola) são capazes de introduzir novos elementos no discurso ou apontar para elementos já presentes na construção discursiva. Além disso, eles também relacionam as entidades que nomeiam com as suas propriedades.

c) Tempos e modos – ambos desempenham o papel de determinar qual tipo de espaço está em foco, sua conexão com o espaço base e qual a localização de contrapartes utilizadas para identificação de elementos²², como no exemplo:

3.4.14. João pretendia comprar um carro novo.



²² A configuração da rede de espaços ilustrada pelo exemplo será vista com mais detalhes adiante.

d) Construções preposicionais – construções gramaticais como descrições definidas e aspectuais que podem modificar elementos dentro dos espaços e também propagar essas modificações para espaços vizinhos.

e) Operadores transespaciais – são operadores que operam entre espaços, como é o caso dos verbos copulativos, como os verbos *ser*, *parecer*, *estar*. Se forem considerados dois NP's, em uma estrutura do tipo NP₁ ser NP₂, tal que identifiquem um elemento *a* em um espaço X e *a'* em outro espaço Y, então a cópula especifica que *a*₂ em Y será a contraparte de *a*₁ em X através de um conector F:

$$a_2 = F(a_1)$$

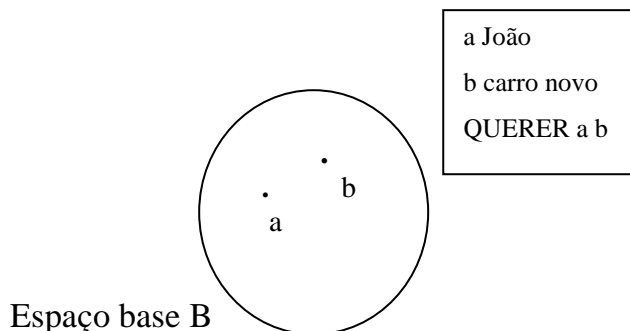
Além desses construtores de espaços, as sentenças que aparecem nos discursos contêm diversos tipos de informação que são capazes de indicar várias características dos espaços como: qual e como será a base e o foco, quais tipos de espaços deverão ser criados em seguida, novos elementos que podem ser introduzidos por descrições, ligações anafóricas, informações lexicais que ligam elementos com esquemas ou modelos cognitivos pré-existentes, informações dêiticas, retóricas e pragmáticas.

A gramática da língua está intimamente ligada com a produção de espaços mentais e com a distribuição de elementos no seu interior. A ligação não é forte com a sintaxe, mas sim com as categorias, tanto lexicais quanto gramaticais. A sintaxe aparece mais como organização do discurso do que como organização dos espaços entre os quais a organização baseia-se mais nas categorias e relações lógicas. Em um exemplo como *João quer um carro novo*, temos um predicado de dois lugares entre os quais existe uma relação expressa pelo verbo transitivo *querer*, um verbo de dois lugares que tem o seu sentido completado por dois NP's, *João* e *carro novo*.

A organização sintática da sentença acima permite que os significados sejam organizados em um código compartilhado por uma comunidade que partilha uma determinada língua, porém a construção sintática não implica que a organização cognitiva seja exatamente igual. Em relação aos espaços mentais, é a gramática e não

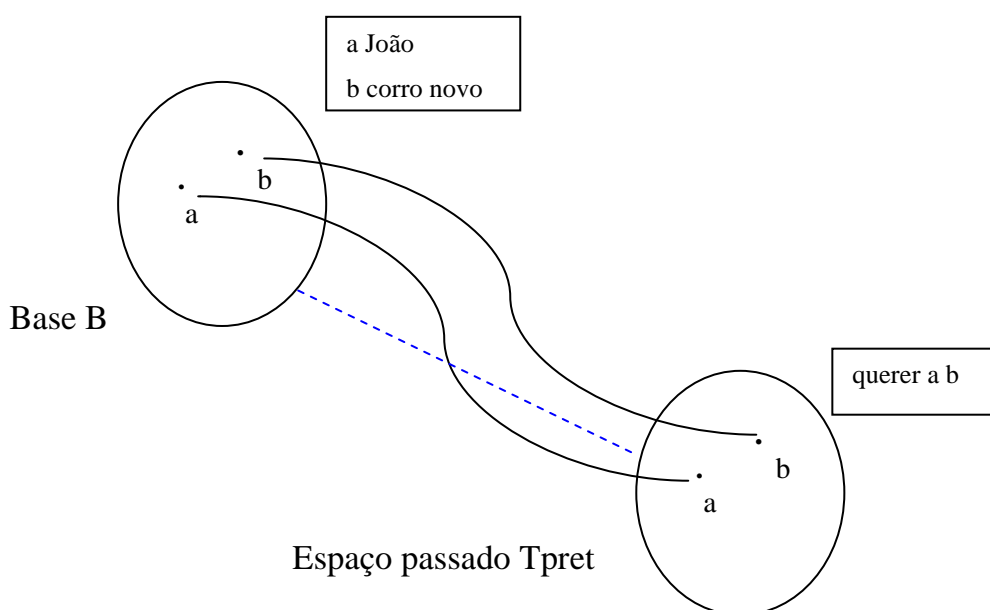
necessariamente a sintaxe que organizará a interpretação da sentença e distribuirá os elementos na rede:

No exemplo anterior, temos dois elementos *a* e *b*, ligados pelo predicado *quer*:



A sentença isolada *João quer um carro novo* configura um único espaço mental com dois elementos e uma relação entre esses dois elementos. Esse espaço, por si só pode se configurar como um *frame* ou como uma moldura em relação à qual o discurso pode se desenrolar. Ou seja, é um espaço que, ao mesmo tempo em que tem uma significação plena, pode vir a servir como base para que outros espaços sejam criados.

Se houver uma mudança gramatical, como o que acontece com a sentença utilizada em outro tempo: *João quis um carro novo*, na qual o uso do pretérito perfeito cria um espaço relativo a esse tempo:



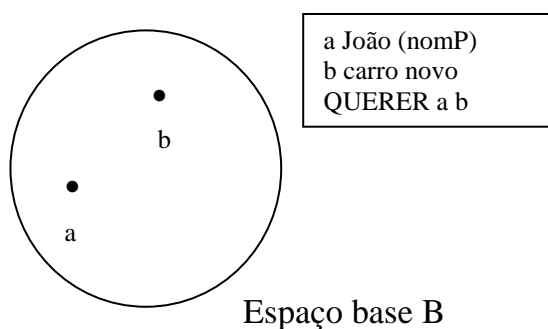
O espaço passado Tpret revela algumas características sobre o que é expresso pela sentença:

1. Há dois indivíduos envolvidos no processo;
2. Os dois indivíduos são os mesmos presentes em B;
3. Houve uma mudança na relação;
4. A mudança ocorreu em algum momento no tempo;
5. A mudança é terminativa.

O tempo verbal utilizado na sentença, ao contrário do que aparece em (3.4.14.), *João pretendia comprar um carro novo*, é o pretérito perfeito, o que implica o fato de que o espaço construído pela gramática deve considerar não somente o tempo passado (o que também ocorre em (3.4.14.)), mas também o aspecto perfectivo, pois a significação em cada caso é diferente.

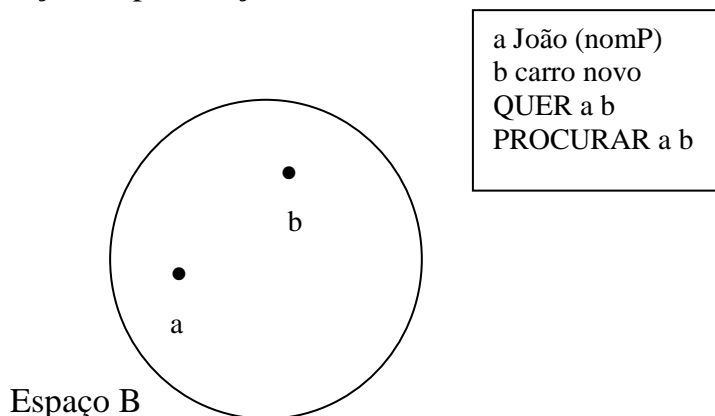
O espaço B contém algumas informações que podem ser atualizadas a cada nova informação que é inserida no discurso. Vamos imaginar uma continuação para a sentença (3.4.14.): *João quer um carro novo e já está procurando. Ele começou a procurar no final de 2008. Encontrou um modelo que achou ideal, mas estava caro. Se fosse mais barato, teria comprado. Pode ser que este ano ele consiga comprá-lo.*

A primeira sentença, *João quer um carro novo*, cria o espaço base através de um predicado de dois lugares formado pelo verbo *ter* e dois NP's. É o único espaço necessário e suficiente para a interpretação, já que contém todas as informações que estão presentes na sentença: os dois NP's e a relação entre eles. Além disso, são inseridas informações acessórias: *João* é um nome próprio de um ser que apresenta o traço [humano] e que possui um bem inanimado, *carro novo*.



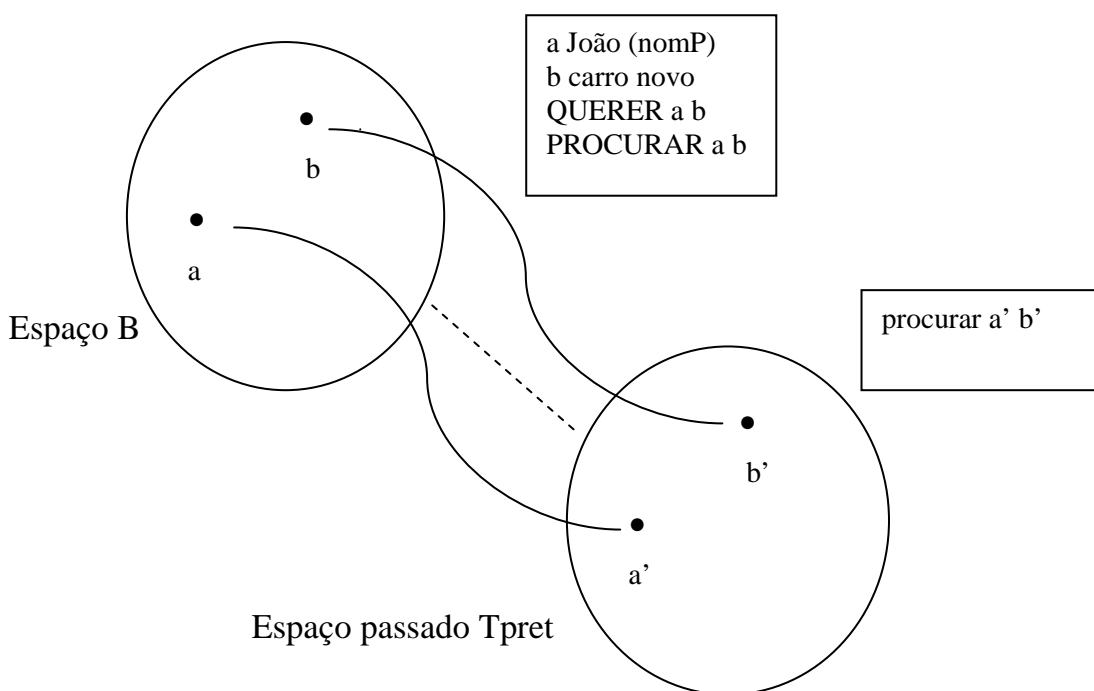
Espaço base B

A sentença coordenada (*João*) *já está procurando* introduz uma nova informação em B. Ela não cria um novo espaço mental, apenas enriquece B com mais uma relação de predicação:

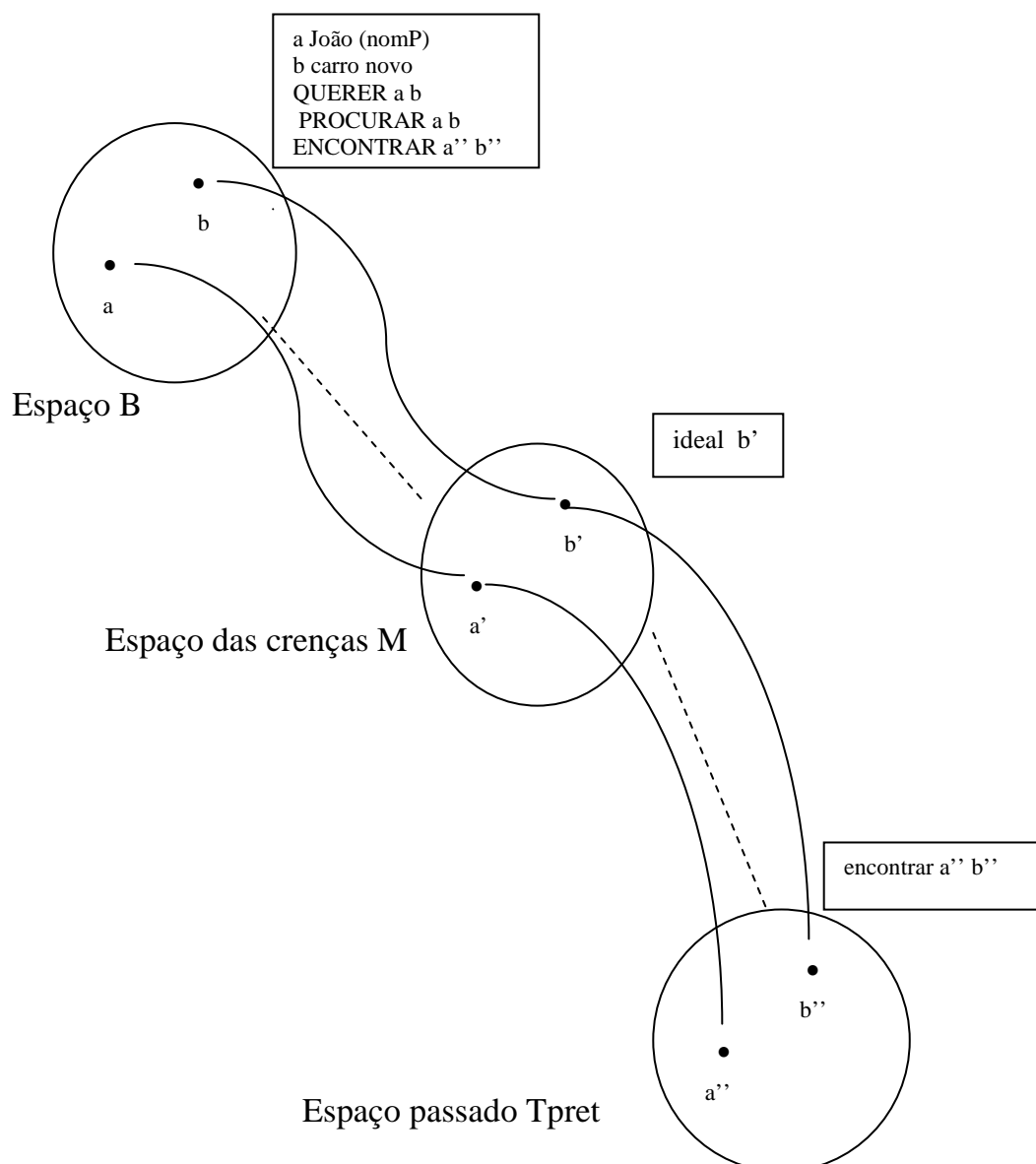


A relação entre os dois NP's também é reforçada pela carga semântica do verbo *querer*, que necessita de um experienciador capaz de tal sentimento, ou seja, é necessário que haja um ser vivo que possa 'querer'.

A terceira sentença, *ele começou a procurar no final de 2008*, remete a um tempo específico no passado e, como foi visto anteriormente, *tempo* é uma categoria gramatical que funciona como construtora de espaços.



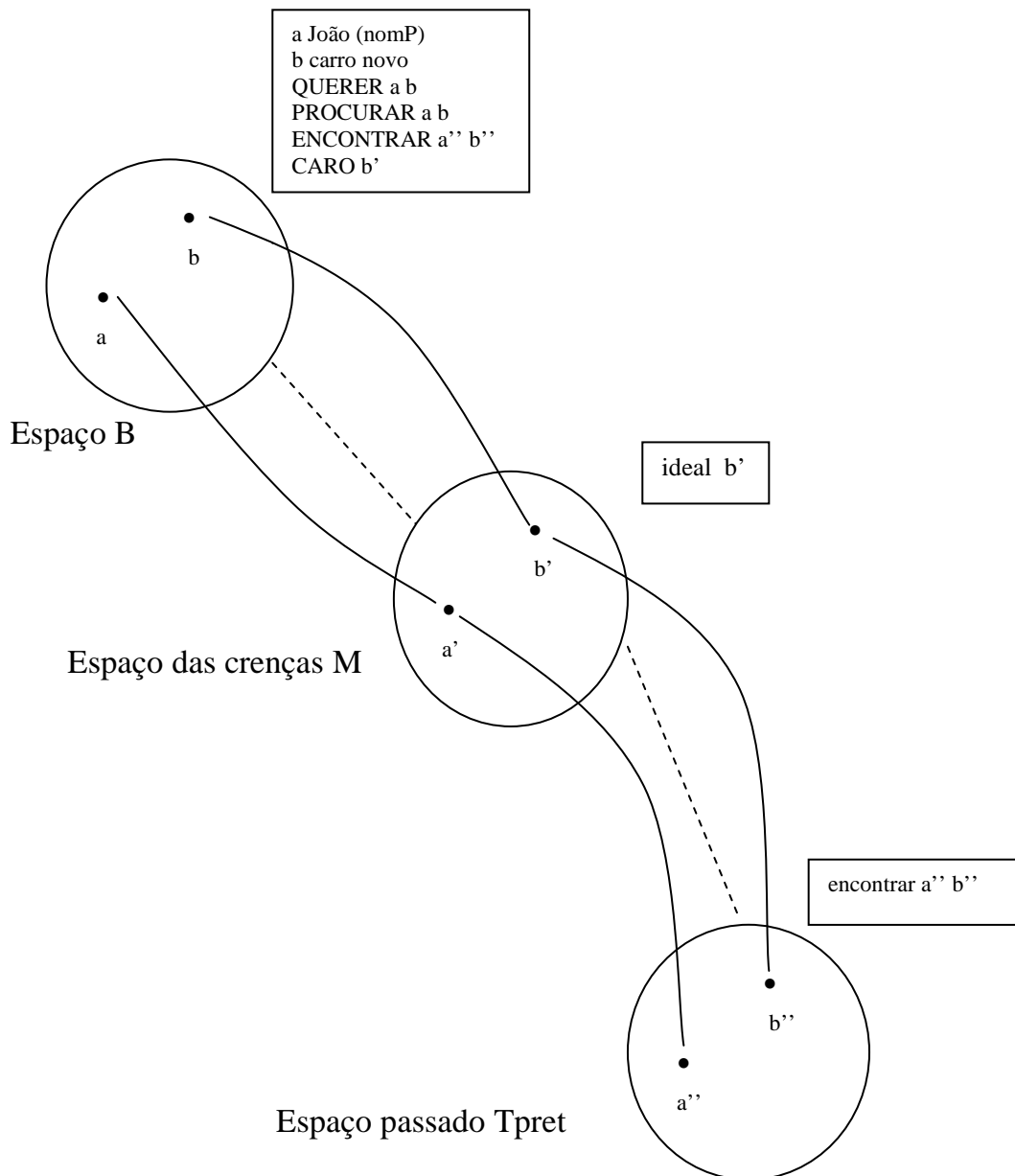
A quarta sentença, *encontrou um modelo que achou ideal*, traz uma informação nova para o discurso, a de que ele encontrou um modelo ideal, ou seja, aquele modelo que ele gostaria de possuir. Essa informação nova faz parte de outro espaço, o espaço M, aquele das crenças e opiniões de João. Esquemáticamente, este espaço deverá estar próximo da base e poderá alterar B.



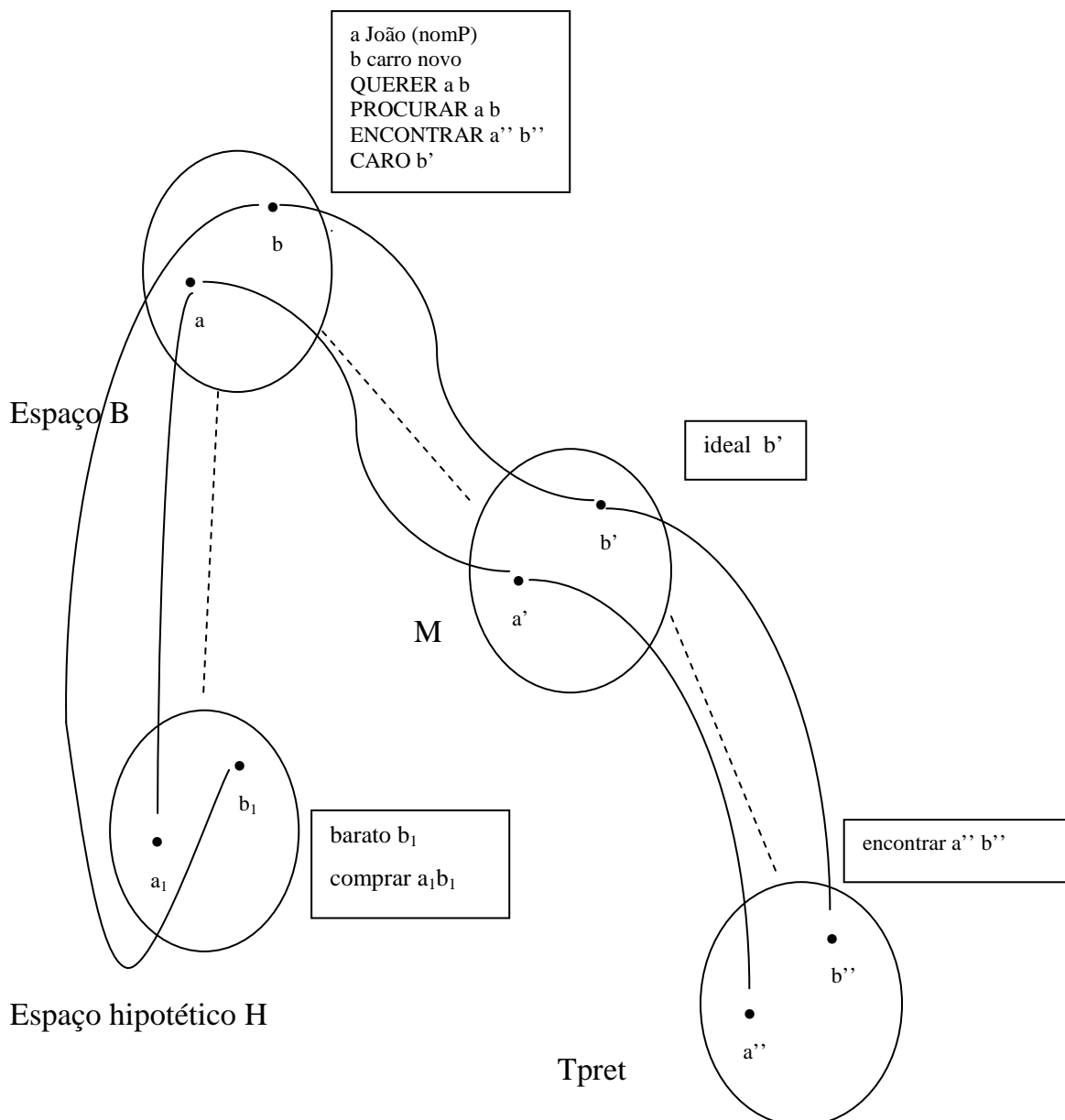
No esquema, b' aparece tanto em Tpret quanto em M porque o carro em questão foi encontrado em determinado momento no passado, por exemplo, na loja X, que possuía em seu estoque justamente o modelo que preenchia as expectativas do nosso personagem. Cumpre salientar que duas coisas ocorreram no mesmo momento

no passado: *João* encontrou um modelo de carro e esse modelo em especial cumpria as aspirações de *a* sobre o seu desejo de comprar um carro novo. As duas coisas ocorreram no mesmo momento, o encontro e a avaliação. Se a expectativa revelada em *M*, sobre o carro ser o ideal, este traço seria adicionado à base. No entanto, a sentença seguinte prova que a crença de João estava incorreta: *Mas estava caro*. Logo, não confirma o fato de o carro ser ideal. Daí a propriedade *ser ideal* não ser incorporada à base.

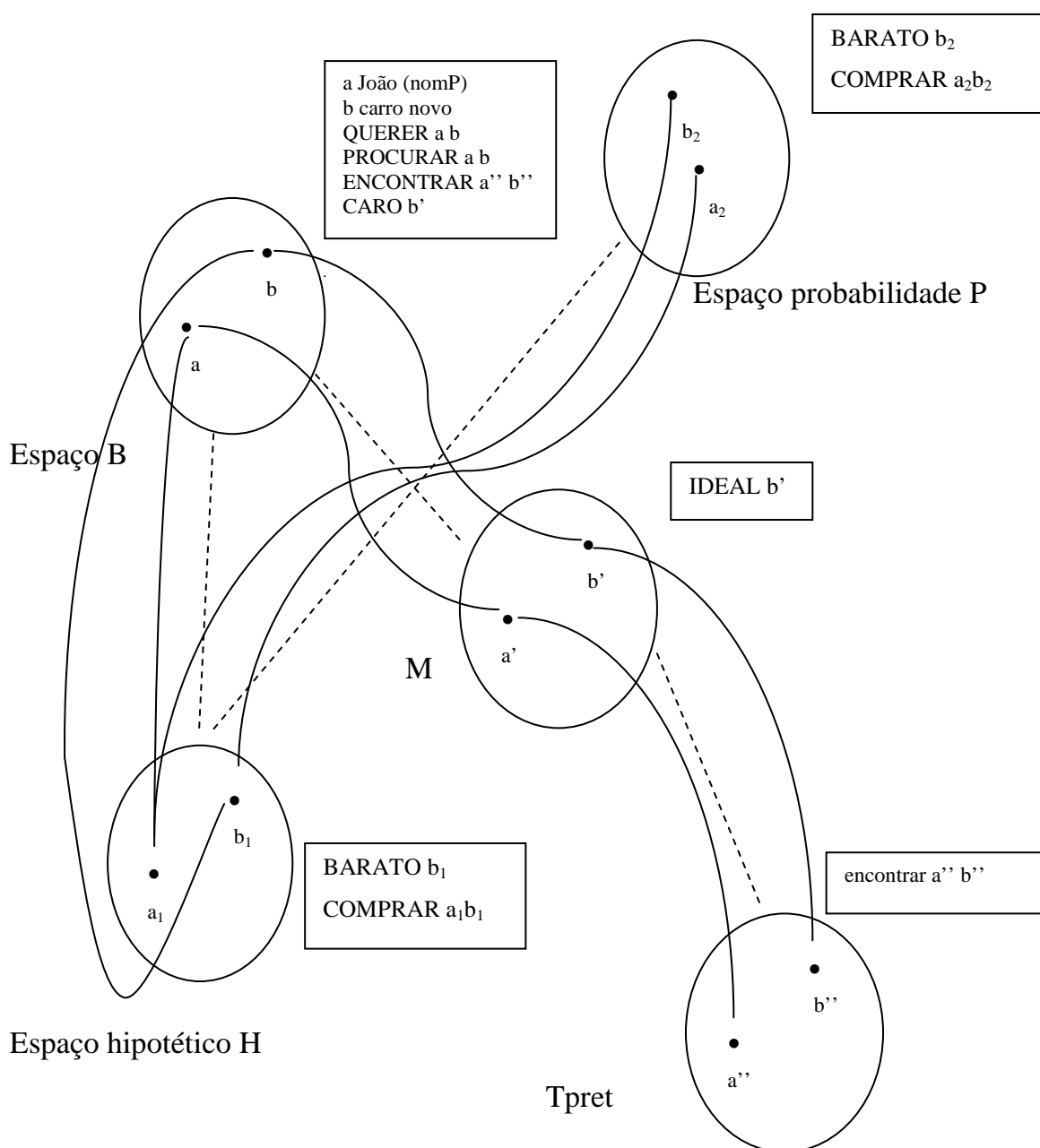
A próxima frase (*Mas estava caro*), essa sim acrescenta um novo traço à base *B* o traço + caro, ligado a *b*.



Se a sentença quatro apenas introduziu um novo traço à base, a quinta sentença, *Se fosse mais barato, teria comprado*, por sua vez é uma sentença contrafactual em relação ao espaço B, marcada pelo uso do condicional *teria comprado*. A conjunção *se* indica que se trata de um espaço hipotético H:



A última sentença, *pode ser que este ano ele consiga comprá-lo*, abre uma nova possibilidade para a compra do carro novo de João. A expressão *pode ser* constrói um novo espaço mental, retirando o foco do espaço hipotético H e devolvendo-o para o espaço base B:



A configuração acima é um possível esquema para a interpretação do fragmento de discurso que foi apresentada anteriormente. Se houvesse mais sentenças no

fragmento, mais espaços poderiam ser criados, novos elementos acrescentados aos espaços e novas relações estabelecidas entre espaços e elementos. Outra forma de visualizar o significado do discurso seria como se segue:

1. B elementos a – João

b – carro novo

relação inicial – querer a b

– procurar a b

Informação acrescentada – caro b'

– encontrar b'

2. Tpret elementos a'' – João

b'' – carro novo

relação – procurar a'' b''

– encontrar a'' b''

3. M elementos a' – João

b' – carro novo

predicação – ideal b'

relação – considerar ideal a' b'

4. H elementos a₁ – João

b₁ – carro novo

predicação – barato b₁

conector – se

contrafactual – teria comprado

5. P elementos a₂ – João

b₂ – carro novo

predicação – barato b₂

relação – comprar a₂ b₂

O exemplo precedente mostra como a gramática da língua é capaz de construir espaços, introduzir elementos, providenciar conexões entre os espaços na configuração

espacial. As sentenças da língua, além de fornecerem elementos para a comprovação do significado, permitem aos participantes do discurso saírem delas para buscar significação em outros espaços, construídos por outras sentenças. Ou seja, da mesma forma que os espaços mentais se combinam para formar teias que permitem processar o significado, as sentenças, quando parte de uma instância discursiva, formam uma cadeia de interligações responsáveis pelo “tecido” do texto. Tecido esse que pode ser esquematizado através de suas partes para formar um todo no qual cada sentença busca sentido. O sentido não está em uma sentença isolada ou nas suas condições de verdade, mas nas relações que o todo forma através das partes.

Um verbo como *estar*, por exemplo, une dois NP's em uma sentença, ou seja, une dois elementos criando uma predicação. Se a configuração espacial possuir apenas um espaço B, o verbo apenas ligará os elementos nesse espaço. Por outro lado, se houver um espaço hipotético do tipo *se* ___ *estivesse*, o verbo poderá estar ligando elementos de diferentes espaços. Isso quer dizer que, apesar de ter uma função básica, nem sempre um elemento gramatical se comporta da mesma forma.

Da mesma maneira, uma sentença vista isoladamente apresenta um significado baseado em sua construção e nos significados dos elementos que a compõem. De uma sentença isolada, pode-se determinar qual a sua forma lógica e quais as suas condições de verdade, mas quando essa mesma sentença é vista em uma estrutura discursiva, apesar de ainda manter o seu significado individual, ela permite diferentes interpretações porque, ao mesmo tempo em que o seu significado interfere no todo do discurso, este interfere na sua interpretação. A sentença no discurso não é mais exatamente a mesma de quando isolada.

A sentença contrafactual, por exemplo, *se fosse mais barato, teria comprado*, carece de elementos em si mesma para que possa ser corretamente interpretada, apesar de ser possível estabelecer condições de verdade para ela. Podemos substituir os elementos faltantes por variáveis, x e y , e teríamos algo como *se x fosse mais barato, y teria comprado x* . Assim, poderíamos imaginar que, no mundo real, existe pelo menos um x que custa um valor z e que existe ao menos um y que pretende comprar x por um determinado preço menor que z . Se as três variáveis puderem ser preenchidas por

valores de verdade no mundo real, então teremos as condições de verdade da sentença. A fórmula $\exists x \exists y (x(O) \wedge y(H) \wedge x(z - 1)) \wedge ((y) \text{ comprar}(x))$ pode até representar as relações entre os elementos da afirmação e também o predicado que representa essa relação. No entanto, a relação ainda está no nível da significação implícita em função de variáveis não definidas, o que quer dizer que apesar de apresentar significação em relação ao mundo real ou a um mundo possível, a sentença não pode ser corretamente interpretada externamente ao contexto expresso pelo discurso.

As construções contrafactuais são bastante úteis para percebermos o quanto o contexto discursivo é necessário para a interpretação da sentença porque uma estrutura do tipo *se a, então b* inaugura sempre um novo ambiente no qual a sentença deverá ser interpretada e esse ambiente nunca é o mundo real. É sempre um mundo possível ou um espaço hipotético. A diferença entre as duas possibilidades citadas anteriormente é a de que um mundo possível indica um novo espaço de interpretação, como o citado no exemplo que aparece no capítulo 2, reproduzido abaixo:

2.1.27. Eu te entreguei o meu coração.

Como foi dito na ocasião, no mundo real, a única interpretação possível é metafórica, ou seja, ninguém entrega fisicamente o seu coração para outra pessoa. Já em um mundo possível, como o criado pelo filme *Piratas do Caribe III*, a ação física de entregar o coração não somente é possível como é realizada. Daí a diferença, um mundo possível é outro espaço de interpretação, é outra realidade em relação à qual a sentença deve ser interpretada, ou seja, nesse mundo possível criado pelo filme, não existe metáfora e há somente uma possibilidade de interpretação, a não metafórica.

Voltando ao caso do uso de uma construção contrafactual, não basta um mundo real ou possível que permita que a sentença seja corretamente interpretada com variáveis porque elas não apontam para objetos reais ou para propriedades reais, mas para uma relação entre objetos e propriedades. Para a interpretação plena da sentença é necessário que se faça, talvez, a relação entre dois mundos, o real e um possível, mas

isso dependeria da exigência que houvesse outra sentença que descrevesse um estado de coisas no mundo real, o que, em última análise, significa instaurar um discurso.

Quando se utilizam os espaços mentais para explicar a sentença, ela, enquanto parte de um discurso, é responsável pela criação de um espaço da rede de espaços responsável pela configuração do discurso. Na rede, a sentença é interpretada não apenas em relação a si própria, mas no conjunto de espaços, cada qual carregado de sua própria carga semântica que é compartilhada e interligada na configuração da rede. Se os espaços mentais estão ligados às sentenças da língua, são influenciados e, quem sabe, determinantes da gramática.

A interpretação da sentença em questão, *se fosse mais barato, teria comprado*, é tranquila em relação ao restante do discurso, ou seja, para que essa sentença contrafactual possa ser corretamente interpretada, é necessário considerar as informações prévias que organizaram os demais espaços mentais. Desta forma, não há mais necessidade da utilização de variáveis, já que as relações anafóricas entre as sentenças do fragmento proporcionam a correta ligação entre os elementos de diferentes espaços, ao contrário de uma abordagem de valor de verdade que apresenta dificuldades para criar a relação com o mundo real.

A relação de significação do contrafactual não é automática e sim analógica, garantida pela projeção de propriedades e elementos entre vários domínios. Expressões linguísticas que apresentam a estrutura *se a, então b* têm sua interpretação garantida pela projeção de significação que acontece através das demais sentenças do discurso ou dos espaços mentais construídos por ele.

Uma das características mais importantes da configuração em espaços mentais é o fato de que as informações que pertencem a um espaço podem se espalhar da base para seus espaços “filhos” ou “irmãos”, da mesma forma que podem, de um espaço qualquer (um espaço de crença, por exemplo), ser transmitidas para um espaço “pai” ou mesmo para a base. Isso implica que as ligações entre espaços sejam bastante ricas em possibilidades, pois as informações relativas aos elementos constantes em um espaço podem ser apenas transmitidas para elementos correspondentes em outros

espaços ou enriquecidas com novas informações adquiridas em um espaço em especial – tempo, modo, aspecto, mental, contrafactual, probabilidade.

Para Lakoff (1990, p. 291), os espaços mentais apresentam as seguintes propriedades que ele julga como fundamentais:

- Espaços mentais podem conter entidades;
- eles podem ser estruturados como modelos cognitivos;
- eles podem se relacionar com outros espaços através de conectores²³;
- uma entidade presente em um espaço pode estar relacionada a outras entidades presentes em outros espaços através de conectores;
- os espaços podem ser expandidos em virtude de que entidades e MCIs²⁴ podem ser adicionadas a eles durante o processamento cognitivo;
- MCIs podem introduzir espaços.

A importância dessas características dos espaços mentais para a semântica cognitiva é destacada por ele:

“Espaços mentais são aquilo que uma teoria de modelo cognitivo usa no lugar de mundos possíveis e situações. Eles são como mundos possíveis nos quais podem ser utilizados para representar nossa compreensão de situações hipotéticas e ficcionais. Conectores entre espaços desempenham o papel de “relações alternativas” em mundos possíveis semânticos, apesar de deferirem em “alternativas” em alguns aspectos. Espaços são como situações em situação semântica, pois são parciais; eles não requerem que tudo no mundo seja representado.” (LAKOFF, 1990, p. 282)ⁱⁱⁱ

E chama a atenção para em que sentido ela é diferente de uma semântica dita objetiva:

“A maior diferença é que os espaços mentais são conceituais por natureza. Eles não possuem status ontológico fora da mente e, portanto, não têm um papel em uma semântica objetiva. Um espaço mental, diferentemente de um mundo possível ou de uma situação, não é o tipo de coisa que possa funcionar em uma teoria do significado baseada na relação entre signos e coisas no mundo. Em virtude de seu status ser puramente cognitivo, os espaços mentais são livres para funcionar em uma semântica baseada em um realismo interno ou experiencial. No entanto, eles permitem uma semântica com toda a clareza de uma semântica de modelos.” (ibid.)^{iv}

²³ Como foi citado anteriormente, identidade, analogia, metáfora e metonímia podem servir como conectores transespaciais.

²⁴ MCI, Modelo Cognitivo Idealizado, é um construto mental simplificado que organiza a experiência humana em diferentes domínios práticos e teóricos. É uma maneira de interiorização do mundo real e que não corresponde totalmente a ele, já que depende de diversos fatores, culturais, psicológicos, sociais, que interferem em como o experienciamos e categorizamos.

O modelo original de 1985, de Fauconnier, sofreu algumas alterações e acréscimos que modificaram as possibilidades de integração dos espaços mentais em relação a sua capacidade de produção e integração. Em trabalhos publicados nos anos 90, Fauconnier e Fauconnier e Turner elaboraram a Teoria de Integração Conceitual, a qual utiliza uma teoria que parece ser fundamental para o estudo da metáfora: a Teoria de Blending²⁵, que será vista a seguir.

3.5. Teoria de Blending e metáfora

Blends são espaços mentais que resultam de um processo cognitivo capaz de ligar elementos de espaços diferentes, similarmente ao que fazem a identidade e a analogia. Mas, ao contrário dessas duas, esse processo, ao invés de ligar entidades pertencentes a dois diferentes espaços, as mistura, produzindo uma nova entidade que recebe características de cada espaço de origem. Esse processo de criação de novas entidades chama-se *blending*.

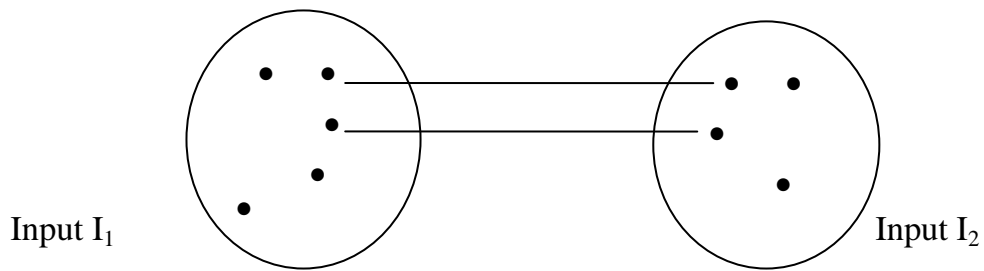
Blending é um princípio que constrói um novo espaço a partir de espaços *input*, aproveitando as estruturas desses espaços para construir uma estrutura própria no *blend*. A estrutura emergente do *blend* pode ou não guardar características dos espaços, porque é uma estrutura totalmente nova.

Segundo Fauconnier (2002, 2006), para que dois espaços *input* sofram o processo de *blending* é necessário que algumas condições sejam satisfeitas:

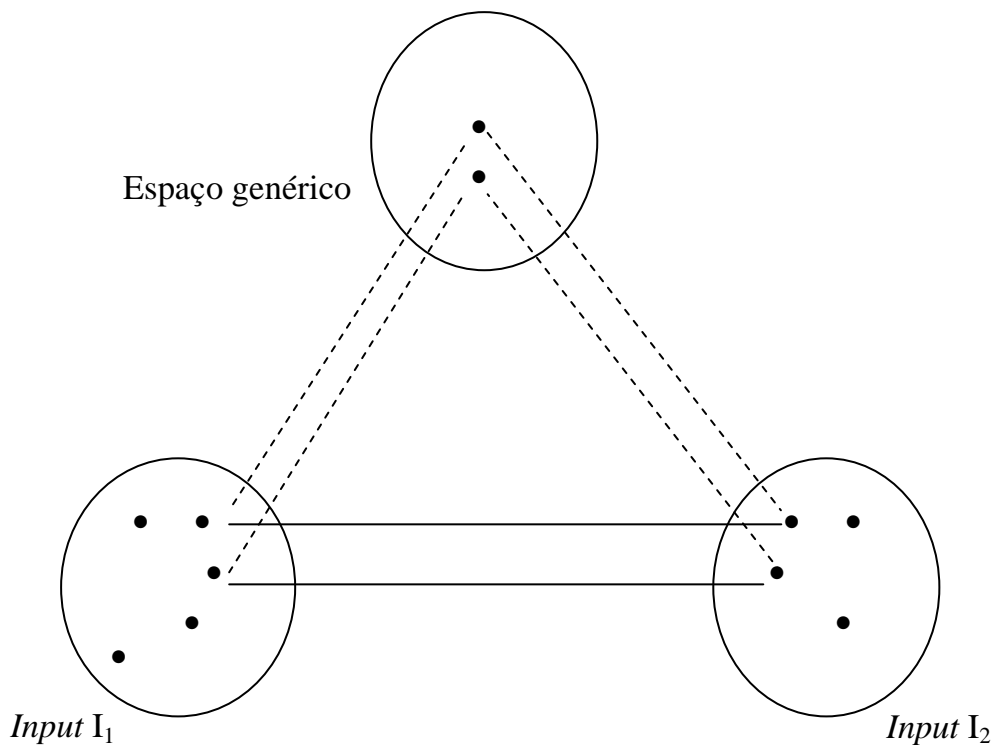
1 – mapeamento transespacial – inicialmente existem dois espaços de *input* entre os quais há um mapeamento das respectivas contrapartes, conforme figura abaixo²⁶:

²⁵ Apesar de a expressão *blending*, do inglês, poder ser traduzida por “mistura” ou “mixagem”, em português, em função do largo uso que se faz na literatura especializada do termo em inglês, fez-se a opção de sua utilização no idioma original no presente trabalho.

²⁶ Na figura, os círculos representam os espaços de *input* e os pontos são os elementos contidos. É importante notar desde já que nem todos os elementos são mapeados. Isso ocorre porque, durante o mapeamento, a correspondência não se faz um a um entre todos os elementos, mas apenas entre os correspondentes.

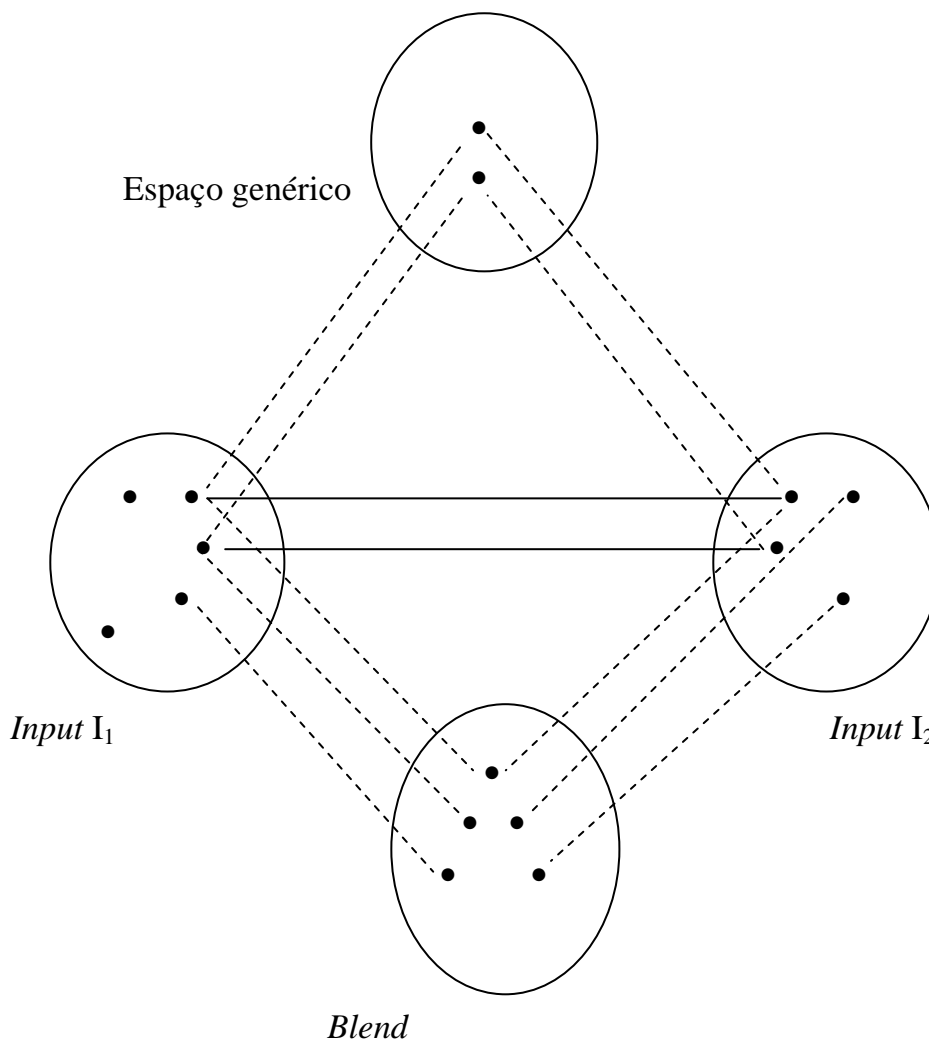


2 – espaço genérico – é o espaço que mapeia os dois *inputs*. Ele reflete aquilo que é comum nos dois, aquilo que é mais abstrato e que reflete algo sobre a organização dos *inputs*, definindo aquilo que é mais central e relevante no mapeamento entre eles:²⁷



²⁷ No final do próximo capítulo será discutido como o espaço genérico é de importância vital para a organização do *blend* porque nele estão contidos não apenas os elementos em comum, mas as regras que permitem a organização e a seleção dos elementos que compõem o resultado final.

3 – *Blend* – é a projeção parcial dos *inputs* I_1 e I_2 em um quarto espaço:



4 – Estrutura emergente – o *blend* desenvolve uma estrutura emergente que não estava originalmente nos *inputs*. O desenvolvimento do *blend* ocorre em três etapas inter-relacionadas:

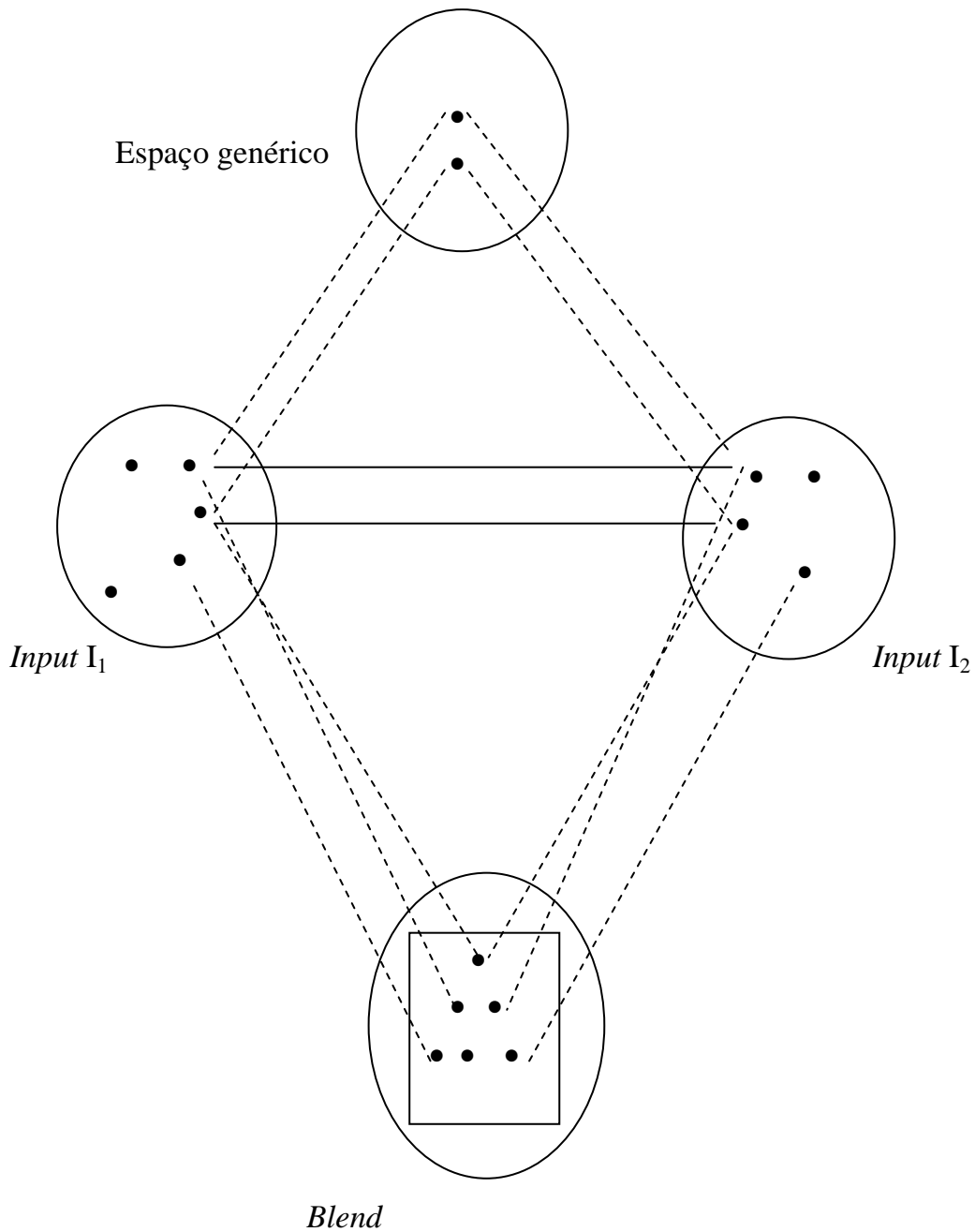
- a) Composição – a estrutura que é projetada no *blend* não existia anteriormente em nenhum dos *inputs*. Trata-se de uma nova estrutura que, apesar de guardar características de ambos os *inputs*, não se identifica diretamente com nenhum deles.
- b) Complementação – muitas das características que compõem o *blend* fazem parte de um conhecimento de base prévio, como no caso de *frames*, modelos

cognitivos e culturais. No *blend* as estruturas transferidas dos *inputs* são completadas.

- c) Elaboração – a estrutura que compõe o *blend* pode ser elaborada internamente. É um processo cognitivo que acontece na sua estrutura emergente de acordo com sua própria lógica, operando com várias possibilidades do mundo físico e mental.

A conjunção das três etapas permite que a estrutura emergente esteja completa. A composição é o primeiro passo para a constituição do *blend*: é ela a responsável pela seleção daqueles aspectos presentes nos *inputs* que serão importantes a partir de uma escolha de relevância. Deste ponto de vista, os mesmos *inputs* podem servir para diferentes *blendings*. As estruturas que são transferidas dos *inputs* para o *blend* são parciais e serão complementadas com elementos que *blending* poderá buscar em esquemas pré-existentes tanto em seu arcabouço cognitivo quanto em informações adquiridas do modelo cultural. *Frames* que fazem parte do mapeamento cognitivo também podem servir para a complementação dos traços incorporados dos dois espaços de *input*. A elaboração é um processo que pode ser, inclusive, contínuo porque um *blend* pode ser elaborado e reelaborado muitas e muitas vezes. Ele deve ser tratado como uma simulação que utiliza elementos tanto do mundo quanto da imaginação. Como o *blend* é estruturado de forma dinâmica a partir de diversos esquemas, e o mapeamento é apenas parcial de cada *input*, o processo de elaboração sempre pode ser ampliado por novos esquemas conceituais que se tornem relevantes em determinados momentos.

A estrutura emergente que surge a partir das etapas de composição, complementação e elaboração fica contida em um quarto espaço que completa a rede de integração conceitual.



A figura acima mostra uma rede de integração conceitual completa, com os quatro espaços utilizados por *blending*. É interessante notar como os elementos apresentam comportamentos diversos. Dois elementos de I_1 apresentam contrapartes em I_2 e, ao mesmo tempo no espaço genérico e no *blend*. No entanto, apenas um de I_1 que tem contraparte em I_2 apresenta contraparte comum em *blend*; o outro elemento em questão tem contraparte em I_2 , mas representações separadas em *blend*. Outros dois

elementos não têm contrapartes em I_1 e I_2 , nem no espaço genérico, mas tem contrapartes em *blend*. Dois elementos permanecem isolados em seus espaços de origem e um elemento aparece somente em *blend*.

Isso mostra como o processo de *blending* é criativo e rico em possibilidades. Elementos podem estar nos espaços *input* e não aparecerem no *blend* e outros podem ser produzidos no *blend* sem correspondentes nos *inputs*.

Outra possibilidade licenciada pelo **princípio de identificação**²⁸ é que um elemento que tenha sido produzido no processo de *blending* e que não existia anteriormente em qualquer dos espaços *input* seja projetado para um ou para os dois *inputs*. Depois de ter sido projetado, o elemento pode encontrar uma contraparte e ser projetado modificado, novamente, para o *blend*. Ou seja, o processo de mistura e criação de elementos pode ser recursivo e expansível, já que novas relações podem surgir a todo o momento e novas redes de integração conceitual podem ser acionadas através da anexação de outros esquemas cognitivos ou culturais, também com a interpretação ocorrendo a partir de *frames* pré-existentes ou de novos criados por intervenção de *blending*.

Feltes, citando os trabalhos de Fauconnier e Turner, apresenta as seguintes características para *blending*:

- *Blending* é um processo cognitivo geral.
- *Blending* opera sobre espaços mentais como *inputs*.
- *Blend* é um espaço separado que é projetado a partir de dois espaços de *input*, tem estrutura parcial herdada a partir desses espaços, formando, então, uma estrutura emergente.
- Quando um *blend* é estabelecido, opera-se cognitivamente dentro desse espaço, que permite a alguém manipular os vários eventos como uma unidade integrada.
- O *blend* fornece uma estrutura, uma integração e uma eficiência não disponível em outros espaços.

²⁸ Também chamado de **Princípio de Acesso**.

- Durante o *blending*, espaços, domínios e *frames* podem proliferar e ser modificados.

- Ações criativas, analogias, realizações dramáticas, contrafactuais, significados integrados e construções gramaticais são fenômenos que dão origem a *blends*.

(FELTES, 2007, p. 120, 121)

O que sobressai nas características acima listadas é o aspecto criativo do processo de *blending*, que é capaz de trabalhar não apenas com as coisas do mundo, mas também com aquilo que é ficcional ou produto da imaginação.

O mesmo se aplica às estruturas hipotéticas, como é o caso do exemplo de espaço contrafactual que foi trabalhado anteriormente: *se fosse mais barato, o teria comprado*. A interpretação da sentença hipotética pode ser explicada pelo processo de *blending*. Uma construção hipotética revela que há um determinado estado de coisas e que existe outro estado, hipotético, que pode modificar o estado de coisas real.

Em relação ao exemplo, existe um espaço real e outro espaço hipotético, que poderiam ser assim configurados:

Espaço *input*₁: a₁ – João

b₁ – carro novo

c₁ – preço X

relações – CARO c

QUERER a b

NÃO COMPRAR a b

Espaço *input*₂: a₂ – João

b₂ – carro novo

c₂ – preço X-1

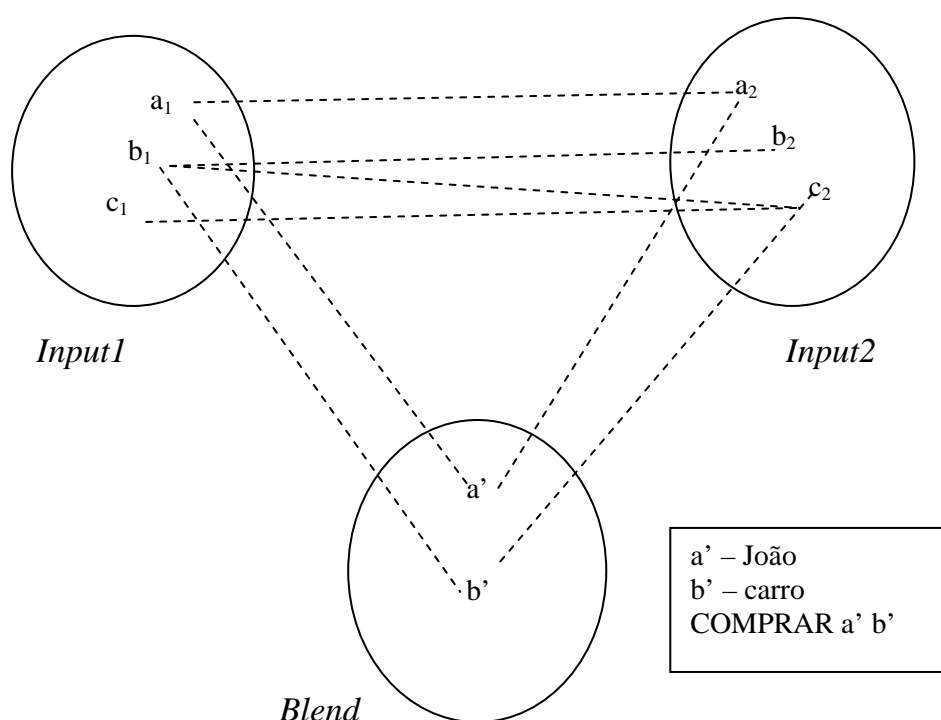
Blend: a' – João

b' – carro novo

Relação – COMPRAR a' b'

O processo de *blending* mistura duas informações relevantes para a compreensão da sentença, a de que o carro que João deseja custa muito caro para as

suas possibilidades financeiras e a de que se ele custasse menos, João já o teria comprado. O espaço hipotético é representado então na estrutura emergente do *blend*. A ligação entre os elementos dos espaços de *input* acontecem de duas formas diferentes: entre a_1 e a_2 , b_1 e b_2 a relação é de identificação; entre c_1 e c_2 é de analogia, já que os elementos correspondentes não são exatamente iguais. Esquemáticamente, o processo poderia ser representado da seguinte maneira:



O espaço *blend* providencia uma interpretação para os elementos presentes nos dois *inputs*, relacionando os elementos por identificação ou analogia e projetando as relações encontradas no *blend*: b_1 por analogia relaciona-se a c_2 , que representa o preço mais baixo expresso pela sentença hipotética. As relações são compostas no *blend*, as informações são complementadas com a informação de o preço estar menor e pela significação expressa pelo tempo verbal *teria comprado*. As informações resultantes são elaboradas e o resultado emerge: a' teria comprado b' se o preço pedido pelo carro fosse menor do que aquele que ele encontrou. Dessa forma, é permitida uma interpretação para o espaço hipotético h que está de acordo com a sentença condicional e também com o restante do fragmento de discurso. O *blend* após ter sido finalizado

devolve novas informações para o restante da rede de significação e, como é característica dos espaços mentais, o significado de um espaço pode ser projetado para toda a estrutura do mapeamento.

O *blend* é uma possibilidade de integração de redes que podem ser simples ou bastante complexas. Fauconnier e Turner (2003) propõem o *Princípio de Compressão*, aquele que permite que os seres humanos controlem simultaneamente longas cadeias de raciocínio lógico e percebam quais os significados globais de tais cadeias. Segundo os autores, há vários tipos de redes que podem ser ativadas quando ocorre a integração entre espaços no *blending*:

- a) Rede de escopo-individual – nessa rede, há dois espaços organizadores, cada qual com o seu *frame*. Um desses *inputs* é utilizado para organizar o *blend* e o seu *frame* é projetado para dentro dele. O *frame* do outro *input* não interfere.
- b) Rede de duplo-escopo – é o tipo de rede que apresenta dois espaços de *input*, cada qual com o seu *frame*. O *blend* possui um *frame* que o organiza, aproveitando partes de ambos os *inputs*. O *blend*, apesar de utilizar características dos *frames* dos dois *inputs*, possui uma estrutura emergente própria.
- c) Rede de duplo-escopo com alta assimetria – o *blend* sofre influência de ambos os *frames*, mas o *frame* que o organiza é uma extensão do *frame* de apenas um dos *inputs*.
- d) Rede de duplo-escopo sem colisão – é uma rede de duplo-escopo em que os *frames* organizadores não precisam, necessariamente, colidir, mas podem contribuir para o *blend* que os incorpora.

Uma rede tem como princípio básico a *integração*, que, segundo Fauconnier e Turner (2003) é um dos três *I's* da cognição, juntamente com *identidade* e *imaginação*. A integração é a responsável pela propriedade que a rede possui de, se um *blend* foi construído como uma unidade, manter essa unidade ao longo de todos os espaços que a formam. Além da integração, outros princípios são propostos em Fauconnier:

Rede: o fato de o *blend* poder ser tratado como uma unidade permite manter uma conexão apropriada com os *inputs*;

Desempacotamento: o *blend* permite que o sujeito o “desempacote” com a finalidade de reconstruir os *inputs*, o mapeamento transespacial, o espaço genérico e a rede de conexões entre todos os espaços.

Topologia: para qualquer *input* e qualquer elemento dele projetado para o *blend* é ótimo para o elemento no *blend* manter relações com a sua contraparte.

Projeção para trás: como o *blend* está ativo e desenvolveu uma estrutura emergente, poderá projetar de volta para um *input* que interromperá o seu papel de *input*.

Projeção metonímica: quando um elemento é projetado de um *input* para o *blend* e um segundo elemento do mesmo *input* também é projetado em função de uma ligação metonímica com o primeiro, a distância entre eles diminui no *blend*.

Sobre esses princípios o autor afirma: “Estes princípios dão origem pressões específicas de otimalidade (não desintegração, não deslocamento, não interferência, não ambiguidade.” (FAUCONNIER, 2006, p. 186)^v

E para encerrar o capítulo:

“Em resumo, *blending* é uma operação cognitiva que conduz à criatividade em vários níveis e em muitas áreas da vida mental. No entanto, é uma operação cognitiva bem estruturada e fortemente restringida. Na verdade, é provavelmente porque está estruturada e restringida desta forma que os organismos humanos são tão hábeis em reconhecer, manipular e produzi-lo.” (ibid.)^{vi}

A ideia é que os princípios podem reduzir as possibilidades de *blends* que possuem estruturas que não colaboram para o processo cognitivo, justamente o processo cognitivo que dá origem ao *blend* e que se desenvolve através dele. O que mais chama a atenção no seu processo é o seu caráter analógico. Se, de alguma forma, ele reflete o como pensamos, devemos entender que somos seres analógicos também.

A metáfora também apresenta um caráter fortemente analógico e a sua elaboração e interpretação utiliza mecanismos que não são facilmente descritos. Tudo na metáfora é relação de uma coisa com outra, mas essa relação geralmente não é

direta, forçando-nos a utilizar características, às vezes secundárias ou até mesmo periféricas, para que possamos entender como se dá o processo. Ou seja, o próprio processo de entendimento de uma metáfora depende de um forte uso de analogias relativas aos objetos em questão.

Como já citado, a metáfora é um importante componente da cognição humana e, por isso, uma forte candidata para estar relacionada a *blending*. No capítulo anterior também foi visto que uma metáfora é, tradicionalmente, entendida como sendo uma ligação entre dois domínios: um domínio-fonte e um domínio-alvo.

A relação direta entre dois domínios mostra-se eficiente em grande parte dos casos, mas, como foi mostrado no caso da metáfora presente em *O motorista do caminhão é um barbeiro*, para alguns casos o mapeamento direto entre domínios é incapaz de gerar a metáfora pretendida ou de providenciar uma interpretação apropriada. Fauconnier (2006, p. 170, 171) apresenta um exemplo fornecido por Lakoff que ilustra como o *blend* pode ser utilizado para fornecer significação para uma metáfora que não pode ser explicada em termos de dois domínios. O exemplo é o seguinte: uma mãe fala para seu filho hiperativo – *Você está me levando para a minha cova*. Segundo o autor, a nossa experiência com o domínio-base que inclui covas, morte e funerais, por si só, não permite chegar à conclusão que a metáfora exige. Por outro lado, no domínio-alvo estão a distância da morte e o tempo para chegar a ela. No *blend* os elementos dos dois domínios se misturam e a estrutura emergente pode mostrar alguém que entra na própria cova lentamente ou mais rapidamente, sendo que a velocidade de chegada pode estar relacionada com fatores externos e a resistência a fatores internos. As relações são mapeadas pela noção de distância da morte que, por si, também é uma metáfora. Isso exige três espaços de *input*: o espaço que contém as coisas relacionadas à ideia de morte, como covas e funerais, um segundo que contém a ideia de velocidade com a qual se chega à morte e um terceiro espaço que, metaforicamente, cria uma distância entre um estado atual e o momento da morte. A cena integrada no *blend*, que mostra alguém que está a uma distância qualquer da morte sendo impulsionado para dentro de sua própria cova é proveniente dos três espaços simultaneamente.

Se por um lado muitos conceitos definidores de espaços *input* podem ser utilizados no *blend*, como no exemplo do parágrafo anterior, por outro também é possível que apenas um elemento relacionado em cada *input* seja suficiente para criar a sua estrutura emergente. Outras vezes pode ser necessário que elementos estejam ligados dentro do próprio *input* por analogia antes de se identificarem com elementos do outro *input*. Nessa multiplicidade de possibilidades reside a riqueza maior do processo de *blending*.

Anteriormente, tentamos analisar a metáfora presente em *O motorista do caminhão é um barbeiro*²⁹, que se mostrou intrincada para uma explicação em função de uma relação entre dois domínios. Naquele momento, foi sugerido que a utilização de um domínio-fonte definido pelas características relacionadas a *barbeiro* era insuficiente para a inferência de uma metáfora que descrevesse o motorista do caminhão como sendo um mau motorista.

Através da análise em quatro espaços, como é feita na Teoria de Blending, encontra-se uma nova configuração para a metáfora. O primeiro passo é construir os dois espaços *input* que serviram de base para a análise. Como a metáfora relaciona os ofícios de um motorista com o de um barbeiro, os espaços devem conter informações relacionadas às funções de cada um dos profissionais:

Input 1

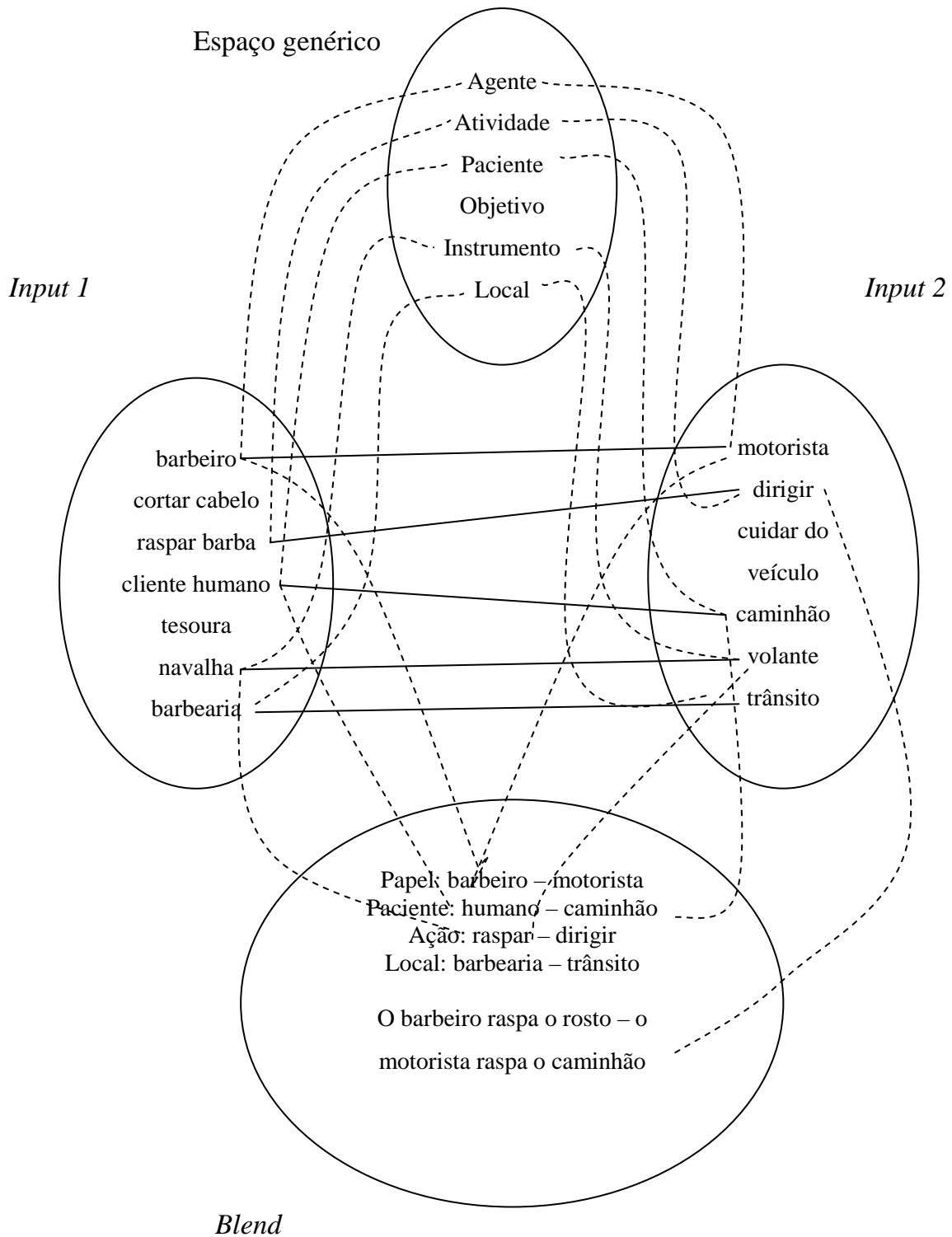
Papel agente: barbeiro Função: cortar cabelo raspar barba papel paciente: cliente humano instrumento: tesoura navalha local: barbearia objetivo: cuidar da aparência meio: habilidade técnica

Input 2

Papel agente: motorista Função: dirigir cuidar do veículo papel paciente: caminhão instrumento: volante equipamento mecânico local: trânsito objetivo: dirigir meio: habilidade técnica

²⁹ Atualmente, pode-se pensar essa metáfora como uma metáfora morta, e a palavra *barbeiro* como uma predicação convencional, que pode ser aplicado a uma série de profissionais, como *o cirurgião é um barbeiro*, *o pintor é um barbeiro*, etc. Ainda assim, em algum momento, houve uma origem para ela e o *blending* proposto serve como exemplo para muitas metáforas do tipo *x é y*.

Após terem sido estabelecidas características profissionais para os dois tipos profissionais, podem ser relacionados os elementos com suas contrapartes e também organizado os espaços genérico (os homens e seus ofícios) e o *blend*:



No esquema acima, as linhas contínuas representam as ligações entre os elementos e as suas contrapartes nos espaços de *input*. O mapeamento realizado entre os dois espaços mostra as correspondências entre identidades e papéis para barbeiro e motorista.

As linhas pontilhadas constroem o espaço genérico que contém a estrutura que é compartilhada pelos dois *inputs*. Apesar de os elementos serem diferentes, eles ocupam papéis correspondentes na estrutura, o que permite que haja uma ligação assimétrica no espaço genérico.

Como a definição de motorista é feita a partir da definição de barbeiro, a construção do *blend* utiliza o *frame* da barbearia, com os seus papéis e ações típicas. Imagens que temos na cabeça passam a organizar o *blend*, como, por exemplo, quando vimos em algum lugar ou tempo um rosto sendo raspado com uma navalha ou com uma lâmina de barbear. Mesmo quem nunca esteve em uma barbearia, por analogia, já sabe do que se trata, porque, com certeza, já teve a oportunidade de ver algum homem, uma pai, irmão, avô, fazendo a barba. Se não pessoalmente, mas ao menos através da televisão, cinema, etc. O ato de barbear-se acompanha os homens desde épocas antigas e já faz parte da cultura de quase todos os povos. Ou seja, o *frame* do barbear-se está bastante presente em nosso sistema cognitivo, não só através de imagens, mas também de sensações, como a tátil de sentir a lâmina passando sobre a pele ou a auditiva, do barulho que a lâmina, às vezes, faz.

No *blend*, além dos elementos mapeados através dos *inputs*, existe uma estrutura emergente que acontece pela justaposição desses elementos. Enquanto o *input* do barbeiro projeta uma série de ações que são típicas de uma barbearia, os elementos que chegam do *input* do motorista, influenciados pelos do primeiro (que chegam iluminados pelo *frame* de “raspar a barba”), embora não sejam compatíveis, acabam por se mesclar, criando uma imagem para o motorista compatível com a de barbeiro. Como a intenção da metáfora não é elogiar o motorista, a estrutura emergente chama a atenção para aspectos que podem servir como crítica, como é o

caso de raspar, passar muito rente, provocar barulho de arranhão ou, até, de provocar pequenos ferimentos.

É importante notar que os atos citados no final do parágrafo anterior, que fazem parte do dia a dia do barbeiro, não são defeitos no que se refere ao seu ofício. Por mais que o barbeiro seja eficiente em seu trabalho, raspar a barba sempre provoca efeitos como esses que, se são normais nesse caso, não o são quando se pensa no trabalho do motorista, afinal, raspar, passar muito rente, provocar barulho de arranhão ou provocar pequenos ferimentos não são coisas esperadas de um motorista. O que não é um defeito no ofício do barbeiro é no ofício do motorista.

A análise em *blending* consegue dar conta da significação desta metáfora, ao contrário da análise binária mostrada no capítulo anterior porque a mesclagem resolve questões que a simples projeção de um domínio para outro não consegue fazer. A existência de uma estrutura emergente proveniente da mesclagem dos elementos dos *inputs* provê a possibilidade de interpretação não pela projeção, mas pela seleção e analogia entre diferentes elementos e não entre domínios inteiros.

Em resumo, o processo de *blending* é uma importante ferramenta para a construção e a interpretação da metáfora porque, ao contrário da análise em dois domínios, utiliza todo o conjunto de ligações cognitivas que compõem a mente humana. A interpretação da metáfora depende da memória de longa duração. Como foi visto na análise do exemplo anterior, *frames* que estão armazenados na memória, que fazem parte da experiência, da cultura e da sociedade são utilizados como modelos de interpretação, a partir dos quais novos modelos são construídos e armazenados na mesma memória.

Outro aspecto interessante sobre a proposta de Fauconnier e Turner é o fato que *blending* está na base não somente da produção metafórica, mas também de muitos particulares da linguagem que necessitam de interpretação. Mesmo fora do âmbito da linguagem ele é um processo cognitivo importante, participando tanto dos fenômenos típicos do uso da linguagem, como a literatura e a poesia, e se estendendo a outros aspectos da imaginação humana, como as artes.

Blending é uma manifestação muito rica da capacidade de criação humana porque as suas possibilidades de encadeamento, de mesclagem de elementos, categorias e informações, em princípio são infinitas. Apesar de nesse capítulo termos visto apenas exemplos que utilizam dois *inputs* é possível utilizar mais espaços e até mesmo cadeias compostas por diversos *inputs* e também *blends* intermediários que também podem servir como *inputs* para novas mesclagens. Fauconnier e Turner postulam a existência dessas cadeias de *blends*, as quais eles denominam de *megablends*.

No próximo capítulo será feita uma análise comparativa das duas posturas cognitivistas vistas neste trabalho, buscando-se encontrar pontos compartilhados entre as duas e também problemas operacionais que elas podem apresentar, e também como podem explicar o papel da metáfora no processo de comunicação.

4 – Metáfora e comunicação

Ambas as propostas cognitivistas vistas no capítulo anterior fornecem diferentes maneiras, apesar de não antagônicas, para a explicação da metáfora enquanto recurso cognitivo. Embora a primeira encare a metáfora como núcleo central da cognição e a segunda como um dos possíveis conectores que ligam diferentes espaços mentais, as duas concordam em relação a sua importância para a apreensão do mundo.

A teoria cognitiva de Lakoff e Johnson descreve a metáfora como sendo eminentemente conceitual e podendo ter uma correspondente linguística que, às vezes, é exatamente igual à metáfora conceitual e, outras vezes, diferente. De qualquer forma, pertencente a um tipo de metáforas linguísticas passíveis de fazer parte de um conjunto definido pela metáfora conceitual que providencia interpretação para as variantes linguísticas. É o caso, por exemplo, da metáfora conceitual TEMPO É ESPAÇO, já vista anteriormente, que produz diversas metáforas linguísticas que são utilizadas no cotidiano para explicar a noção de TEMPO. Como se trata de uma noção tremendamente abstrata, os seres humanos a explicam através da noção de ESPAÇO³⁰, que é muito mais concreta e visível.

³⁰ Apesar de se tomar como ponto pacífico o tratamento do tempo como espaço na teoria de Lakoff e Johnson, há pontos ainda pouco explicados no âmbito da teoria. Se TEMPO é interpretado como ESPAÇO, o domínio fonte será aquele que contém elementos relativos a espaço – como largura, comprimento, altura, movimento, velocidade – e o domínio alvo os elementos relativos a tempo – dias, horas, minutos, anos, etc. Isso explica metáforas como “o ano passou voando” “os minutos pareceram uma lenta jornada”, mas, como explicar “os dias foram anos”, na qual os elementos ‘dias’ e ‘anos’ fazem parte do mesmo domínio? E “o tempo passou rápido” apresenta outro tipo de problema já que ‘tempo’ um domínio inteiro e não apenas um elemento do domínio, como é o caso de ‘dia’, ‘hora’, ‘mês’, esses sim elementos pertencentes a ele. Nesse caso, como no exemplo do motorista como barbeiro, citado no corpo deste trabalho, os espaços mentais e a teoria de *blending* parecem ser uma hipótese muito mais viável, já que permitem a utilização de diversos espaços de *input*, simultaneamente. Por exemplo, a situação que foi comentada no capítulo 2, de como nossos ancestrais organizavam suas vidas em função da observação do movimento do sol durante o dia deve ter sido a motivação para um *input*. A percepção dos ciclos da natureza, como a sucessão (e repetição) dos dias, pode ser outro. Um *input* relativo a eventos que acontecem no tempo, como acordar, almoçar, jantar, dormir, pode formar *blend* com o *input* do dia cíclico e esse *blend* pode servir de *input*, juntamente com outro relativo a espaço – o que parece natural já que o céu que é observado por todos nós, em todas as eras, é um espaço, por onde o Sol e a Lua passam marcando o tempo de um dia. Essa relação entre a passagem do Sol pelo céu e a “sensação” de passagem de tempo também pode ser considerada como um *blend*. Da mesma forma, podemos ter *inputs* relativos à escala de velocidade, a valores materiais e a valores emocionais.

A Teoria dos Espaços Mentais, de Fauconnier trata a metáfora como um fenômeno da linguagem semelhante a outros (metonímia, analogia, identificação, etc.) e busca explicá-la da mesma maneira. O mesmo acontece com a Teoria de *Blending*, de Fauconnier e Turner, que é perfeitamente adequada para tratar de fenômenos da linguagem que necessitem de analogia para a sua explicitação. O próprio Lakoff reconhece a importância dos espaços mentais para uma teoria da cognição e, como foi visto no capítulo anterior, é fato que a interpretação em quatro espaços proporciona inferências que não são possíveis em uma análise com dois domínios. Os autores concordam que as propostas podem ser relacionadas, já que admitem que os espaços mentais podem fazer parte dos Modelos Cognitivos Idealizados, como fatores de organização. Como foi visto anteriormente, *blending* é uma poderosa ferramenta de produção e organização de espaços mentais e, conseqüentemente, de MCI's. No caso específico da metáfora, podemos pensar as propostas como conciliáveis, pois enquanto a proposta de Lakoff e Johnson nos mostra o produto pronto e como ela é importante no processo cognitivo, a de Fauconnier e Turner nos permite deduzir como foi realizada a analogia entre os dois domínios de forma mais eficiente e clara.

Quando pensamos a metáfora como um uso da linguagem semelhante a tantos outros é possível imaginar a possibilidade de que haja apenas um tratamento para a linguagem como um todo enquanto faculdade humana inerente à espécie.

É sempre produtivo pensar a linguagem em função de sua capacidade de comunicação porque os seres humanos utilizam-na primordialmente para esse fim. Mesmo quando pensamos em seus aspectos cognitivos não podemos deixar de considerar que grande parte da cognição é desenvolvida através da comunicação. As crianças aprendem muito do mundo através da linguagem e do uso que ela e seus contatos fazem desse recurso humano. A comunicação se faz através de gestos, palavras, discursos, metáforas e os homens tentam sempre fazer uso dela da forma mais competente possível. É claro que existem limitações típicas de cada pessoa, mas, de maneira geral, todos são dotados de um conjunto de estratégias que permite que a comunicação se faça de maneira eficiente.

Apesar de as teorias cognitivistas ocuparem um lugar à parte em relação às teorias pragmáticas, que encaram a linguagem como comunicação entre as pessoas, é fácil perceber que muito do que é passado durante a conversação não está nas palavras, sentenças ou textos, mas no silêncio, nos gestos, nos olhares, naquilo que não se diz. Da mesma forma que aquilo que não foi dito participa do processo de significação, a metáfora e a linguagem do cotidiano também o fazem. As maneiras como cada estratégia de comunicação age podem ser diferentes, mas o objetivo é o mesmo, o de comunicar algo a alguém. Grande parte desse processo é inconsciente e pouco controle se tem sobre ele, porém alguns são mais claros.

Da mesma forma como Fauconnier chama a atenção para a quantidade de processos inconscientes que estão presentes na construção dos mapas, muitos processos relativos à linguagem também nos são inconscientes e incontroláveis. Se todas as coisas podem ser significativas no processo, então deve haver algum tipo de controle sobre a forma como elas podem ser interpretadas. É necessário que existam formas de afirmar que algumas estratégias estão sendo utilizadas em lugar de outras de maneira a providenciar uma boa significação ao *dito*. As pressuposições e acarretamentos são bons exemplos dessas formas de significação.

A linguagem serve para exprimir eventos que podem sequer estar relacionados ao tema principal da enunciação, mas a algum tipo de significação secundária. Por exemplo, quando se diz que alguém parou de fumar, há um pressuposto de que esse alguém fumava anteriormente. O mesmo acontece quando utilizamos sentidos diferentes para o mesmo referente. A linguagem permite isso porque possui a capacidade de carregar mais significados que a interpretação inicial das palavras pode inferir. O seu uso pelos homens a preenche de novas significações a cada vez que é usada. A capacidade que a linguagem apresenta de, ao mesmo tempo, não possuir significado por si só, e carregar todos os significados que o uso fornece, é responsável por uma grande economia que é possível fazer quando do seu uso, já que a carga de informações transmitidas não corresponde a uma relação de um a um entre significados e ocorrências linguísticas.

A metáfora deve ser definida da mesma forma: ela, enquanto estratégia de comunicação, carrega mais significados do que ela própria. Esse caráter da metáfora é uma de suas virtudes porque possibilita que ela seja um meio eficiente e econômico de comunicação: uma única metáfora diz muito com poucas palavras, o que também é importante para a cognição. Em muitos aspectos, comunicação e cognição estão intimamente ligadas porque parte das coisas que aprendemos sobre o mundo é conseguida através da interação sensorial com o próprio mundo: nós vemos, sentimos, cheiramos, tocamos; a outra parte é obtida através da linguagem e da sua capacidade de promover a interação entre os homens.

Mesmo reconhecendo as inúmeras possibilidades de produção de significados que a metáfora possui e a conseqüente capacidade de agir como estratégia de comunicação e de cognição, ela ainda é uma ocorrência linguística como todas as outras. Não há nada de mágico ou místico nela que não há na linguagem como um todo. A linguagem é poderosa, tremendamente poderosa e a metáfora é parte dela. Daí a importância de uma postura teórica como a de Fauconnier que realmente promove um grande avanço na semântica cognitiva ao colocar todas as características da linguagem enquanto produtora de sentido em um mesmo nível. Para ele, as expressões linguísticas são construtoras ou conectoras de espaços mentais, entendidos como a maneira que conceituamos o mundo através da linguagem. Os espaços mentais (e não a metáfora) são os verdadeiros construtores de interpretações. São eles que providenciam o cenário no qual o discurso se desenrolará e poderá ser decifrado. Eles são a forma como imaginamos o mundo e como o interpretamos a partir da linguagem. Os espaços mentais podem construir mundos possíveis e fornecer estrutura cognitiva para a sua interpretação.

Os espaços mentais são pequenas construções que criamos durante a produção discursiva, ou seja, enquanto nos comunicamos. Isso quer dizer que eles podem ser vistos como uma interface entre a realização linguística e a cognição. Apesar de não termos consciência de seu trabalho, eles estão trabalhando o tempo todo, enquanto utilizamos a linguagem, criando cadeias complexas. Na complexidade das cadeias

reside a necessidade de que a linguagem seja econômica porque se não fosse, provavelmente, teríamos que lidar com cadeias ainda mais complexas.

Parte da economia linguística é obtida pelo uso da metáfora, da metonímia e de outras figuras de linguagem porque esse uso propicia que a linguagem seja mais eficiente em alguns tipos de comunicações. Isso é verificável através da comparação do uso figurado com o correspondente uso literal. Por exemplo, o significado de uma metáfora como *o tempo passa devagar na aula de gramática* é quase que automaticamente interpretado através da metáfora conceitual TEMPO É ESPAÇO, ao contrário da explicação que seria necessária, sem a metáfora, para deixar clara a sensação de ponto de vista de duração temporal em relação a um determinado período de tempo real durante o qual acontece uma aula de gramática utilizando-se a linguagem literal.

Essa é uma questão importante que não pode ser desprezada: tudo o que é dito através da metáfora pode ser expresso através da linguagem literal. A escolha que se faz por ela, em muitos casos, tem a ver com a razão de assim ser mais fácil compreender algumas ideias do mundo. Ainda assim, tanto a metáfora quanto a linguagem literal são possibilidades da língua à disposição do falante. A língua é regida por regras e os espaços mentais são uma maneira de mostrar como essas regras funcionam para propiciar a interpretação das ocorrências linguísticas.

Se os espaços mentais não podem ser considerados como estratégias conversacionais *stricto sensu*, é fácil perceber que são necessários para que a conversação possa ocorrer com eficiência. Para que qualquer processo de comunicação funcione adequadamente, é vital que a interpretação das informações se faça de maneira muito rápida. As analogias e inferências que são necessárias ao processo conversacional precisam ser produzidas quase que automaticamente. A construção de espaços mentais que propiciem um cenário adequado pode ser bastante eficiente para essa produção.

O processo de *blending* é uma proposta particularmente interessante na explicação de como os sentidos e significados são produzidos. Como foi visto no exemplo da metáfora contida em *o motorista do caminhão é um barbeiro*, a

interpretação da figura fica muito mais fácil de ser explicada em uma análise com quatro espaços e ligações entre eles do que através da análise em dois domínios a partir da projeção dos elementos de um no outro. *Blend* é um espaço de confluência de informações. É o espaço no qual emergem as possibilidades de interpretação de elementos colocados em dois ou mais *inputs*.

A construção do *blending* é fortemente dependente da nossa experiência no mundo. Ela depende da utilização de *frames* pré-conhecidos que servem como modelo para a interpretação dos elementos que são fornecidos pelos *inputs*. No exemplo examinado, o *frame* da barbearia ou de alguém estar raspando a pele com uma lâmina serve de meio de comparação com a maneira como o motorista executa o seu ofício. Além disso, *blending* também necessita das categorias semânticas para poder realizar as ligações de maneira mais econômica e eficiente. A categoria dos objetos que de alguma forma raspam outros objetos ajuda nas analogias necessárias para a comparação entre os instrumentos navalha e caminhão³¹.

Em relação às categorias semânticas, cumpre lembrar que *blending* é uma maneira de que dispomos para categorizar os elementos do mundo. A cada analogia feita através do processo, ao mesmo tempo em que são utilizadas categorias pré-existentes, criam-se novas categorias que serão úteis *ad hoc*, mas que poderão ser novas categorias armazenadas em nosso sistema cognitivo. Além da criação de novas categorias, as possibilidades analógicas do processo facilitam a ultrapassagem ou sombreamento dos limites entre elas. Quando, no exemplo, acontece a analogia entre instrumentos que raspam, os limites das categorias originais, nas quais estava a navalha, de um lado, e o caminhão, de outro, difundem-se para criar não uma nova categoria, mas um limite *fuzzy* que pode ser provisório ou até se tornar permanente para permitir outras inferências necessárias. Se não cria uma nova categoria, no mínimo essa zona *fuzzy* de interferência ficará armazenada no sistema conceitual para servir em outro processo.

³¹ É interessante lembrar a respeito das categorias em jogo nesse exemplo que também existe outra versão para essa metáfora: *O motorista do caminhão é um navalha*, que deixa mais clara a analogia entre os dois instrumentos.

Note-se que, apesar de serem utilizadas experiências significativas compartilhadas no processo comunicativo, o processo cognitivo que está por trás dos significados continua sendo individual. A cognição é eminentemente subjetiva do ponto de vista de que cada qual apreende o mundo a sua maneira. O mundo é um só e existe independentemente às consciências individuais. Mas significar sobre ele exige conhecê-lo; falar sobre o mundo real ou a respeito de um mundo possível nos obriga a construir conceitos sobre eles.

Wittgenstein já chamava a atenção para o quanto a semelhança de família é importante para a comunicação. Quando ele exemplifica essa semelhança em relação à palavra ‘jogo’, argumenta sobre o quanto é indefinível na definição de uma família (uma categoria). Por isso ele utiliza a palavra semelhança, já que são poucas as características explícitas a serem utilizadas na definição de uma categoria. No exemplo que ele utiliza, o que é um jogo apresenta limites bastante difusos para a categoria, como no caso de um jogo de futebol, que é muito semelhante a um jogo de vôlei ou de basquete, mas bastante diferente de um jogo de cartas ou um jogo de tabuleiros. Entre esses cinco jogos citados, talvez o único aspecto em comum seja o do objetivo de vencer o adversário. O mesmo não acontece em relação a expressões como “jogo de palavras” ou “jogo de imagens”, para os quais já não se aplica a ideia de vencer ou perder e sequer de um adversário. Entre os primeiros e os últimos, o que resta é apenas a semelhança de família e realmente é difícil encontrar características em comum. Nada há de comum, a não ser talvez a característica de estratégia, entendida como forma de organização, e de objetivo que deve ser atingido. Ainda assim, há apenas semelhança, já que as estratégias envolvidas são de tipos muito diferentes bem como os objetivos envolvidos.

A semelhança de família é uma forma de categorização baseada em elementos não fixos, que podem migrar de uma para outra: uma navalha está na categoria dos instrumentos cortantes, mas quando fazemos a barba em um barbeiro, jamais pensamos que seremos cortados, a barba sim. No entanto, uma navalha pode, perfeitamente, ser utilizada como uma arma de ataque. Se alguém é ferido com um golpe de navalha, então esse objeto será considerado como uma arma de ataque, ou

seja, apesar de se tratar de um único objeto, nós podemos chegar a ele por dois caminhos diferentes. Será que sentidos diferentes levam a categorias diferentes ou a uma área de mixagem entre a categoria dos instrumentos cortantes e a das armas de ataque? Ou talvez esse espaço seja a criação de uma nova categoria.

Apesar de não serem exatamente iguais, os elementos pertencentes a um domínio às vezes podem ser considerados como sendo partes de uma mesma categoria. Por outro lado, várias categorias podem fazer parte de um mesmo domínio. Deste ponto de vista, o processo de *blending* pode atuar tanto no nível dos espaços mentais, enquanto construtos temporários, quanto no nível dos domínios e categorias, que se trata de entidades mais duradouras e que fazem parte da memória de longa duração.

Se compararmos o cérebro a um computador, as categorias e os domínios fariam parte do disco rígido da máquina, daquilo que é essencial para o processamento de informações: os arquivos anteriormente processados e armazenados para uso futuro. Já os espaços mentais são as imagens construídas durante o processamento, que são produzidas na memória RAM da máquina. Quando a máquina é desligada ou se inicia uma nova tarefa, aquilo que estava sendo utilizado na memória operacional da máquina pode desaparecer ou ser transferido para o sistema de arquivos armazenados. Se o sistema de arquivos do computador são os domínios e categorias e os espaços mentais são os arquivos construídos temporariamente para que algum processamento seja realizado, a construção de mapas, os conectores, e o processo de *blending* são os programas atuando³². O que falta nessa analogia é dizer como os processos são realizados. Aliás, nas duas teorias cognitivas há carência de uma explicação a respeito de como e por que um mapeamento, uma projeção ou uma estrutura emergente realiza-se entre outras possíveis.

Como foi dito anteriormente, a teoria de *blending* parece ser mais eficiente para dar conta do fenômeno que se busca descrever aqui, a metáfora. Então, seguiremos em frente no presente capítulo analisando a teoria de *blending*, buscando responder a uma questão que ainda está pendente: como funciona internamente o processo de *blending*?

³² Como foi exemplificado no capítulo quatro, é comum a metáfora que associa o cérebro a um computador. Aqui se está utilizando a mesma analogia.

É claro que, por sua característica eminentemente subjetiva e psicológica, apenas se poderá levantar hipóteses a respeito, não se pretendendo, pois, uma conclusão sobre o assunto.

Retomando o que se disse sobre *blending*, ele é um processo que utiliza ao menos dois espaços *input* para chegar a uma estrutura emergente no espaço *blend*, que é uma relação entre os elementos constantes nos *inputs*. A relação é analógica e apresenta resultados não previsíveis inicialmente, o que poderia ocorrer se fossem considerados apenas os elementos e suas contrapartes. Como o processo prevê que podem ocorrer ligações também dentro dos espaços e que um elemento de um *input* pode estar ligado também a uma característica relativa a um elemento do outro *input*, e assim por diante, isso permite que as possibilidades de relação e ligação cheguem a uma combinatória que pode atingir o limite máximo da somatória das relações entre os elementos de ambos os *inputs*.

Sem pensar nos nomes, categorias ou definições ligadas a cada elemento, vamos imaginar que existem dois espaços *input*, cada qual contendo três elementos/características: *input 1* – a, b, c; *input 2* – x, y, z. Há várias possibilidades de combinação entre os elementos que podem ocorrer um com outro, dois com um, dois com dois, dois com três e até três com três. Os resultados seriam os seguintes, considerando-se sempre a ligação entre ao menos um e um ou mais elementos dos dois espaços de *input*:

a,x – a,y – a,z – b,x – b,y – b,z – c,x – c,y – c,z – a,b,x – a,b,y – a,b,z – a,c,x – a,c,y – a,c,z – b,c,x – b,c,y – b,c,z – a,x,y – a,x,z – a,y,z – b,x,y – b,x,z – b,y,z – c,x,y – c,x,z – c,y,z – a,b,x,y – a,b,x,z – a,b,y,z – a,c,x,y – a,c,x,z – a,c,y,z – b,c,x,y – b,c,x,z – b,c,y,z – a,b,c,x,y – a,b,c,x,z – a,b,c,y,z – a,b,x,y,z – a,c,x,y,z – b,c,x,y,z – a,b,c,x,y,z

As quarenta e três combinações acima são as permitidas entre os elementos selecionados nos *inputs*. É claro que nem todas são viáveis para produzirem interpretações plausíveis e deverão ser eliminadas. Mas, ao menos em princípio, todas podem ser permitidas. Nesse jogo de combinações foram considerados apenas dois *inputs* com três elementos em cada um. Se houvesse mais elementos ou mais *inputs*, a quantidade de combinações seria muito maior. O espaço *blend*, com todas as ligações

consideradas apresentaria uma configuração mais ou menos como a que está abaixo, que lembra aproximadamente a estrutura de um reticulado:

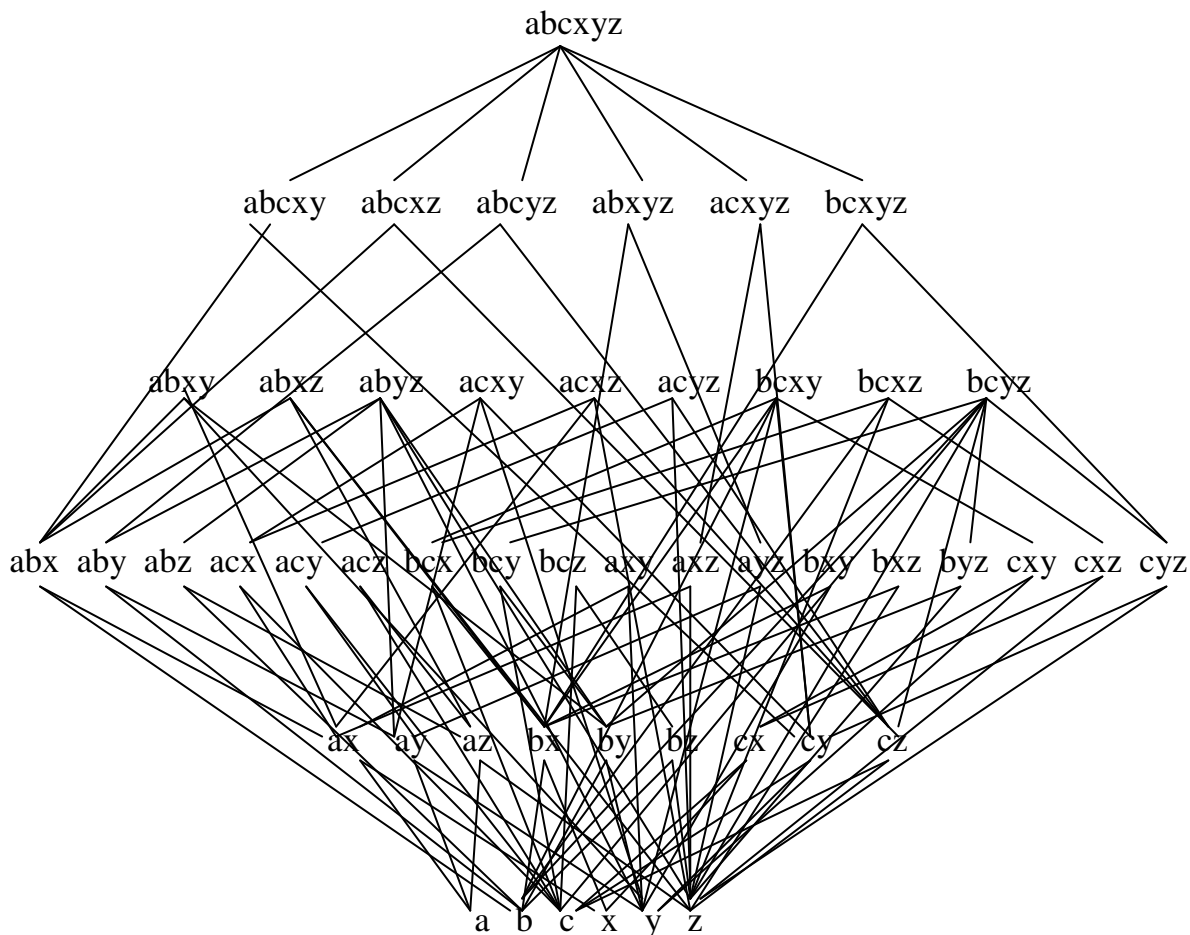


fig. 4.1

É claro que não há tantas possibilidades de interpretação da metáfora e apenas algumas são possíveis³³. As demais seriam descartadas por serem incoerentes ou descabidas. No esquema acima, sequer foram computadas todas as ligações possíveis, o que tornaria o processo muito pouco econômico. O número de traços presentes no esquema acima demonstra o quanto uma abordagem deste tipo é pouco econômica.

Para evitar a inflação de construções que poderiam ser consideradas como metáforas é necessário estipular, em um primeiro momento, como poderiam ser as

³³ Na figura usada como exemplo, as linhas representam as ligações possíveis. No entanto, como se trata apenas de uma visualização, nem todas as possibilidades de ligação foram consideradas.

ligações entre elementos de forma a criar um número máximo de construções que possam servir de maneira produtiva. A interpretação deve ser não apenas possível, mas eficiente.

Como ficou definida nos capítulos anteriores, a metáfora é a projeção de um domínio em outro, ou a relação entre dois elementos de dois diferentes espaços mentais, ou a definição de um elemento pela qualidade de outro. É um bom ponto de partida limitar a metáfora como a relação entre dois elementos, o que pode incluir a relação de um elemento com a qualidade de outro. Assim em relação ao exemplo anterior, com os elementos *a*, *b*, *c* de um *input* e os elementos *x*, *y*, *z* de outro *input*, teríamos apenas as seguintes combinações possíveis, que na figura acima representam as ligações localizadas no primeiro nível e que por motivo de clareza na visualização estão repetidas abaixo:

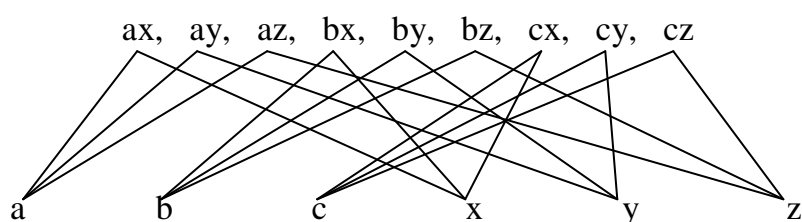


fig. 4.2

Como se pode ver na figura acima, o primeiro nível da representação é uma combinação de pares ordenados que serve para demonstrar com se constituiriam as construções que poderiam ser definidas como metafóricas. Isso não implica que todas seriam metáforas. Algumas poderiam se configurar assim, outras como simples comparações e outras ainda que fossem interpretadas como informações em linguagem literal. O que não se pode perder de vista é o fato de que nesse momento, as construções não são metáforas conceituais, mas metáforas linguísticas que podem até remeter às conceituais ou ficar no nível linguístico.

No início deste capítulo foi dito que uma maneira de ver a metáfora é através da sua relação não apenas com a cognição, mas também em função de seu papel comunicativo. Enquanto manifestação linguística, a metáfora pode ser vista como uma

estratégia bastante eficiente de comunicação e explicação do mundo. Por isso também de cognição.

A metáfora, enquanto estratégia de comunicação não trabalha com o significado literal das palavras, mas com as implicações que o discurso produz. A essas implicações, Grice chama de *Implicaturas Conversacionais*. As implicaturas têm a ver com aquilo que se pretende dizer, mais do que com aquilo que é dito. O dito é uma pista para que se descubra exatamente o que se quer dizer. A metáfora além de ser um tipo de implicatura, é de um tipo bastante eficiente, além de *relevante*. Algo que se pode chamar como um princípio de relevância é fundamental para uma teoria da comunicação e faz parte das 'Máximas Conversacionais', de Paul Grice. Segundo GRICE (1982), no seu artigo *Lógica e conversação*, apresentado originalmente como uma conferência, em 1967, “nossos diálogos (...) fundamentalmente são, até certo ponto, esforços cooperativos, e cada participante reconhece neles, em alguma medida, um propósito comum ou um conjunto de propósitos...” (p.86). Partindo dessa afirmação, a de que uma instância conversacional é um intercâmbio colaborativo, ele enuncia o seu *Princípio de Cooperação*: “Faça a sua cooperação conversacional tal como é requerida, no momento em que ocorre, pelo propósito ou direção do intercâmbio conversacional em que você está engajado.” (p. 86)

Sob o *Princípio de Cooperação*, ele distingue quatro categorias: quantidade, qualidade, relação e modo e relacionadas a essas categorias máximas e submáximas, mais específicas que as categorias, e responsáveis pelas realizações conversacionais sempre de acordo com o *Princípio de Cooperação*:

“A categoria da QUANTIDADE está relacionada com a quantidade de informação a ser fornecida e a ela corresponde a seguintes máximas:

1. Faça com que a sua contribuição seja tão informativa quanto requerido (para o propósito corrente da conversação).
2. Não faça sua contribuição mais informativa do que o requerido.

(...)

Sob a categoria da QUALIDADE encontramos a supermáxima “trate de fazer uma contribuição que seja verdadeira” e duas máximas mais específicas:

1. Não diga o que você acredita ser falso.
2. Não diga senão aquilo para que você possa fornecer evidência adequada.

Sob a categoria da RELAÇÃO, coloco uma única máxima, a saber, “seja relevante”. Embora a máxima em si seja muito concisa, sua formulação oculta vários problemas que me preocupam muito: questões a propósito de que tipos de foco de relevância podem existir, como se

modificam no curso da conversação, como dar conta do fato de que os assuntos da conversação são legitimamente mudados, e assim por diante. (...)

Finalmente, sob a categoria de MODO, que entendo como relacionado não a o que é dito (como nas categorias anteriores), mas sim a como o que é dito deve ser dito, incluo a supermáxima – “seja claro” – e várias máximas como:

1. Evite obscuridade de expressão.
2. Evite ambiguidades.
3. Seja breve (evite prolixidade desnecessária).
4. Seja ordenado.

Podendo-se ainda necessitar de outras.”

(GRICE, 1982, p. 86, 87, 88)

Dois aspectos da perspectiva de Grice são especialmente importantes para a discussão a respeito das implicaturas conversacionais: o *Princípio de cooperação* e a categoria da *Relação*.

Em relação ao princípio de cooperação, devemos aceitar como condição de princípio que ele está sendo respeitado sempre que uma metáfora é utilizada em um discurso. Como recurso de retórica ou como estratégia cognitiva, a metáfora é utilizada com o objetivo de facilitar a conversação. Não importa se a metáfora é utilizada para comunicar uma verdade ou uma falsidade, o que importa é que no momento da conversação o princípio de cooperação está sendo utilizado para que uma determinada informação chegue ao interlocutor.

Para Grice, uma implicatura ocorre quando ao menos uma máxima não foi totalmente respeitada e o princípio de cooperação sim. Isso implica que toda a manifestação de linguagem contenha implicaturas porque o respeito completo a todas as máximas revela um estado ideal de comunicação, ou um estado maximizado das condições conversacionais. O que varia é o grau de implicação de cada registro linguístico, já que há uma variação bastante grande nos tipos de violação das máximas, que vão desde uma variação mínima até a total ruptura com alguma máxima, o que pode tornar a conversação impossível.

Aqui nos interessa especialmente a categoria da *Relação*, que contém uma única máxima: seja relevante. A questão da relevância parece fundamental para o entendimento de como ocorre a seleção de elementos que compõem a estrutura emergente durante *blending*. Segundo DASCAL:

“... é indispensável distinguir vários tipos de relevância, a fim de fornecer uma explicação satisfatória da operação da máxima R. Mais especificamente, tais tipos devem incluir duas

noções bastante diferentes de relevância, uma ‘pragmática’ e outra ‘semântica’. A primeira refere-se à relevância de atos de fala para certas metas; sua caracterização precisa pode ser considerada como uma especialização da noção geral de relevância de uma ação para uma meta, que é uma parte essencial da teoria do comportamento orientado para um fim, ela mesma parte da tão desejada ‘teoria geral da ação’. A segunda refere-se à relevância de certas entidades linguísticas, lógicas ou cognitivas, digamos, as proposições, para outras entidades do mesmo tipo; sua caracterização, que envolve conceitos como ‘referência’, ‘sobre’, ‘implicação’, ‘sinonímia’, etc., constitui, a meu ver, uma tarefa essencial da teoria semântica. A interação desses dois tipos de relevância na geração de ‘implicaturas conversacionais’, através da supermáxima R, ilustra a relação intrincada que deve existir entre os componentes semântico e pragmático de uma gramática adequada de uma língua natural qualquer.” (DASCAL, 1982, p. 107, 108)

Na passagem de Dascal, podemos notar a preocupação com a necessidade de integração entre o que é semântico e o que é pragmático no discurso. Como ele mesmo diz, é uma situação complicada estabelecer como ocorre a relação entre elementos das duas áreas. Deixando de lado, por enquanto, o componente pragmático, vamos nos ater à questão da relevância para a explicação de entidades semânticas, entre as quais podemos incluir a metáfora.

O autor chama a atenção para o fato de que esse componente semântico pode estar ligado a “entidades linguísticas, lógicas ou cognitivas”, o que nos leva a um nível de abstração interessante para examinar como a estrutura emergente é formada no *blend*. Como vimos acima, a simples combinação de elementos entre os dois espaços *input* é capaz de produzir um número determinado de construções. Se for estipulado que os elementos serão integrados em pares, teremos nove possíveis combinações. É claro que isso não é uma regra, apenas um exercício de imaginação³⁴. Considerando os nove pares representados na figura 5.2, provavelmente seriam encontradas construções aceitáveis, duvidosas e inaceitáveis, já que o único critério utilizado em sua construção foi a simples combinação de elementos.

Ao contrário disso, se fosse aplicado algum critério de validação ou de avaliação das estruturas, o número de ocorrências seria diminuído e teríamos uma estrutura emergente no *blend* mais econômica. Tanto quando são considerados os

³⁴ Também é necessário considerar que, mesmo supondo apenas ligações em pares entre os *inputs*, os elementos projetados no *blend* também podem se ligar, formando novas configurações.

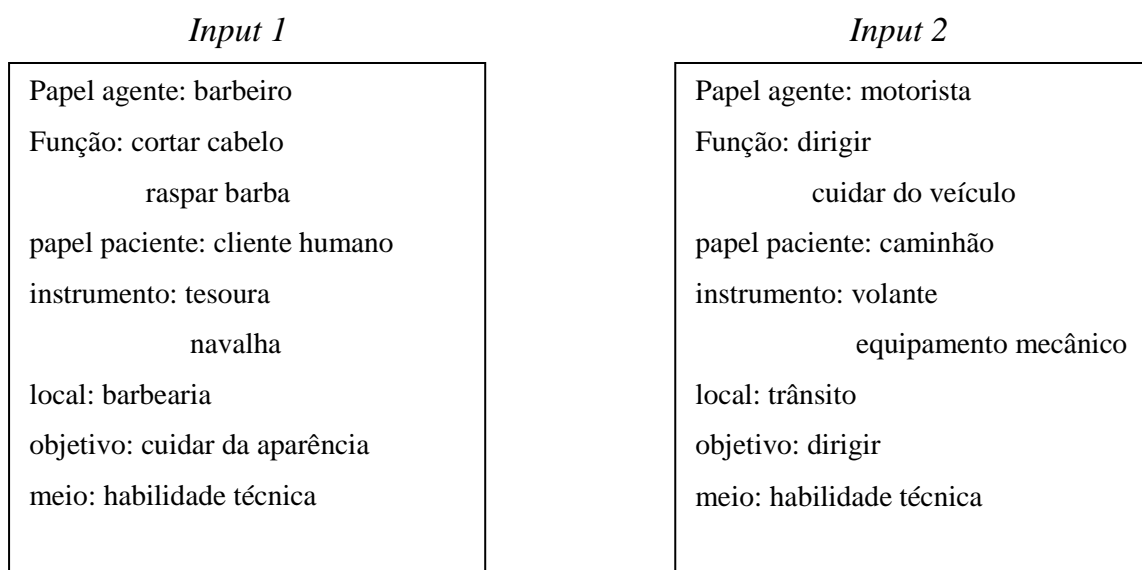
aspectos conversacionais, quanto quando levamos em consideração os aspectos cognitivos, a economia é um aspecto maximizador de interpretação.

Além disso, se todos os pares gerados tiverem o mesmo valor cognitivo e conversacional, então não terão nenhum valor. Um critério de relevância deve ter a função de julgar o que é mais e o que é menos relevante para determinada situação, levando em consideração a configuração dos elementos e critérios que estejam sendo utilizados em determinado momento.

Quando pensamos na relação entre a metáfora e a comunicação, os dois níveis acabam por se interpenetrar, já que no momento em que algum enunciado é produzido as duas instâncias são acionadas no processo de interpretação. Para os propósitos da presente discussão, deixemos de lado os aspectos eminentemente pragmáticos para focar a atenção nos aspectos semântico-cognitivos. Como vimos no capítulo anterior, qualquer interpretação de uma nova estrutura, de novos conhecimentos é baseada no já visto ou no já pensado. Isso quer dizer que novos conceitos são construídos a partir de conceitos já bem assentados. Da mesma maneira que as implicaturas são julgadas a partir de nossas experiências anteriores no mundo, as metáforas devem ser compreendidas através de esquemas metafóricos anteriores, que já fazem parte de nosso sistema conceitual.

Isso não quer dizer que metáforas vivas se baseiam em metáforas mortas, mas em esquemas interpretativos já utilizados anteriormente. Quando a relevância de uma combinação metafórica é julgada, isso deve ser realizado com base em algum esquema anteriormente presenciado. Estes esquemas poderiam ser os *frames* preconizados pela teoria dos espaços mentais. Se a validade de uma relação pode ser avaliada com base em um *frame* conhecido, então, o mesmo pode ser o parâmetro para julgar a sua relevância.

Vamos partir do exemplo visto anteriormente, *o motorista do caminhão é um barbeiro*, para estudar as possibilidades de combinação. No exemplo, foram colocadas as seguintes características para cada um dos *inputs*:



Vamos selecionar algumas das características e associá-las ao esquema da figura 4.2. É claro que poderiam ser montados esquemas semelhantes com mais ou menos elementos de cada *input*. Nada exige, também, que seja o mesmo número de elementos de cada um, mas como a figura trabalha com apenas três características de cada *input*, escolheremos também três de cada um deles:

- a: cortar
- b: raspar
- c: navalha
- x: dirigir
- y: cuidar
- z: caminhão

Segundo a combinação proposta na figura 4.2, poderíamos ter as seguintes combinações:

1. ax:cortar – dirigir: nesta combinação aparecem duas ideias que podem ser consideradas como bastante compatíveis em relação à percepção que podemos ter dos dois diferentes atos. Se cortamos propositalmente alguma coisa o fazemos com um objetivo específico, o que significa que o corte segue um direcionamento: a lenha deve ser cortada de uma maneira

específica para queimar melhor; a carne, os legumes e as verduras são cortados com o objetivo de cozinhar melhor ou apresentarem melhor aparência, etc. Há sempre uma atitude consciente, uma opção, ao cortar. Por exemplo, ao cortar um pedaço de papel, podemos optar por um corte em linha reta ou em curva; ainda podemos optar por um corte em zig-zag. Dirigir é similar em muitos aspectos: existem objetivos, caminhos, instrumentos. Se estamos no trânsito e queremos chegar a algum lugar, também definimos se o caminho será uma linha reta ou uma curva ou com vários desvios. Nós podemos seguir o caminho determinado, mas também podemos “cortá-lo”. Se estamos dirigindo em uma via com vários outros veículos, podemos nos manter atrás do veículo que está a nossa frente, mas podemos dirigir em zig-zag para ultrapassar os veículos à frente. Não é a ideia de cortar em zig-zag que une os dois conceitos, mas a possibilidade de alterar o trajeto ou o estado original de algo. Esta relação dá origem à metáfora presente em *ele dirige cortando a frente dos outros*.

2. ay: cortar – cuidar: cortar com cuidado parece ser uma exigência. No entanto, na ligação entre os dois espaços, as duas ideias são contraditórias, porque o ato de cortar no trânsito não significa ter cuidado. Uma qualidade de um bom motorista é cuidar do equipamento e dos outros elementos ligados ao trânsito. Dirigir em zig-zag não é compatível com essa exigência de atenção.
3. az: cortar – caminhão: A analogia que se faz aqui é semelhante a que aparece em (1). O ato de cortar uma folha de papel ou qualquer outra superfície lembra o objetivo de ir de um ponto a outro no tecido do trânsito. Os dois conceitos são contraditórios em relação à falta de cuidado do hábito de cortar no trânsito.
4. bx: raspar – dirigir: a analogia entre raspar e dirigir trabalha com conceitos que, em princípio, são incompatíveis, porque é um lugar comum que se deve dirigir com cuidado justamente para evitar raspar em outros veículos e obstáculos que podem estar no trânsito. Dirigir bem implica dirigir com

cuidado e não raspar. Raspar pode significar que ocorreu um acidente, mas também pode significar falta de cuidado.

5. by:raspar – cuidar: o barbeiro raspa o rosto do freguês com cuidado; o motorista raspa o veículo por falta de cuidado. Os dois ‘fazeres’ são diferentes em relação à propriedade ‘cuidar’.
6. bz:raspar – caminhão: enquanto raspar é uma qualidade positiva no fazer do barbeiro porque faz parte de suas atribuições, raspar no trânsito é uma qualidade negativa e deve ser evitada.
7. cx:navalha – dirigir: não há analogia direta entre esses dois elementos. A analogia irá aparecer entre os instrumentos.
8. cy:navalha – cuidar: apesar de haver atenção com o cuidado que se deve ter com o freguês que está tendo o rosto raspado, a analogia é interna ao espaço reservado à própria barbearia e não ao trânsito.
9. cz:navalha – caminhão: esta analogia é importante porque, apesar de não haver semelhanças entre os dois instrumentos, a analogia entre o uso dos dois é diretamente responsável pela metáfora.

A barbearia serve de cenário para a criação da metáfora. Como foi dito no capítulo anterior, o *frame* barbearia serve de modelo para o mapeamento dos elementos pertencentes aos dois *inputs*.

Analisando as combinações possíveis, que foram elencadas acima, é possível diferenciar aquelas que são mais importantes para a interpretação metafórica. A metáfora significa que o motorista dirige mal e nós sabemos disso. É muito difícil imaginar que alguém, hoje em dia, pense que ela significa outra coisa além do uso literal. No entanto, na primeira vez em que ela foi utilizada, provavelmente pode ter gerado certa ambiguidade no caso de alguém relacionar a habilidade do motorista com a de um barbeiro conhecido que fosse muito competente. Ainda assim, os outros elementos dos *inputs* garantem que a interpretação seja outra. A ligação (1), cortar – dirigir, a (3), cortar – caminhão e também a (6), raspar – caminhão, são relevantes para a interpretação principalmente pelos motivos elencados acima: a ideia de cortar o tecido do trânsito é uma metáfora bastante compatível com o ato de dirigir. A ligação

(2), cortar – cuidado, é uma relação necessária, no entanto, no caso do motorista, ela não é respeitada; a sua relevância está justamente na negação do cuidado que ele deveria ter enquanto dirige. A ligação (4), raspar – dirigir, como a anterior é bastante relevante pela combinação inapropriada entre os dois atos: quem dirige não deve raspar, o motorista não deve ser um barbeiro, ele deve dirigir e não raspar. Se ele raspa, como o barbeiro, é um motorista incompetente. (5), raspar – cuidar, e (6), raspar – caminhão, são menos relevantes e servem para confirmar a analogia. O mesmo se aplica a (7), navalha – dirigir, e (8), navalha – cuidar. A última ligação, (9) navalha – caminhão, é relevante porque fornece a analogia que será utilizada para a interpretação metafórica, em função da barbearia e do trânsito.

Aparentemente existem graus diferentes de relevância em uma mesma construção linguística, da mesma maneira que em algum diálogo existem informações mais ou menos relevantes para a compreensão da mensagem. Da mesma maneira que a relevância conversacional é importante para a produção de implicaturas, devemos aceitar que existe algum tipo de relevância na formação da estrutura emergente do *blend*.

Fauconnier e Turner propõem um Princípio de Relevância que afirma que:

“Other things being equal, an element in the blend should have relevance, including relevance for establishing links to other spaces and for running the blend. Conversely, an outer-space relation between the inputs that is important for the purpose of the network should have a corresponding compression in the blend.” (FAUCONNIER & TURNER, 2002, p.333)

Segundo eles, os participantes de uma conversação são, em geral, pressionados para serem relevantes em seus papéis comunicativos (o que, de certa forma, corrobora o Princípio de Cooperação, de Grice) e quando um *blend* é utilizado durante uma conversação, sua relevância é atribuída em função de seu papel na rede. Um elemento visto desta forma é relevante a partir de sua capacidade de produzir ligações tanto no sentido de comprimir informações para o *blend* quanto de descomprimi-las por toda a rede. Quando pensamos em termos de conversação, o *blend* torna-se uma instância intermediária e provisória de significação que pode ser acessada a cada momento em que seja necessário buscar uma interpretação para o que esteja sendo comunicado. Isso

não importando se estamos utilizando uma metáfora ou qualquer outra forma de comunicação que exija certo grau de interpretação, como é o caso das implicaturas conversacionais, por exemplo.

Mesmo sem considerar os fatos pragmáticos envolvidos na comunicação, ainda sobra a característica de potencial inerente que alguns elementos possuem para elucidar significados em relação a outros, em dada situação específica. A capacidade de elucidação não é fixa em absoluto: ela é completamente contextual, não apenas em função do contexto de fala, mas também em virtude do contexto linguístico. Isso significa que a relevância de um elemento deve ser sempre aferida *ad hoc* e não apenas considerando a sua capacidade de estabelecer ligações na rede.

A relevância de um elemento (entendido como sendo atômico, no caso de um item lexical, ou múltiplo, quando se tratar de uma proposição) deve ser considerada também em função de sua capacidade de acessar *frames* que possibilitem a interpretação da comunicação, sendo esta metafórica ou não. Quanto maior for o acesso ao conteúdo cognitivo pré-existente, maior será a relevância do elemento. Quando vimos as relações possíveis entre os elementos dos *inputs* na metáfora do motorista, algumas relações apareceram como sendo mais relevantes que outras no estabelecimento das possíveis interpretações para o significado literal da metáfora, como é o caso de elementos como o verbo *cortar*, a palavra *navalha*, o verbo *raspar*, os quais são diretamente responsáveis pelo acesso ao *frame* da *barbearia*, que é o responsável pela interpretação.

A partir da teoria de *blending* é possível entender a questão da verdade semântica de uma maneira diferente. Se os elementos são relevantes em função de sua capacidade de relacionar a linguagem com estruturas cognitivas então a verdade semântica daquilo que o enunciado afirma está no processo de interpretação. Ou seja, a verdade está nas estruturas cognitivas desenvolvidas na relação dele com o mundo a sua volta. *A neve é branca* se o indivíduo possui em sua estrutura cognitiva um elemento que possa ser interpretado como *neve* e uma categoria de cores entre as quais exista um elemento que defina coisas *brancas*. Esta maneira de descrever o significado é econômica o suficiente para permitir que um enunciado como *a neve é verde* seja

interpretada exatamente da mesma maneira, sem haver necessidade de se recorrer a noções como a de mundos possíveis. Ao contrário, haveria apenas um mundo para ser utilizado em todas as interpretações: o universo cognitivo do indivíduo.

Como já foi dito, *blending* deve ser considerado como um processo poderoso para explicar como a metáfora é capaz de participar da cognição humana. Neste capítulo, além de cognição, também se procurou abordar o processo de comunicação com o intuito de chamar a atenção para o quanto as duas coisas estão interligadas e como o estudo de uma não pode prescindir da compreensão da outra. Como sugeriu Dascal, no trecho citado anteriormente, o limite entre o que é semântico e aquilo que é pragmático é pouco definido. Cabe acrescentar que talvez uma definição não seja possível e sequer desejável.

O mesmo pode ser aplicado aos limites de nossas mentes e ao como compreendemos o mundo que está a nossa volta. Como já falamos, a metáfora é um importante recurso de comunicação e de cognição à nossa disposição para falarmos sobre “as realidades”. Apesar da incompatibilidade teórica entre uma teoria pragmática como a de Grice, que está ligada a uma semântica de valor de verdade e a semântica cognitiva, é muito interessante a ideia de que a metáfora cria uma implicatura que precisa ser interpretada pelo ouvinte. Segundo a teoria de Grice, uma metáfora produzida por um falante é uma proposição evidentemente falsa, que quebra a máxima da qualidade. Como o ouvinte, seguindo o Princípio de Cooperação, acredita que o falante está cooperando para a comunicação e ‘quer’ dizer alguma coisa diferente daquilo que está sendo dito, ele procura a significação naquilo que está implícito.

Se a noção de implicatura conversacional faz parte da teoria pragmática de Grice, vamos supor que exista outro tipo de implicatura, ao qual poderemos chamar de **implicação cognitiva**, que provoque um efeito semelhante ao da implicatura conversacional, mas no nível da cognição. Sobre uma implicação cognitiva, entre as quais a metáfora é um tipo, podemos propor:

1. Como a semântica cognitiva não é uma teoria pragmática, um princípio de cooperação torna-se dispensável e, em seu lugar, podemos supor que exista um ‘compromisso de interpretação’ por parte do interpretante, que deverá utilizar

todos os meios cognitivos a sua disposição para encontrar o significado do enunciado;

2. Uma implicação cognitiva pode ser resultado de um processo de *blending* e também servir de *input* para um processamento cognitivo, entre os quais estão o mapeamento de espaços mentais e o próprio *blending*;
3. Sobre os *inputs* gerados por uma implicação cognitiva, é necessário propor um **Princípio de Relevância Cognitiva** capaz de selecionar quais os elementos mais relevantes para o processo cognitivo:

A relevância cognitiva de um elemento para a geração de uma estrutura emergente será ótima se e somente se a sua capacidade de acessar estruturas cognitivas for efetiva.

4. O Princípio de Relevância Cognitiva proposto acima, enquanto mecanismo cognitivo geral, é projetado para dentro do Espaço Genérico e daí para todo o *blend*;
5. Todas as formas de significação (linguísticas ou não) não denotativas devem ser consideradas como ***Implicações Cognitivas***.

O item (4), acima, chama a atenção para o fato de que o Espaço Genérico deve ser considerado na teoria de *blending* como aquele responsável não apenas pelo compartilhamento de características comuns dos espaços de *input*, mas como o centro organizador do próprio *blend*. O que se postula aqui é que o Princípio de Relevância Cognitiva está contido no Espaço Genérico e serve como ligação entre a memória e a rede de espaços que é construída por *blending*. Se um elemento ou uma ligação for julgada relevante para a cognição e não for uma significação denotativa, ela será uma *implicação cognitiva* (uma metáfora, por exemplo) que obrigará que a interpretação seja feita em um nível de abstração superior através da seleção de novos elementos e também do estabelecimento de novas ligações e, possivelmente, até de novos *inputs*.

5 – Considerações Finais

O mundo no qual estamos inseridos é um lugar de possibilidades que vão do individual ao social, ao cultural, ao conhecido e ao desconhecido. É um mundo riquíssimo em objetos e eventos, em conceitos e arte. Às vezes parece impossível que nossos cérebros sejam capazes de absorver e compreender tantos diferentes estímulos que estão a nossa volta. A cada estímulo, novos significados são criados e precisam ser interpretados e assimilados. O cérebro humano funciona a grande velocidade processando todos esses significados que são oferecidos pelas relações que os homens mantêm com aquilo ao seu redor.

A linguagem é mediadora entre o cérebro e o mundo fornecendo condições para que os elementos do mundo sejam convenientemente categorizados e compreendidos. É a faculdade, com certeza, mais poderosa para realizar a interface entre a realidade e o pensamento. O seu poder está, entre outros, no fato de sua imensa criatividade, pois quando traduzimos o mundo em linguagem, nunca nos faltam palavras: sempre há uma maneira de dizer as coisas. Ela é forma de organização e de transmissão da nossa percepção do mundo para nossos semelhantes e aí está o principal objetivo que direcionou este trabalho: discutir o poder criativo da linguagem, sua capacidade de produzir novos significados, e como isso provê a ligação entre o mundo, a mente e o social.

O estudo da metáfora permite centrar a atenção em um dos fenômenos mais visíveis dessa integração. Ela é, ao mesmo tempo, criatividade, organização mental e comunicação. É isso que se procurou discutir no decorrer do trabalho através do ponto de vista especulativo e filosófico, em um primeiro momento, para chegar à questão semântica da verdade que é um dos nós centrais da questão: como a metáfora pode capturar o real, sem ser literal, e, ao mesmo tempo, poder ser utilizada para categorizar e comunicar essa realidade. Em seguida, foi estudada a perspectiva cognitiva que vê a metáfora como um importante aspecto da cognição humana. No quarto capítulo, discutiu-se a questão de como a metáfora, além de seu valor cognitivo, é também uma

forma de comunicação e um tipo de implicatura. Também se tentou, neste capítulo, esboçar algumas ideias sobre a necessidade de um princípio de relevância no estabelecimento da estrutura emergente.

Uma das características mais importantes da metáfora (e da linguagem figurada) é a sua capacidade de ser compreendida (embora em graus diferentes) por todos os falantes de uma língua que compartilham um mesmo ambiente cultural. As metáforas do dia-a-dia, como *o motorista é um barbeiro, o médico é um carnicheiro, Maria é uma gata, hoje estou pra baixo, João subiu na empresa, o ano está passando rápido*, fazem parte de um sistema cognitivo cultural compartilhado que permite sua rápida compreensão. Mais que isso, elas permitem que muitas de nossas relações com o mundo possam ser compreendidas. As metáforas literárias, o contrário, exigem mais trabalho cerebral na sua decodificação, necessitando de um grande número de ligações entre domínios diferentes. Sob elas também, em muitos casos estão metáforas conceituais. Mesmo outras metáforas que podem ser consideradas como mortas ainda mantêm a sua força expressiva enquanto forma linguística. As metáforas velhas um dia foram a marca de criatividade de um falante ou de um escritor.

A Semântica Cognitiva propicia um tratamento muito proveitoso para a metáfora em razão de sua capacidade de compreender ligações cognitivas. As metáforas são eminentemente cognitivas, mas também são uso que se faz das palavras, ou seja, de um lado ela é um instrumento psicológico de aprendizado do mundo e de outro é uso da linguagem, é forma de comunicação, é recurso pragmático.

Independentemente do papel psicológico e cognitivo, a metáfora é um registro linguístico como outros e serve para falar sobre coisas do mundo, que podem ser imaginárias, mas ainda são objetos e mantêm uma relação de verdade mediada pela linguagem. Neste trabalho procurou-se trabalhar a questão da verdade semântica veiculada pela metáfora. Como foi afirmado, não se pode falar de uma verdade metafórica como se fosse outra verdade, diferente da literal, o que foi proposto como um paradoxo. A verdade veiculada pela metáfora deve ser exatamente igual a que seria veiculada por um uso literal da linguagem que descrevesse o mesmo objeto ou o

mesmo evento. A metáfora é uma forma de otimização da linguagem, uma maneira eficiente de ligação entre o mundo e o sujeito.

A grande questão que orientou este trabalho é a do papel da linguagem como mediadora entre o mundo e a mente. Se muitos podem, num extremo, defender que a mente cria o mundo, outros, em outro, defendem que o mundo existe sem qualquer ligação com a mente. As duas posturas são inconciliáveis porque propõem dois extremos entre o objetivo e o subjetivo absolutos, mas as coisas não precisam ser somente assim porque nós somos seres capazes de compreender o mundo e, como diz Humboldt, projetar um mundo no interior. Como ele também propôs, a linguagem é a interface entre o que o homem percebe na sua realidade e como ele acomoda essa percepção em sua mente. As relações sinápticas das quais o cérebro dispõe incluem no processamento o módulo da linguagem. E é bastante proveitoso pensar a linguagem como um módulo, assim como outras formas de relação com o meio formam outros módulos.

Quando olhamos, ouvimos, sentimos os objetos do mundo utilizamos algumas sinapses mais básicas que permitem a percepção, por exemplo, daquilo que é alimento, do que é seguro e dos riscos a que estamos expostos. O calor do Sol é agradável e desejável para o corpo, mas a proximidade com o fogo pode ser danosa para a pele, assim como o frio e a escuridão são perigosos. O cheiro de fumaça pode significar uma coisa ruim se for causada por um relâmpago na floresta seca, mas pode ser muito boa se for a fumaça de carne sobre o fogo. A maneira como encaramos sensitivamente o mundo possibilita categorizações em nossa mente. A categorização permite que criemos fronteiras em um mundo caótico. Se pensarmos como é o aprendizado do mundo por uma criança a partir do momento em que ela nasce, teremos um bom exemplo de como funciona esse processo: a criança, ao nascer, não possui ainda experiências sensoriais com as coisas que a rodeiam. Mas ela possui capacidades inatas para lidar com o caos, para seccionar e colocar a realidade em espaços apropriados. E isso é feito individualmente, como já foi comprovado em pesquisas realizadas durante o século XX: as teorias defensoras de que as crianças precisam ser ensinadas, há muito tempo, já foram desacreditadas.

Da mesma forma como a criança compreende sensorialmente o mundo a sua volta, os adultos, durante toda a vida, continuarão a exercitar o mesmo procedimento. O mecanismo de aquisição da linguagem é mais um recurso de que dispomos a partir de certo momento para realizar essa tarefa. No entanto, ela não é indispensável: alguém que viva sozinho, em um ambiente isolado qualquer (uma selva, um deserto), irá compreender e categorizar esse ambiente, o que permitirá a sua sobrevivência e o seu amadurecimento enquanto ser vivo. A cada nova experiência nesse ambiente, ele estará mais preparado para enfrentar as adversidades porque disporá de um número maior de elementos que poderão ser processados por seu cérebro. Talvez o nível de complexidade de suas sinapses seja mais primitivo, mas nada garante isso. É possível que apenas os caminhos sejam diferentes e o módulo da linguagem permanecerá em estado latente enquanto outras sinapses estarão sendo realizadas.

A aquisição da linguagem permite que a parte social do indivíduo seja desenvolvida, pois o intercâmbio com outros indivíduos de seu grupo torna-se mais rico, propiciando o desenvolvimento de novas formas de percepção da realidade e de si mesmo. Entre essas outras formas – além da possibilidade de maior abstração para poder-se pensar em coisas desconhecidas ou não presentes – está a maneira como a cultura define a sociedade e o próprio mundo. Questões morais, éticas, econômicas, históricas passam a interferir na individualidade e quase todas elas são transmitidas através da linguagem. A linguagem, quando definida como bem compartilhado, precisa ser fonte de conhecimentos e experiências, mas também meio de aferir se a categorização individual confere com a grupal. Ela inaugura no indivíduo a era da relatividade: pular em um abismo amarrado a um elástico, que estava categorizado como *ato perigoso*, passa a ser categorizado também como *ato emocionante*. Ou seja, o limite de duas categorias pode tornar-se relativo quando a cultura de um grupo interfere, o que geralmente acontece através da linguagem. O conhecimento de que, para certa tribo africana, o ato de pular de uma árvore alta com o tornozelo amarrado a um cipó é um ritual de masculinidade, de entrada na idade adulta chega através da linguagem. Saber dessa outra cultura através dela torna os limites ainda mais relativos.

O debate entre o objetivo e o subjetivo da nossa relação com o mundo está na raiz do problema da divisão entre mente e corpo. Enquanto o corpo está em contato com o mundo físico, com o real, a mente está ligada àquilo que não é ‘tocável’, mas apenas pensado. A perspectiva mentalista coloca a linguagem num alto nível de abstração, buscando por regras de produção; já a objetivista procura as relações da linguagem com o seu uso efetivo por um grupo. A proposta cognitivista é particularmente interessante para o tratamento da metáfora e da linguagem de maneira geral porque busca a integração entre o corpo e a mente, entre o sensorial e o lógico, reconhecendo que as ligações cerebrais não são apenas de um ou de outro tipo, mas uma rede neural capaz de abrigar ambos os aspectos. Afinal, a significação não está apenas nas palavras ou no contexto, mas também em como “sentimos” o mundo ao redor.

Referências bibliográficas

ARISTÓTELES. **Arte poética**. São Paulo: Editora Martins Claret, 2007.

ARISTÓTELES. **Retórica**. São Paulo: Editora Rideel, 2007.

AUSTIN, John L. *Performativo constativo*. in LIMA, José P. **Linguagem e Acção: da filosofia analítica à linguística pragmática**. Lisboa: Materiais Críticos, 1983.

BOOTH, Wayne C. *A metáfora como retórica: o problema da avaliação*. in SACKS, Sheldon (org.) **Da metáfora**. São Paulo: EDUC/Pontes, 1992.

BORGES NETO, José. *Semântica de modelos*. in Ana Lucia Muller, Esmeralda Vailati Negrão, Maria José Foltran (orgs.) **Semântica formal**. São Paulo: Contexto, 2003.

CAMPOS, Jorge. **Os enigmas do nome: na interface lógica/semântica/pragmática**. Porto Alegre: AGE: EDIPUCRS, 2004.

CASSIRER, Ernst. **A filosofia das formas simbólicas: a linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

COHEN, Ted. *A metáfora e o cultivo da intimidade*. in SACKS, Sheldon (org.) **Da metáfora**. São Paulo: EDUC/Pontes, 1992.

COSTA, Jorge Campos da. *Frege sobre o nome próprio na interface lógica-linguagem natural*. in FELTES, Heloísa Pedroso de Moraes. **Produção de sentido: estudos transdisciplinares**. São Paulo: Annablume; Porto Alegre: Nova Prova; Caxias do Sul: Educs, 2003.

DASCAL, Marcelo. **Interpretação e Compreensão**. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2006.

DASCAL, Marcelo. *Relevância Conversacional*. in DASCAL, Marcelo (org.). **Fundamentos metodológicos da Linguística**. Vol. 4. Campinas, SP: IEL – Ed. do Autor, 1982.

FAUCONNIER, Giles & TURNER, Mark. *Rethinking Metaphor*. in GIBBS JR., Raymond W. (ed.) **Metaphor and thought**. New York: Cambridge University Press, 2008.

FAUCONNIER, Gilles & TURNER, Mark. **The way we think: conceptual blending and the mind's hidden complexities**. New York: Basic Books, 2003.

FAUCONNIER, Gilles. **Mappings in Thought and Language**. 7^a ed. New York: Cambridge University Press, 2006.

FAUCONNIER, Gilles. *Mental spaces, language modalities, and conceptual integration*. in DAVIS, Steven. & GILLON, Brendan (editors) **Semantics**. New York: Oxford University Press, 2004.

FAUCONNIER, Gilles. **Mental Spaces: aspects of meaning constructions in natural language**. New York: Cambridge University Press, 2003.

FELTES, Heloisa Pedrosa de Moraes. **Semântica cognitiva: ilhas, pontes e teias**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

FRANCHI, Carlos. *Linguagem: Atividade Constitutiva*. in **Cadernos de Estudos Linguísticos** n° 22. Campinas: Unicamp/ IEL: 1992.

FREGE, Gottlob. **Lógica e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Cultrix/Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

FONTANIER, Pierre. **Les figures Du discours**. Paris: Flammarion, 1968.

GILMAN, S. L. Editor. **Friedrich Nietzsche on rhetoric and language**. UK: Oxford University Press, 1997.

GOODMAN, Nelson. **The language of art, an approach to a theory of symbols**. Indianapolis: The Bobbs-Merrill Co., 1968.

GREEN, B. **O tecido do cosmo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

- GRIBIN, J. **Tempo: o profundo mistério do universo**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.
- GRICE, H. Paul. *Lógica e conversação*. in DASCAL, Marcelo. (org.) **Fundamentos Metodológicos da Linguística, vol. IV**. Campinas: Ed. do Autor, 1982.
- GRICE, H. Paul. *Querer dizer*. in LIMA, José Pinto de. (org.) **Linguagem e acção – da filosofia analítica à linguística pragmática**. Lisboa: Materiais Críticos, 1983.
- HUMBOLDT, W. **On Language: on the diversity of human language construction and its influence on the mental development of the human species**. UK: Cambridge University Press, 1999.
- HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Martins Claret, 2008.
- KÖVECSES, Zoltán. **Metaphor: a practical introduction**. New York: Oxford University Press, 2002.
- LAKOFF, G. e JOHNSON, M. **Metáforas da vida cotidiana**. Campinas, SP: Mercado das Letras; São Paulo: EDUC, 2002.
- LAKOFF, George e TURNER, Mark. **More than cool reason: a field guide to poetic metaphor**. Chicago: University of Chicago Press, 1989.
- LAKOFF, George. **Women, fire, and dangerous things**. Chicago & London: The University of Chicago Press, 1990.
- LOCKE. **Essay Concerning Human Understanding**. Ed. John W. Yolton, 2 vol. London and New York, 1967.
- MAN, Paul de. *A epistemologia da metáfora*. in SACKS, Sheldon (org.) **Da metáfora**. São Paulo: EDUC/Pontes, 1992.
- MOISÉS, Massaud. **Dicionário de termos literários**. 5ª Ed. São Paulo: Editora Cultrix, 1988.
- MOSCA, Lineide L.S. **Retóricas de ontem e de hoje**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2004.

- MOSÉ, Viviane. **Nietsche e a grande política da linguagem**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- MULLER, Ana Lucia. *A semântica do sintagma nominal*. In Ana Lucia Muller, Esmeralda Vailati Negrão, Maria José Foltran (orgs.). **Semântica formal**. São Paulo: Contexto, 2003.
- OGDEN, C.K. & RICHARDS, I.A. **O significado de significado**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- PLATÃO. **Teeteto – Crátilo**. 3ª Ed. revista. Belém: EDUFPA, 2001.
- RICOEUR, Paul. **A metáfora viva**. 2 Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. 16ª Ed. São Paulo: Editora Cultrix, 1991.
- TARSKI, Alfred. **A concepção semântica da verdade**. São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- WHITROW, G.J. **The nature of time**. Nova York: Holt, Rinehart and Winston; Londres: Pelikan/Peguin, 1973.
- WITTGENSTEIN, L. **Investigações filosóficas**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. **Observações Filosóficas**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus Logico-Philosophicus**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

ⁱ “*language*, regarded in its real nature, is an enduring thing, and at every moment a *transitory* one.” (p. 27)

ⁱⁱ “Language is, as it were, the outer appearance of the spirit of a people; the language is their spirit of a people and the spirit their language.” (idem)

ⁱⁱⁱ “Mental spaces are what cognitive model theory uses in place of possible worlds and situations. They are like possible worlds in that they can be taken as representing our understanding of hypothetical and fictional situations. Connectors between spaces play the role of ‘alternativeness relations’ in possible world semantics, though they differ from alternativeness in certain respects. Spaces are like situations in situation semantics in that they are partial; they do not require that everything in the world be represented.” (p. 282)

^{iv} “The major difference is that mental spaces are conceptual in nature. They have no ontological status outside of the mind, and hence have no role in an objective semantics. A mental space, unlike a situation or a possible world, is not the kind of thing that could function within a theory of meaning based on the relationship between symbols and things in the world. Because their status is purely cognitive, mental spaces are free to function within a semantics based on internal or experiential realism. Yet they allow for a semantics with all the explicitness of a model-theoretic semantics.” (idem)

^v “These principles give rise to specific optimality pressures (nondisintegration, nondisplacement, noninterference, nonambiguity...)” (p. 182)

^{vi} “In summary, *blending* is a cognitive operation leading to creativity at many levels and in many areas of mental life. Yet it is a tightly structured and tightly constrained cognitive operation. In fact, it is presumably because it is structured and constrained in this way that human organisms are so deft at recognizing, manipulating, and producing it.” (idem)